

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**MESTRADO EM: “SISTEMAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS DA
ACTIVIDADE ECONÓMICA”**

ESPECIALIDADE EM “*SOCIOLOGIA ECONÓMICA*”

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: MIGRAÇÃO GUINEENSE E RETORNO: Um Mito
ou uma Realidade Desencorajada?**

NOME DO AUTOR: JOÃO RIBEIRO BUTIAM CÓ

Orientação: Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto

Júri:

Presidente: Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Fernando Luís Lopes Machado, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Doutora Maria Rita Duarte Raposo, professora auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

MAIO/2002

Menção de agradecimentos

Pessoas colectivas:

A AGUINENSO, Associação Guineense de Solidariedade Social

OIM, Organização internacional para as Migrações, sede Lisboa (Portugal)

OIM, Organização internacional para as Migrações, sede Bissau (Guiné-Bissau)

Banco “WESTERN UNION” na Guiné-Bissau

UNTG, União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau

Embaixada Portuguesa na Guiné-Bissau

Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau

Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau

IAE-GB, Instituto de Apoio ao Emigrante da Guiné-Bissau

ICP, Instituto da Cooperação Portuguesa, em Lisboa

Ao Parlamento Guineense

Direcção Geral das Alfandegas da Guiné-Bissau

Pessoas individuais:

ORIENTADOR, João Peixoto

DR. Isaac Monteiro, um amigo incansável

Dr. Abudlai Keyta, então representante OIM Guiné – Bissau

Sr. Desejado Lima, então representante UNTG, Guiné – Bissau

Dr. António Sanhã, das Alfandegas da Guiné-Bissau

Dr. Júlio de Almeida, do Instituto de Apoio ao Emigrante da Guiné-Bissau

Dr. Fernando Ká, presidente da AGUINENSO

E a todos os que colaboraram directa e indirectamente para elaboração deste trabalho



Agradecimento especial:

Aos meus pais
Butiam Có e Maria Augusta Có

Algumas abreviaturas usadas no texto:

ACIME, Alto-comissário para as Minorias Étnicas

ACNUR, Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados

ACP, África Caraíbas e Pacífico

AECOPS, Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas

AGUINEENSO, Associação Guineense de Solidariedade Social

BAD, Banco Africano de Desenvolvimento

BCAO, Banco Central de África Ocidental

BM, Banco Mundial

CEA, Comissão Económica de Nações Unidas para África

CEDEAO, Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental

CPLP, Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa

FMI, Fundo Monetário Internacional

IBM, Instituições de Bretton Woods

IAE-GB, Instituto de Apoio ao Emigrante na Guiné-Bissau

IDICT, Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

IMOPPI Instituto dos Mercados e Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Instituto dos Mercados e Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

MAI, Ministério de Administração Interna

MIDA, Migração para o Desenvolvimento Africano

MNE, Ministério dos Negócios Estrangeiros

OIM, Organização Internacional de Migrações

OIT, Organização Internacional de Trabalho

ONG, Organizações não Governamentais

ONU, Organização das Nações Unidas

OUA, Organização da Unidade Africana

PALOP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB, Produto Interno Bruto

PIRV-GB, Programa de Retorno dos Refugiados Guineenses em Portugal

PNB, Produto Nacional Bruto

PPRV, Programa Piloto de Retorno Voluntário

RQAN, Retorno dos Quadros Qualificados Africanos

SEF, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

STAPE, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

UE, União Europeia

UNTG, União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau

Resumo

Este trabalho visa uma análise da migração oriunda da Guiné-Bissau, as suas causas e tipologias, a integração das diferentes classes migrantes na sociedade acolhedora (Portugal), bem como o retorno ao país de origem. As vantagens do retorno foram aqui definidas como o conjunto de todas as oportunidades humanas e materiais que advêm do migrante para o país de origem, na perspectiva do desenvolvimento deste. Segundo a conclusão a que chegámos, de acordo com os resultados da pesquisa, sustenta-se a tese de que os Manjacos e Fulas possuem mais infra-estruturas de investimentos no país de origem do que os crioulos ou outros migrantes clássicos similares. Esta tese é sustentada nas formas de incorporação de cada classe migrante; ou seja, quanto mais integrado um indivíduo ou classe se sente na sociedade receptora menor tende a ser a ligação para com o país de origem. A migração guineense tende a perder-se, do ponto de vista de um eventual retorno, com os objectivos de uma procura temporal de trabalho e consequente ascensão sócio económica no país de origem por certas classes, quando ganha formas de incorporação definitiva no país receptor.

O crescimento do fluxo e as suas formas de incorporação não têm ocorrido da mesma forma nas diferentes classes migratórias. No entanto, há uma mistura de espaço de vida entre os migrantes qualificados e os migrantes clássicos. Por outro lado, o mercado de excelência do migrante (construção civil e obras públicas) começa a declinar. Este declínio vai no mesmo sentido da restrição colocada pelas políticas de migração, que estão a ser consideradas como dependentes das ofertas do mercado. As políticas de incentivo ao retorno consideradas na sociedade receptora não tiveram o sucesso desejado; há uma necessidade de reconsideração destas políticas dentro das medidas a tomar nas políticas de integração. O retorno é uma das medidas a considerar, embora havendo como principal preocupação a integração do migrante. Ele é um dos aspectos da cooperação entre os dois países envolventes.

Palavras-chaves: migração, retorno, integração de migrantes, comunidade transnacional, políticas de migração, necessidade cooperação, mercado de trabalho.

Abstract

The aim of this work is the study of migration from Guinea-Bissau, its causes and typologies, the integration of the different migratory classes in the host society (Portugal), as well as the return to the sending country. The advantages of return have been here defined as the set of human and material opportunities that result for the sending country. According to the results of the research, the good integration of an individual or class in the host society is negatively related with the return to the sending country.

The economic sectors that most attract migrants (civil construction and public works) are declining. This decline parallels the growing restriction set by migration policies, which are affected by market trends. The policies benefiting return promoted by the host country have not been successful. There is a need to reconsider these policies in the framework of integration policies. Return is one of the measures that must be faced, although a higher emphasis should be placed in the migrant's integration. Return policies are one of the facets of co-operation for development between the countries affected.

Word-keys: migration, return, integration of migrants, transnational community, politics of migration, cooperation technique, market of work of the migrants,

Índice Geral

Resumo	6
Abstract	7
Índice de figuras	10

Capítulo I. Enquadramento Global

1. Considerações Introdutórias.....	12
2. Delimitação do trabalho e metodologia.....	15
3. Migração e Retorno: conceitos e tipologias.....	21

Capítulo II. Teorias da Explicação Migratória

As teorias micro e macro sociológicas.....	26
1. Modelo push – pull (atração e repulsão).....	27
2. As terias do capital humano.....	29
3. A segmentação do mercado de trabalho.....	31
4. Redes migratórias e modos de incorporação.....	32

Capítulo III. Migração Guineense

1. Enquadramento histórico: os primeiros migrantes.....	33
História de Vida: François Mendy.....	38
2. A migração de massa ou clássica.....	39
3. Migração: causa e motivações.....	43
4. Os Refugiados: continuidades e contrastes na identidade migratória.....	45
5. O imigrante, o mercado de trabalho e sua segmentação.....	49
6. O imigrante, o capital humano e a formação profissional.....	54
7. Redes migratórias, espaço de vida, integração e mobilidade social.....	60
8. Brain drain e over stayers, um estudo a considerar.....	62

Capítulo IV. O retorno: um mito ou uma realidade desencorajada?

1. Enquadramento conceptual.....	66
2. O imigrante e o retorno.....	68
3. As classes migrantes e o retorno.....	71
História de Vida: Braima Sory.....	74
4. O estado, as políticas de migratórias e os modelos de (re) integração dos migrantes.....	76
4.1 País de origem (Guiné-Bissau).....	77
4.2 País de acolhimento (Portugal).....	79
5. O migrante e a perspectiva do desenvolvimento regional no país de origem (exemplo de Manjacos e Fulas).....	81
6. A segunda geração e os contornos na perspectiva do retorno.....	84
7. O retorno numa perspectiva de cooperação.....	87
8. As instituições de carácter migratório e as suas influências.....	89
8.1 RQAN e MIDA: dois projectos de retorno.....	92
8.1.1 RQAN (Retorno de Quadros Nacionais Africanos).....	92
8.1.2 MIDA (Migração para o Desenvolvimento Africano).....	94
Conclusão.....	95
Figuras elaboradas pelo autor (parte complementar do texto).....	99
Bibliografia.....	113
Anexos.....	123

Índice de figuras

Figura nº 1 Conceito retorno.....	99
Figura nº 2 Conceito capital humano.....	101
Figura nº 3 principais subclasses de migrantes clássicos.....	103
Figura nº 4 Incorporação das classes migrantes.....	104
Figura nº 5 Migração guineenses. Causas e tipologias.....	106
Figura nº 6 Conceito espaço de vida.....	108
Figura nº 7 Formas de concessão de visto.....	110
Figura nº 8 –A,B, “Braima Sory”	111

*“You leave hoping for a better future
whatever the situation, you will go back one day.
Never think you are better than those you left behind.
It’s easy to spend in three weeks your savings of three years
think of your icy mornings and of your long days
far from your family
you leave but you will come back one day
you leave but your heart is still at home
you leave hoping for a better life, but you will
come back one day.
Whatever happens to you, you are no better or
worse than the ones you left at home.
You leave but your heart will always be there
you leave but you will go back one day”.*

Letra e música do artista guineense Zé Manel Fortes & Pierre Hugue Sagna
Radicado nos EUA, no seu álbum “Maron di Mar”, 2001, Cobia Records

CAPITULO I. Enquadramento Global

1. Considerações Introdutórias

O presente trabalho apresenta um carácter disciplinar e específico, submetido a regras e técnicas de trabalhos científicos. A preocupação básica do mesmo não é de natureza política, nem moral ou ético-religiosa, apesar do objecto de estudo (migração) ser um “fenómeno social total” e poder ferir todas as sensibilidades (sociais, económicas, políticas, religiosas etc.).

A era actual é considerada por muitos autores, como a era das migrações, tendo em conta a sua dinâmica e toda a complexidade ecuménica envolvente. As motivações que escalam a rampa deste fenómeno são várias, mas talvez responsabilizadas em parte como consequência do escalonamento discriminante do mundo global actual. O objecto de estudo desta dissertação, subordinado ao tema “A Migração Guineense e o Retorno: um mito ou uma realidade desencorajada?”, constitui o reflexo de um olhar atento e sensibilizado pela complexidade de um fenómeno por excelência que são as “migrações” nas suas diferentes formas de incorporação e tipologias.

A dinâmica do fluxo migratório tem ganho proporções exponenciais nos últimos anos a nível mundial. A população migrante, apesar da pouca fiabilidade das estatísticas migratórias, oscilou de 77 milhões em 1965 para 111 milhões em 1990; actualmente situa-se em 2,8% da população mundial, ou seja mais de 120 milhões da população é considerada migrante (Tapinos, 2000). Os continentes e países mais pobres constituem a origem desta dinâmica, com a Ásia, África e América Latina como moda na dinâmica de migrações internacionais.

A origem da migração africana está associada a razões culturais, étnicas e económicas, manifestadas por uma estratégia de sobrevivência na sua primeira fase, movida por movimentos pendulares inter-regionais. Uma pessoa da família incorpora a responsabilidade de todos os outros membros da família, tendo como obrigatoriedade moral a sustentação destes. Um exemplo é o do Senegal, onde os migrantes chegam a cumprir as necessidades familiares (família alargada) de 70 à 80% (BIT, 1995, cit. in

Adepoju, 2000). Após as independências, a migração africana ganhou dimensão internacional e associou-se aos países ex-colonizadores, por razões históricas, políticas e diplomáticas (Adepoju, 1995). O fluxo internacional das migrações africanas só se fez sentir a partir dos anos 60, concretamente no período das descolonizações, juntando-se às falhas da administração dos novos países independentes. Esta migração foi motivada, por outro lado, pela necessidade de mão-de-obra nos países de acolhimento, essencialmente na Europa.

A migração da Guiné-Bissau nas suas formas e tipologias é um espelho da migração africana. Em Portugal existem perto de 20 mil legais (dados recentes, de Fevereiro de 2002, oriundos do SEF), quando se estima (pelas associações de migrantes guineenses) que se estará por perto dos 50 mil (incluindo ilegais). Este fluxo foi provocado pela conjuntura económica e administrativa e a falácia dos projectos de reajustamento estrutural (PAE) no país de origem; por outro lado, foi causado pela capacidade de absorção da mão-de-obra no mercado de construção civil e obras públicas em Portugal. O fluxo é constituído por várias categorias e grupos sociais, desde os camponeses, pessoal administrativo, quadros superiores, etc. Entre finais da década de 80 e princípio de 90, assinalou-se o período mais marcante do fluxo, associado ao crescimento das redes migratórias. Ficou então bem estabelecida a comunidade guineense, as suas formas de incorporação e os possíveis conflitos na integração no novo espaço de vida. Na sua segunda fase, nos meados da década 90, surgem quadros superiores formados dos países ex-socialistas, e também começam a surgir quadros “over stayers”, isto é, os que acabavam a sua formação e optavam por ficar, arranjando formas de continuidade em Portugal. Em 1998, o período dos refugiados provoca novos casos de “brain drain”, com o escoamento dos quadros que asseguravam o funcionamento do aparelho de Estado na Guiné-Bissau. Este período, na sua análise, contribuiu com algumas continuidades e contrastes na identidade migratória, sublinhados pela mistura de classes e grupos sociais que saíram do país.

Com a crescente dinâmica dos fluxos nos países de imigração, as políticas de contenção estão hoje muito disseminadas. As políticas de integração dos migrantes são uma nova preocupação dos países de acolhimento. A grande questão é: quem e como integrar? Se é ou não o migrante clássico, o refugiado, o estudante, etc., porque na prática todos apresentam o mesmo manifesto: o da procura de melhores condições de vida, mas com formas de incorporação diferenciadas pela legitimidade e capital que cada classe migrante possui. A realidade do migrante guineense que veremos nos

capítulos seguintes, no enquadramento no novo espaço de vida perante o seu capital humano, não reserva grandes esperanças de integração na sociedade receptora, apesar dos esforços que possam ser desenvolvidos neste âmbito, o que sublinha a ausência de uma correlação entre o “capital humano” e o “espaço de vida”.

O reflexo que o tema da dissertação pretende descrever através do seu título, o de um mito ou de uma realidade desencorajada, é suscitado pela questão de saber até que ponto é possível manter certas classes migrantes como migrantes. E a resposta parece estar nas novas políticas de migração, instituídas a pensar no equilíbrio entre a oferta e a procura do mercado de trabalho do migrante. Por outro lado, ela está associada ao abrandamento considerável do sector de emprego por excelência do migrante, a construção civil. E a interrogação que se coloca a seguir é: onde colocar uma possível grande vaga de certas classes migrantes que está a ser rejeitada pelo refrear do mercado?

Na nossa perspectiva é difícil integrar os migrantes em condições plenas sem a existência de retorno. E é difícil retornar sem criar condições para os integrar. O que demanda uma necessidade de cooperação entre os países envolvidos na resolução do problema. A emigração e o retorno são conceitos indissociáveis na análise da cadeia migratória. O decidir emigrar suscita uma pretensão de retorno, tanto físico como material. O modo de incorporação, e a apreciação do espaço de vida, têm um papel importante na manutenção desse compromisso, consubstanciado pelas políticas de integração da sociedade receptora e os incentivos ao retorno no país de origem.

O objectivo geral deste trabalho consiste, primeiro, na caracterização da migração guineense, na sua perspectiva histórica, causas e motivações. Procura-se conhecer o grau de integração dos migrantes e a dinâmica da mobilidade na sociedade de acolhimento, e fazer uma correlação entre o espaço de vida e o capital humano no mesmo lugar. Segundo, pretende-se sublinhar o conceito do retorno como uma das componentes essenciais na integração do migrante, tanto quando se refere ao país de origem como ao de acolhimento. O conceito é importante, mesmo quando é encarado de forma diferente pelas as diferentes classes migratórias (por exemplo, no caso da migração guineense, os Manjacos e Fulas que são os que mais apresentam dispositivos de Retorno).

Nos capítulos que se seguem sublinhamos, primeiro, o objecto, a sua delimitação e a metodologia de trabalho, o que é sempre difícil quando se trata de um trabalho deste género (migração), com problemas de fiabilidade e escassez de dados credíveis. As dificuldades aumentam quando o objecto é ainda pouco referenciado por outros autores,

e quando se verifica ausência de bibliografia referente ao tema. Mas como era necessário trabalhar o tema cientificamente, segundo os objectivos traçados, optámos por uma forma de subjectividade objectiva, considerando as entrevistas e dados estatísticos doutros autores, que contribuíram de que maneira para a nossa análise, e os dados originais que recolhemos. O segundo capítulo, de teorias migratórias, é um contributo na apreensão e percepção dos conceitos, linguagem e modelos de migração: por exemplo, o modelo push-pull, da segmentação do trabalho e das redes migratórias, como teorias intransponíveis na percepção de qualquer realidade migratória, seja ela de que manifesto for. O terceiro capítulo é de caracterização da migração guineense, desde os primeiros migrantes à actualidade, considerando todas as suas causas e tipologias, analisando as formas de integração e mobilidade na sociedade receptora, as consequentes redes de incorporação e as diferentes classes migratórias. Por fim, no quarto capítulo, o retorno é considerado, perante os nossos objectivos, como uma das fases mais importantes do trabalho. Os efeitos da ligação de cada grupo migrante para com o país de origem é o objectivo deste capítulo. Na análise feita aos grupos ou classes migrantes, houve uma necessidade de contemplação da cooperação como um interveniente a realçar nesta fase. A sua relevância ocorre não só para a implementação do retorno, mas também para a integração dos diferentes grupos migrantes e políticas de integração.

2. Delimitação do trabalho e metodologia

A migração é um fenómeno social total (social, económico, político, religioso, etc.), que transporta consigo uma complexidade enorme em todo o seu percurso, desde a reflexão, planeamento e decisão de migrar na sociedade de origem, até à inserção no novo meio, sociedade acolhedora. A sua primeira reflexão é quase sempre acompanhada da ideia do retorno ou regresso ao país de origem, envolvida por influências, decisões de vários níveis possíveis, que fazem materializar ou não a ideia de mobilidade. Normalmente, a migração é acompanhada de riscos que se podem traduzir em custos ou benefícios não só para os migrantes, como também para os países envolvidos durante a operacionalização das ideias.

Perante esta complexidade do fenómeno, e a susceptibilidade dos chamados “obstáculos intervenientes” de várias índoles, qualquer metodologia científica pré-elaborada será simplesmente preliminar, correndo o risco de não apreender na totalidade o objecto, por este constituir uma realidade que está sempre em constante mutação. Por isso fomos sujeitos a constantes renovações e complementaridades metodológicas durante a nossa abordagem. Mas nunca fugimos dos pressupostos normativos e científicos da (s) metodologia (s) das ciências sociais ou dos axiomas destas. A “indução” e “discrição” do investigador são elementos importantes e imprescindíveis num trabalho de investigação científica onde se utilizam métodos qualitativos.

A preocupação da nossa abordagem surgiu de uma observação atenta de uma realidade, de modo a constituir um “corpo de conhecimento”. Esta observação foi complementada por “leituras flutuantes” e sustentada pelas análises de alguns dados estatísticos disponíveis relacionados com o objecto. Quanto a bibliografia, a principal referência foi a do autor Fernando Luís Machado (como confirma a bibliografia), por ser pioneiro (na nossa análise) na descrição do objecto de estudo ou relacionado a ele na nossa perspectiva. Outras referências bibliográficas foram utilizadas, como, por exemplo, artigos de Maria Baganha. Estas referências detêm alguns dados organizados nas suas várias publicações, que permitem procurar referências, homogeneidade e selecção de todo o material teórico para a constituição do “corpo de conhecimento” pretendido para uma abordagem deste género.

Quanto a fontes estatísticas, os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e os censos foram as bases principais. Os dados quantitativos, por exemplo os dados legais/institucionais dos quadros migratórios ou números dos recenseamentos, são importantes no confronto e confirmação ou não da nossa intuição, mas muitas das vezes pecam por ser tardios. No caso da realidade da migração guineense, os dados estatísticos são muito escassos ou quase inexistentes, quando não estão organizados de modo a facilitar a nossa abordagem, surgindo tardiamente na confirmação das reflexões ou tendências e não acompanhando às vezes a realidade, o que dificultou sobremaneira o nosso objectivo. Estas dificuldades permitiram uma relação muito mais harmoniosa com a análise qualitativa, nomeadamente com as entrevistas, como um método de excelência para a elaboração do nosso trabalho. Os dados estatísticos servem para orientar a formulação das entrevistas: por exemplo, é difícil confirmar em dados o número de imigrantes dos PALOP desempregados, uma vez que a frequência nos centros de emprego é escassa e existem formas insuficientes de controlo desta variável;

mas esta tendência não pode ser disfarçada, uma vez que os dados confirmam o declínio do mercado de excelência do migrante, e algumas associações dos mesmos confirmam esta tendência.

Devido a estas dificuldades, o primeiro passo foi explorar todo o material bibliográfico possível, o que permitiu analisar, compreender, caracterizar e construir um corpo teórico da realidade do objecto. Depois desta fase seguiu-se a fase da problematização do fenómeno, formulação dos objectivos e levantamento de hipóteses, através de um índice de referência, que permitiu o delinear e a direcção da abordagem. Foram, então, desenhadas as técnicas necessárias para a selecção do material, tendo em conta o corpo teórico já construído. Antes da exploração do material, foi concebida uma ordem cronológica, o espaço e o tempo e formas de aplicação dos modos de recolha de dados. Os instrumentos de investigação usados para a colheita de dados, como as entrevistas, histórias de vida, relatórios e dados estatísticos foram seleccionados em função da sua possível aplicação política ou disponibilidade.

Tendo em conta os objectivos pressupostos para o trabalho, o corpo teórico foi complementado com a realização de entrevistas. Esta fase suscitou a procura de novos elementos que perfumassem a ligação causas/efeitos da migração guineense e o consequente retorno. Tal obrigou a um confronto entre as duas realidades (acolhimento e origem), sugerindo uma presença física – trabalho de campo – do investigador/observador no país de acolhimento e no país de origem dos migrantes, para a recolha de alguns dados estatísticos e aplicação das entrevistas. Tendo em conta o desconhecimento ou falta de alguma informação escrita sobre o tema, foi obrigatório realizar as entrevistas com um grau de liberdade maior (entrevistas abertas). Apesar do risco que é inevitável nestas situações, contamos com a credibilidade e fiabilidade das instituições no fornecimento das informações.

Foi feito um trabalho de campo por um período de 30 dias no país de origem do objecto de estudo (Guiné-Bissau), para entrevistas, colheita de dados estatísticos e observação atenta do campo de trabalho. A OIM (Organização Internacional para as Migrações) na Guiné-Bissau contribuiu para o fornecimento dos dados referentes ao retorno dos migrantes – por exemplo, o projecto de retorno dos quadros superiores (RQAN) e o MIDA (migrações para o desenvolvimento africano). O IAE-GB (Instituto de Apoio a Emigrantes) forneceu todos os mecanismos funcionais e legítimos das políticas implementadas pelo Estado guineense na defesa e integração dos seus migrantes. Os representantes dos migrantes no Parlamento Guineense contribuíram com

um relatório da observação feita durante uma visita aos migrantes da diáspora. O Ministério da Economia e Finanças colaborou no fornecimento dos dados macro económicos do país e do sector privado criado por este, para incentivar o retorno dos migrantes e consequente desenvolvimento do país. O Ministério da Educação Nacional forneceu dados estatísticos sobre o fluxo de formação de quadros superiores através das bolsas concedidas ao Estado guineense. A UNTG (União Nacional dos Trabalhadores Guineenses) contribuiu para a descrição do fluxo migratório e do estado crítico em que se encontra a administração pública do país. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) forneceu orientações bibliográficas e alguns estudos de referência publicados. A Embaixada Portuguesa na Guiné-Bissau cedeu informações sobre a pretensão e concessão de vistos (tipos e duração) para Portugal. O Banco Western Union, como rede bancária de maior volume de transferências privadas provenientes do estrangeiro, mostrou toda a linha de rede de transferências e a ligação de diferentes classes migrantes para com o país de origem na perspectiva de retorno. A Direcção Geral das Alfândegas deu informações sobre isenções e políticas adoptadas pelo Estado guineense face aos migrantes. Estas instituições foram formalmente contactadas tanto para o fornecimento de dados pertinentes ao trabalho, como para entrevistas (oito no total institucional) e para a reconsideração de algumas informações já disponíveis. As entrevistas foram abertas, isto é, estruturadas com um grau de liberdade maior, de modo a poder explorar toda a riqueza de informação (ver Anexo I entrevistas). A necessidade de provocar a informação foi uma das preocupações consideradas, devido ao contacto permanente entre o investigador e o objecto. Não esqueçamos que o próprio investigador faz parte do objecto de estudo, o que poderia causar pequenos enviesamentos na recolha de informação. Esta preocupação foi colmatada pela liberdade dada às pessoas seleccionadas para entrevista, e pela credibilidade e experiência que as suas instituições representam, apesar de alguns pequenos problemas no fornecimento, dos dados. Por outro lado, a opção de liberdade nas entrevistas foi sustentada pela falta de dados empíricos (estatísticos) que possam confirmar certas apreciações qualitativas; por exemplo, algumas das instituições contactadas não possuem dados organizados para confirmar o que dizem. É o caso, por exemplo, das informações contidas no IAE (Instituto de Apoio ao Emigrantes), quando sublinha que “certas categorias étnicas, por exemplo os Manjacos, em relação a outros grupos migrantes tendem a comprar mais terrenos para a construção de casas”; não existem dados que confirmem esta frequência, devido às limitações a nível de informatização. Uma outra questão a salientar sobre os

dados é o exemplo do Western Union, onde a directora, por uma questão de “concorrência”, sublinhou, não pôde fornecer dados sobre a quantia exacta que os migrantes transferem aos seus familiares. Deixa-se, porém, aperceber que as famílias na Guiné-Bissau vivem dependentes das transferências dos seus familiares migrantes e que a dimensão das transferências tende a ampliar-se a um ritmo exponencial. Estas são algumas das questões (dificuldades), entre outras, deparadas durante o trabalho de campo, mas que não limitam a concretização dos objectivos propostos.

Por outro lado, foram efectuadas visitas aos principais locais de origem, para verificar o que Portes (1999) considera como o efeito de “comunidades transnacionais”. Está neste caso o investimento dos migrantes nos seus locais de origem, por exemplo pequenas construções de habitações, pequenos negócios, etc., em Bafatá, Gabú e Canchungo, onde a informação foi recolhida através de palavras, conversas informais, imagens fotografadas pelo investigador. A história de vida da nova zona urbanística, “Braima Sory”, é exemplo deste percurso.

Na sociedade de acolhimento, neste caso Portugal, as instituições escolhidas foram a OIM (Organização Internacional de Migrações em Lisboa) para o fornecimento de alguns documentos necessários, a AGUINEENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social), o Centro de Emprego de Xabregas, a Confederação de Estudantes Guineenses em Portugal, o ICP (Instituto da Cooperação Portuguesa), o ACIME (Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas - através da exploração do site), o SEF (Serviço de Estrangeiro e Fronteiras - através da exploração do site). Foram ainda recolhidas algumas histórias de vida dos migrantes. As instituições contactadas para as entrevistas, são do ponto de vista estratégico, importantes no fornecimento e confirmação de algumas informações, tanto a nível qualitativo como quantitativo. Por exemplo, Fernando Ká e a AGUINENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social) representam a instituição mais antiga e mais densa em termos de redes associativas em Portugal e dos guineenses, pelo que conhecem em profundidade os problemas dos migrantes em várias vertentes de análise. A Confederação de Estudantes Guineenses em Portugal serve de testemunha legal dos problemas (modos de integração) dos quadros e estudantes guineenses, tanto em Portugal como na Guiné-Bissau. O Instituto de Cooperação Portuguesa é a mais importante instituição portuguesa no âmbito da cooperação, pelo que é testemunha de centenas de quadros (para não dizer milhares) guineenses formados em Portugal. Estas instituições possuem uma particularidade em relação às da série A, nomeadamente porque possuem dados

estatísticos que complementam a análise qualitativa, o que torna mais fácil a investigação.

Durante o trabalho, e na interpretação do universo de estudo à luz dos objectivos pressupostos pelo tema, foram considerados dois países, o de origem e de acolhimento (Guiné-Bissau e Portugal). Há ainda algumas referências a outros países de emigração guineense, por exemplo a França e Espanha, porque o objecto em estudo transplanta as influências destes países para com o país de origem. Em termos temporais, foi considerada a referência histórica dos anos 60, como sendo a data dos primeiros migrantes, mas essencialmente a delimitação é considerada a partir dos anos 80 até à era actual. Este período foi dividido em quatro grandes fases: 1º os primeiros migrantes, 2º os clássicos, 3º os refugiados temporários e 4º qualificados.

Tendo em conta a complexidade do fenómeno em estudo, face às variáveis que o constituem e à sua constante mutação, às vezes orientadas por outras imposições, não é fácil balizar o universo do mesmo. Mas, por uma questão de rigor e disciplina científica, foram considerados todos os migrantes guineenses em Portugal e em outros países, como já referimos, deixando de lado o estatuto de legal/ilegal e centrando mais a atenção sobre os aspectos da mobilidade e interações dos indivíduos, e sobre as dinâmicas socio-económicas e culturais que interpelam o objecto de estudo e as suas influências no país de origem. Seria mais fácil num estudo de maior relevância quantitativa poder circunscrever (considerações numéricas) o universo; mas a nossa preocupação na apreensão do objecto ultrapassa este carácter estatístico e quantitativo, situando-se mais numa análise qualitativa e mais abrangente.

A questão da amostra é sempre de difícil selecção num estudo deste género, quanto mais constituído na base de um universo pouco específico. Não é menos importante, se calhar mais consensual, continuar com a relevância da análise intuitiva e qualitativa. Dentro do universo desenhado considerámos intencionalmente os indivíduos em diferentes categorias e classes migratórias. Por exemplo, diferenciando migrantes clássicos, refugiados e quadros qualificados. Os primeiros são, por definição, aqueles que procuram e constituem dinâmicas de massa para a procura de novas condições de vida, sustentadas nas decisões racionais e individuais. Os segundos também podem constituir dinâmicas de massas, mas na maior parte das vezes as decisões são de carácter involuntário e não racional/individual, o que poderá trazer algumas sequelas na teia migratória. Finalmente, os quadros qualificados, que constituindo também fluxos migratórios já podem ou não constituir outras formas de integração e mobilidade no

novo espaço de vida, tendo em conta o seu capital humano. E dentro da nossa perspectiva procuramos referenciar aqueles que se identificam dentro destas categorias ou classes com o conceito de retorno. É o caso, por exemplo, dos Fulas e Manjacos, que possuem mais incentivos de retorno, construindo casas e contribuindo para o desenvolvimento dos locais de origem.

3. Migração e Retorno: conceitos e tipologias

A migração é um conceito que engloba dois sub conceitos: emigração (quando um indivíduo parte, ou deixa um determinado lugar ou país de origem) e imigração (quando um indivíduo entra num determinado lugar ou país diferente de origem). Ela ganha hoje um grande relevo, tanto a nível internacional como nacional e local, pelos efeitos proporcionais causados pela mobilidade dos indivíduos, como seres racionais individuais, e pelas políticas instituídas pelos Estados, como agente provocador, regulador e de incorporação dos agentes migrantes nos seus “espaços de vida”, tanto no país de origem como no de destino.

A mobilidade espacial dos indivíduos não é uma novidade recente, sempre fez parte da existência do homem como ser humano, procurando sempre formas de viver e de adaptação ao meio para melhor servir os seus desejos vitais. Tal obriga à necessidade de se organizar (desde os primatas) em sociedades, confinadas a um conjunto de normas e artefactos que regulam, definem e caracterizam a sua civilização. A história das sociedades humanas sempre foi móvel, motivada pela adaptação a novos modos de vida e pela luta para a sobrevivência. Já na nossa era, depois da consciência da formação dos Estados (através de várias guerras, invasões, conquistas de poder), os diferentes Estados ou sociedades sempre foram expostos a dinâmicas inesperadas, por vezes incontroláveis e sem precedência, o que suscita a movimentação a níveis mundiais impossíveis de controlar ou prevenir.

As desigualdades mundiais provocadas pelas relações entre as diferentes civilizações são, por um lado, a origem do relativismo cultural (cada povo viver a sua cultura e civilização), mas, por outro lado, o espectro da conquista e imposição dos mais fortes em relação aos mais fracos, com consequências imprevisíveis a nível de toda a

capacidade racional humana e de controlo internacional ou nacional. A palavra desigualdade parece sublinhar, ou é o mote, para instigar tanta instabilidade na dinâmica da população, sendo a migração um dos estilhaços desta. O conceito de migração ateou grandes interesses nos últimos anos, pela sua implicação na civilização actual. E a cada segundo que passa ganha um novo efeito e interpretação, novos contornos na sua interpretação e justificação (causas e consequências), agitando várias investigações levadas a cabo por várias sensibilidades, por constituir um fenómeno social total, envolvendo influências sociais, económicas, políticas e religiosas.

Hoje em dia já não só a geografia trata com detalhe o problema da migração ou mobilidade espacial, já a economia, a sociologia e a psicologia social olham para o fenómeno como um objecto de investigação sério e por excelência de interesse científico. O problema já não é apenas de simples mobilidade espacial ou geográfica. Portes (1999), no seu contributo sobre o fenómeno, destaca que a sociologia económica (zona de interdisciplinaridade entre a sociologia e economia) ganhou novo alento com as questões de migração depois de os sociólogos terem percebido que muito daquilo que faltava à abordagem económica era de natureza social. Isto demonstra a amplitude social da dinâmica das migrações, como movimentações de carácter eminentemente social, indicando uma mudança de status que se manifesta através de alterações nos relacionamentos espaciais (Jackson, 1991).

A sociologia económica tem estado menos preocupada com o constrangimento psicológico sobre a “racionalidade individual” e mais com os constrangimentos criados pelo “ambiente social”. Ora este contributo relata que o problema social não está simplesmente na mera motivação das componentes individuais, mas antes envolve colectividades e decisões supra-pessoais, e até aquelas que são instituídas pelas normas que regulam a colectividade. A mobilidade espacial nos nossos tempos não resulta só de actos simples de “homo oeconomicus”, mas envolve mudanças de hábitos (culturas), modos de convívio, alterações de estatutos etc. A migração pressupõe um ensaio de racionalidade e, por fim, uma decisão; a ideia de racionalidade individual está sempre presente, mas limada pela conjugação dos (in) convenientes e dos incentivos de colectividades. É o caso, por exemplo, das redes migratórias e das ofertas ou disponibilidade da sociedade acolhedora, incluindo a dinâmica do mercado de trabalho. Estas componentes são hoje imprescindíveis na manobra e mobilidade dos agentes migrantes, na escolha de momentos e locais para a migração.

É claro que a direcção mais linear é sem dúvida a partir de um país menos para um mais desenvolvido. Como sintetiza Faist (2000), cerca de 65 milhões de emigrantes internacionais estão nos seis centros de migração mundial (França, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra e EUA). As razões são mais que óbvias, se considerarmos que estes países fazem parte do grupo G7. Esta lógica de racionalidade de cálculo de custos e benefícios é sublinhada por Borjas (cit. in Portes, 1999) quando introduz a noção de “mercado global de migrações”. O próprio Portes (1999: 25) acentua que “as remunerações líquidas são calculadas multiplicando a produtividade do capital humano no país de acolhimento pela probabilidade de vir a encontrar emprego nesse país, subtraindo os custos materiais, sociais, e psicológicos de deslocação. Se os benefícios esperados excederem os custos, as pessoas deslocam-se”. Esta citação é puramente clássica, na medida em que defende a noção de racionalidade como elemento chave de migração, o que não lhe permite compreender a imprevisibilidade de certas mobilidades, como as migrações forçadas, que não permitem tempo para esta equação da racionalidade. Este problema verifica-se apesar de muitos autores defenderem a ideia de que os refugiados acabam por tomar formas de incorporação dos migrantes clássicos (racionais). De facto, podemos considerar que a noção de racionalidade individual continua presente em todas as manifestações da mobilidade dos indivíduos, mesmo quando são imprevisíveis. Um exemplo recente é dos migrantes (refugiados) guineenses em 1998, que depois do conflito optaram por ficar na sua maioria em Portugal, mesmo com projectos de retorno desenvolvidos; o que não aconteceu com os refugiados de Dakar (Senegal) e Cabo Verde, que optaram por regressar aos locais de origem, supostamente depois de um cálculo de custos e benefícios.

Na lógica de liberdade conceptual, os conceitos de emigração e imigração provêm do conceito migração (entrada e saída de indivíduos além fronteiras dos seus países). Estes termos são determinados pela posição em que o individuo se encontra, ou seja, pelos denominadores país de origem e de acolhimento, e pela componente legítima de o indivíduo ser ou não estrangeiro. Não é estranhar, perante esta denominação, que durante o nosso trabalho passássemos a utilizar com mais veemência o conceito de migração ou migrante, e quando necessário recorrêssemos aos denominadores país de origem e acolhimento. Uma outra orientação tem a ver com o universo do objecto de estudo em causa, que nos faz desenhar facilmente quem são os migrantes. As tipologias também são várias, mas as mais consideradas no nosso entender são as que consubstanciam a nossa perspectiva e que adiante sublinhamos.

A migração translada consigo dois conceitos: emigração/imigração, e estes transportam consigo conceitos como retorno/regresso ou integração. A decisão de migrar, procurar melhores condições de vida, pressupõe a ideia de regresso ou retorno quando atingidos os objectivos pressupostos a priori. Mesmo que o projecto venha a ser adiado, existem sempre expectativas do mesmo, a não ser quando a integração reproduz continuidade através de gerações. Rocha Trindade (1995: 48) considera o seguinte acerca do conceito de retorno: “após a apreciação detalhada do assunto foi decidido, por unanimidade, recomendar que, no futuro, passem a ser utilizados os termos regresso e retorno nas seguintes acepções: o primeiro [regresso] sempre que a deslocação para o país de origem seja voluntária, o segundo [retorno] sempre que a saída do país de acolhimento seja compulsiva”. Afonso (1997) sublinha que o regresso equivale à re-emigração, mas já com um grau de obstáculos intervenientes muito menor; a decisão de mobilidade é mais fácil dada a capitalização anterior, o conhecimento do mercado de trabalho, a possibilidade de readmissão, e a probabilidade de aceitação ser quase total.

Monteiro (1994: 7) escreve que “a ideia de emigração tem subjacente a ideia de um retorno, e nisso se distingue de ideia de êxodo. O emigrante não é apenas aquele que parte para outros países, é aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem”. Aqui voltamos à ideia de sustentação ou, melhor, da integração na sociedade de acolhimento, o que faz com que o migrante perca a ligação afectiva com o país de origem de acordo com o evoluir dos tempos ou gerações, exemplo dos crioulos na migração guineense. Diferente, são os manjacos e fulas, que são e estão muito mais ligados ao país de origem com pequenos investimentos locais, construção de casas, pequenos negócios, constituindo assim o que Portes designa por “comunidades transnacionais”. Por outro lado, os manjacos e fulas também são os mais passíveis para habitação em guetos ou desintegração no país de acolhimento. Por exemplo, constituem um grupo numeroso nos bairros degradados (barracas) do “Prior Velho” e “Fim do Mundo”, e em bairros sociais como “Apelação”.

Kastoryano (2000) sublinha que o fenómeno das comunidades internacionais é mundial, surgindo essencialmente na imigração “pós-colonial”, com referências territoriais, linguísticas e religiosas (a que podemos associar étnicas) como fundamentais na construção de “comunidades transnacionais”. Exemplifica como caso dos muçulmanos, que detêm o islamismo como factor (imperativo) de unificação. Jackson (1991: 11) define a migração de retorno “como o regresso e o restabelecimento de uma população migrante no seu país ou área de residência originais. Este tipo de

retorno pode ocorrer pouco tempo após a partida ou verificar-se em etapas específicas do ciclo de vida, como por exemplo na altura da reforma”.

Na nossa perspectiva o conceito, o retorno, implica a presença física dos migrantes nos locais de origem. Esta situação não se verifica numa realidade migratória ainda unidireccional, sublinhada pelo crescimento dos migrantes na sociedade acolhedora, exemplo dos migrantes guineenses em Portugal, com o regresso ainda adiado perante as perspectivas iniciais de quando migraram. É de sublinhar aquilo que Portes (1999) considera como “comunidades transnacionais”, que reflectem as ligações sociais e económicas que cada grupo migrante possui para com os locais ou país de origem. Este fenómeno é de considerar de uma forma diferenciada na migração guineenses, devido à presença de diferentes classes migrantes em Portugal. A análise das “comunidades transnacionais” (sobre este conceito ver também Kastoryano, 2000) poderá associar-se às ligações e projectos que cada indivíduo ou grupo migrante encara na migração, face aos eventuais projectos de retorno ainda adiados. Por outro lado, as diferentes formas de incorporação na sociedade de acolhimento constituem sinais de ligação ao retorno adiado ou consequente incorporação definitiva. Apesar da difícil mensuração do fluxo (entrada e saída), a migração guineense ainda está na fase de crescimento, como já sublinhámos. Porém, este crescimento vai em desencontro com o declínio do mercado dos migrantes e das políticas de migração (autorização de residência, autorização de permanência), que estão a ser consideradas; estas políticas, podem ser (são) o prenúncio da prevenção do crescimento do fluxo migratório em Portugal.

Nem todos os emigrantes seguem as mesmas estratégias nas sociedades onde se instalam, podendo uns procurar integrar-se nelas, apagando quaisquer vestígios da sua origem, e outros optarem por, em certas circunstâncias, utilizarem a sua etnicidade, como forma de conseguirem a integração ou fugirem dela. A experiência de outras realidades migratórias demonstra que o retorno é sempre considerado no fluxo de saída; o grande enigma é o seu período de “incubação” e “rebento”. Papademetriou (1999) recorda que muitos dos chamados migrantes definitivos acabam por partir para outras direcções ou retornam aos seus países de origem; um exemplo sucedeu nos EUA, onde metade dos indivíduos que chegaram na primeira metade do século XX havia regressado à sua terra nos anos 50. Este facto, apesar de se constatar numa realidade diferente, é possível ser considerado previsível na realidade portuguesa, uma vez que é a economia de mercado que regula as ofertas e procuras de trabalho, e as novas políticas de concessão de vistos de trabalho, autorização e renovações de permanências, podem

apontar nessa direcção. Castles (2000) chama também atenção para a necessidade de uma “cooperação técnica” entre países de origem e de acolhimento, com as organizações internacionais de migração a desempenhar um papel importante para a solução do problema.

Uma outra questão a considerar no nosso trabalho é a da definição de categorias ou classes migrantes, diferenciadas entre si apesar de todas apresentarem as mesmas finalidades de procura de “melhores condições de vida”. Consideramos dois tipos de migrantes dentro dos migrantes clássicos: “os crioulos” e os “Manjacos/Fulas”. Os crioulos representam um conjunto de todos os migrantes que possuem artefactos de fácil integração no país de acolhimento, e que faziam parte dos centros de cidades ou capital no país de origem. Por outro lado, na sua maioria constituem uma mistura étnica na sua composição e reprodução. Os Manjacos/Fulas, por constituírem etnias mais amadurecidas para a migração e que na história de migração guineense são mais antigas e susceptíveis a mobilidades individuais ou colectivas, possuem mais ligações aos locais de origem em relação aos outros grupos étnicos. Também consideramos os refugiados por uma questão de temporalidade e retorno (apesar na sua maioria adaptarem formas dos migrantes clássicos), visto serem quase as únicas categorias onde os dados de retorno são evidenciados. Por fim, os quadros qualificados, por constituírem uma curiosidade, por haver o chamado “brain drain”, e devido às suas diferentes formas de enquadramento na sociedade de acolhimento.

CAPÍTULO II. Teorias da Explicação Migratória

As teorias micro e macro sociológicas

As teorias micro sociológicas são definidas pelo comportamento racional do agente individualmente. Segundo Peixoto (1998: 50), estas teorias “por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão – trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção –, é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade”. Por seu

lado, as teorias macro-sociológicas respeitam mais aos agentes colectivos (instituições, redes de incorporação, enclaves étnicos etc.), constituídos por obstáculos e vantagens muitas das vezes alheios à racionalidade (decisão) individual. É o caso das redes migratórias, incluindo as suas formas de incorporação e capacidade de influência na sociedade de acolhimento, ou das políticas de migração dos países de acolhimento, por exemplo. Por vezes é difícil delinear a fronteira entre estas duas teorias – micro e macro-sociológicas –, devido à complexidade e subjectividade do objecto que se define no conceito das migrações. Mas é de sublinhar que estas teorias continuam a ser essenciais na compreensão e explicação das dinâmicas migratórias.

Pareto (cit. in Aron, 1999), na sua contribuição, indica que a sociologia se define por referência e oposição à economia. A economia trata das acções lógicas (nas acções lógicas predomina o fim objectivo, idêntico ao fim subjectivo); ao passo que a sociologia relata as acções não lógicas, por estas constituírem uma classe onde o fim objectivo difere do fim subjectivo. Um outro contributo sociológico é o de Weber (cit. in Aron, 1999), considerando a sociologia como uma ciência de acção social. A acção social nutre-se no comportamento humano ou, melhor, nas atitudes interiores ou exteriores orientadas por uma acção. Weber distingue vários tipos de acção social, incluindo as acções racionais orientadas a um fim e as orientadas por valores.

1. Modelo push – pull (atração e repulsão)

O modelo push pull é o exemplo clássico dos fluxos migratórios. O modelo resume-se às condições de atracção e repulsão dos agentes migrantes (indivíduos) por um determinado espaço de vida. O modelo não só se identifica como clássico, como ainda constitui nos nossos dias uma norma de escolha, de compreensão e interpretação da mobilidade dos agentes migrantes. Assenta em dois princípios ligados entre si: repulsa dos agentes migrantes dos seus locais de origem, através de um exercício racional, e atracção dos mesmos para certas zonas ou locais de destino.

O modelo foi desenvolvido por Ravenstein (ver Trindade, 1995; Peixoto, 1998), que defende a ideia de consciencialização do indivíduo na escolha racional das suas opções e decisões a tomar, perante vários “obstáculos intervenientes”, que o fazem ou não assumir o projecto de mobilidade migratório. O modelo é extremamente selectivo

do ponto de vista individual e racional, visto que a escolha e decisão para onde e como migrar requerem uma racionalidade submetida a vários exames de consciência e subjectividade. Estes dois imperativos (racionalidade/obstáculos) têm uma grande importância na manobra de concretização dos objectivos. Tal refuta a ideia de que nem todos os indivíduos podem e devem migrar. Trindade (1995: 73) sublinha que “as teorias baseadas nos modelos de atracção-repulsão pressupõem que, em ordem a maximizar as vantagens e a reduzir o desconforto, o homem é conduzido a efectuar escolhas racionais em função de determinadas “pressões”. Estas pressões são factores de repulsão e atracção, “empurram” indivíduos do seu local de origem, “atraindo-os” para outros locais”.

Lee (cit. in Trindade, 1995: 75) reforça que as migrações podem resultar duma comparação entre os factores a montante e a jusante, ideia essa que sublinha não só a selectividade da migração mas também o compromisso assumido pelo indivíduo, ao ter a consciência dos aspectos negativos e positivos que rodeiam a sua teia migratória. O mesmo autor vai mais longe, ao sublinhar que estes aspectos positivos e negativos não decidem “per si” a migração; há um conjunto de obstáculos intervenientes entre a origem e o destino (como a distância, as barreiras, as leis de migração, os gastos de transportes de pessoas e bens, etc.).

A racionalidade individual, realçada nas teorias de push-pull, imperava na abordagem das formas de migração clássica, durante o século XIX, onde as teorias das migrações eram dominadas por uma abordagem que se fundia com a economia política no período. O homem era um ser racional e considerado “homo oeconomicus”, destinado a maximizar as vantagens e minimizar o desconforto. Este factor estava associado ao modelo de migração definido como atracção e repulsão, isto é, tendo em conta os factores que afastavam ou aproximavam indivíduos de determinados locais em detrimento de outros. Os factores eram de índole puramente economicista, tal como: a falta de acesso a propriedade ou uso de terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e a fome, ou o aumento populacional. As várias causas e motivações das migrações actuais (não cingidas a moldes economicistas) são o limite destas teorias, que contudo são o exemplo clássico das teorias migratórias.

2. As teorias do capital humano

As teorias do capital humano estão ligadas a um conjunto de qualificações e qualidades profissionais e comportamentais que facilitam uma integração e possível ascensão no mercado de trabalho. O conceito de capital humano nas migrações está ligado à ideia de integração, segmentação do mercado de trabalho e consequente rendimento salarial. A elevada apreciação do capital humano num agente migrante traz-lhe benefícios nos modos de incorporação no espaço de vida do país de destino.

Barry Chiswick, um dos pioneiros do conceito de capital humano (cit. in Trindade, 1995, pp:77), acentua que a maior parte dos migrantes não possui um capital humano elevado, o que os obriga a aceitar rendimentos mais baixos e consequente precariedade no mercado de trabalho, em relação às posições ocupadas pelos nacionais. Esta limitação de capital humano leva a uma prática de trabalho forçada pela rotina diária do trabalhador. O migrante, sem capital humano ou de baixo nível de qualificações, é obrigado a ter engenho e habilidade na adaptação às novas tarefas que lhe são incumbidas, sob pena de auferir uma remuneração incompatível com as funções desempenhadas. Aliás, a história da realidade migratória mostra que os próprios se inserem em mercados secundários, que a princípio não necessitam de uma obrigatoriedade de qualificação mínima. Por isso é natural encontrar migrantes com qualificações diferentes a desenvolver as mesmas funções sem nenhuma diferenciação ou pouca. Barry Chiswick defende também a necessidade de um investimento no capital humano, num processo traduzido no aperfeiçoamento e acumulação de qualificações – linguísticas, educacionais, formação profissional e consequente mobilidade profissional. A ideia de investimento em capital humano é reforçada por muitos investigadores e tomada por várias políticas de migração, como um investimento complementar na integração profissional e mobilidade do próprio migrante. Schaffer (cit. in Peixoto, 1998) defende a ideia de que a aquisição de capital humano (por escolarização, formação e experiência profissional) favorece as possibilidades de mudança posterior de emprego e, em consequência, de migração.

O problema da definição do capital humano tem suscitado varias discussões, e com algumas contestações por parte de alguns sociólogos. Portes (1999) contraria a ideia de Barry Chiswick, quando este último defende que a influência do inglês, em alguns migrantes no EUA, tem contribuído para a rápida acumulação de competências e consequente mobilidade dos rendimentos. Portes sublinha outros factores de relevo na integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento, como políticas governamentais, sociedade civil, opinião pública e a própria organização da comunidade étnica.

Becker (1993) chama a atenção para o papel da família e das subclasses (*underclass*) na influência da formação do capital humano. As limitações familiares e o isolamento de certos grupos são factores que têm repercussões na aquisição e transmissão de conhecimentos entre grupos e gerações, e podem pesar negativamente na aprendizagem da nova geração.

Böhning (cit. in Rocha Trindade, 1995: 78) defende que “as migrações constituem um factor de desenvolvimento na correcção das assimetrias e desequilíbrios de produção ao nível urbano, interurbano e regional, de tal modo que as migrações temporárias constituem um processo capaz de gerar desenvolvimento entre países menos e mais desenvolvidos, através de processamento de transferências dos recursos humanos”.

Esta última concepção pode ser associada ao conceito de retorno, e revela a vantagem comparativa que um migrante pode desenvolver nos dois países envolventes. Ao contribuir com a sua (in) voluntariedade na economia da sociedade de acolhimento, pode, por um lado, enviar remessas, consideradas como instrumentos de restauração da balança de pagamentos, estímulo às poupanças e possível investimento no país de origem. Por outro lado, pode constituir um novo recurso humano no país de origem, identificado como agente de mudança ao aplicar novas ideias e experiências profissionais, servindo de modelo não só de aplicação do capital humano desenvolvido como referência a seguir pelos demais indivíduos.

Contudo, por precaução, Böhning tem o discernimento de sublinhar que há factores que podem impedir um desenvolvimento dos países de emigração. Por exemplo, “em primeiro lugar a contracção da força de trabalho pode gerar uma distribuição mais eficiente dos factores de produção, mas também pode gerar uma situação de exploração generalizada conducente a mais ciclos emigratórios. Quanto às remessas, segundo factor, elas podem por um lado permitir à nação importar bens de

capital e matérias-primas, que fortalecem a sua capacidade económica, mas também podem induzir consumos de luxo e inflação, enfraquecendo a balança de pagamentos” (Böhning, cit. in Trindade, 1995: 79). Quanto à possibilidade dos migrantes regressarem ao país de origem e poderem aplicar as suas capacidades ou capital humano desenvolvido, o autor argumenta “que as qualificações adquiridas podem não ser convertidas em capacidades imediatamente transferíveis para a sociedade de origem, além de engrossarem o número de desempregados” (ibidem).

3. A segmentação do mercado de trabalho

A revolução industrial, que serviu para a separação da produção tradicional e produção da maquinaria pelo homem, já desejava a necessidade de uma especialização e perícia do mesmo em relação às máquinas de produção. A economia foi legitimar, através da organização científica do trabalho, as novas formas industriais. A economia fordista e o desenvolvimento, nos anos 70, de novas formas de organização levaram à existência de segmentação de trabalho, sectores qualificados e menos qualificados, incluindo não qualificados. A segmentação do mercado de trabalho constituiu-se na própria necessidade da organização do mercado, ideias depois exploradas por Henry Ford a partir do fim da 1ª guerra mundial; a necessidade de uma relação eficiente entre o homem e a maquinaria conduz a uma perícia do primeiro e a uma obrigação de qualificação para o efeito. As qualificações determinam o escalonamento profissional e a proficiência de cada indivíduo no local de trabalho.

Michael Piore e Alejandro Portes são autores pioneiros de uma análise migratória de tipo “macro”, utilizando as teorias dualistas do mercado de trabalho (sobre estes dois autores ver Peixoto, 1998 e Trindade, 1995). Esta teoria “dual” de segmentação do mercado de trabalho defende a ideia de que as migrações internacionais ocorrem em função da dinâmica do mercado de trabalho. Tal substancia a correlação entre o crescimento migratório (dinâmica dos fluxos) e a oferta/procura do mercado de trabalho no país de acolhimento.

Estas condições criam uma diferenciação de categorias profissionais. A segmentação do mercado de trabalho, motivada pela organização científica do mesmo

ou pelas características das actividades desempenhadas, pode provocar situações de discriminação quando um grupo ou indivíduo não conseguem identificar-se com as condições estipuladas. O que deu origem ao surgimento da economia informal como elemento desvinculador destas normas organizativas, muito embora esta realidade também seja motivada por outros factores estratégicos do desenvolvimento.

A questão da segmentação do mercado de trabalho na análise migratória está associada a vários factores, tendo em conta a vulnerabilidade do próprio mercado onde se inserem os migrantes. A situação de precariedade a que estão sujeitos não favorece um grande desenvolvimento do capital humano e a consequente mobilidade profissional em sentido ascendente. A inserção no mercado secundário é constituída por um estatuto jurídico precário, mobilidade não idêntica à dos nativos, estatuto migratório habitualmente temporário ou ilegal. A vulnerabilidade, ocupação de tarefas pontuais e redução de salários forçada, não favorecem o conceito de mobilidade profissional.

4. Redes migratórias e modos de incorporação

As redes migratórias de que falamos são essencialmente de natureza corporativa, incluindo propósitos de integração e defesa dos problemas que afectam a comunidade migrante. São constituídas tanto num sentido informal, como por exemplo famílias, amigos, redes de parentesco e enclaves étnicos, como num sentido formal, incluindo associações, ONG's, organizações católicas e escolas de migrantes. São de alguma forma intervenientes no percurso migratório, constituindo uma vantagem no processo de selecção e integração dos migrantes. Naturalmente tal depende das suas dimensões, alargamento, espaço de intervenção e legitimidade.

Jackson (1991) sublinha que importa termos presente que o processo social de adaptação a um novo ambiente ou de acomodação a novas expectativas normativas, culturais e morais, bem como a eventual assimilação por parte da comunidade de acolhimento, caso ocorra, constituem experiências comuns a toda a espécie de migrantes. Mas estas experiências são medidas na capacidade e nível de representação que cada rede especializada possui.

Trindade (1995) defende que o associativismo de migrantes funciona como protecção dos agentes quando estes ainda se encontram na fase embrionária de

incorporação, isto é, substituem o migrante enquanto agente individual à procura de formas de incorporação. Nesta perspectiva, podemos considerar o associativismo como um factor de coesão e de reinvenção de novos laços sociais, que se reactivam e actualizam segundo a transformação das próprias sociedades, das mentalidade e dos comportamentos. Estes são complementados pela capacidade ou pelo capital humano que cada migrante possui, como mote de facilidade da sua integração e nas relações para com as redes na sua defesa.

CAPÍTULO III. Migração Guineense

1. Enquadramento histórico: os primeiros migrantes

A população migrante mundial, apesar das estatísticas migratórias não serem suficientemente fiáveis, oscilou de 77 milhões em 1965 para 111 milhões em 1990, e actualmente situa-se em 2,8% da população mundial, ou seja, mais de 120 milhões de indivíduos são migrantes ou vivem fora dos seus locais (países) de origem (Tapinos, 2000). As migrações internacionais são constituídas por diferentes formas, origens, ou tipos e modos de incorporação, reflectidos em diferentes tipos de migrantes, países ou locais de origem/destino. Por consequência, não deixa de lado a influência da componente civilizacional de cada região do globo e dos próprios migrantes.

A migração africana pode ser considerada na sua origem e tipo, em diferentes formas, faseadas no tempo, desde o período pré-colonial, colonial, aos nossos dias (período de massificação e integração). As migrações africanas pré-coloniais, segundo Hance (1970, cit. In Adepoju, 1995), eram restringidas ao factor ecológico; o mais importante para os indivíduos era a procura de subsistência, comida e melhor segurança. No período colonial a movimentação dos indivíduos passou a ser controlada sob governos coloniais, com mais dinâmica no sector urbano, crescimento de algumas zonas residenciais, como centros de cidades etc. A partir do período pós-colonial os movimentos migratórios associaram-se aos países ex-colonizadores, sustentados na base das ligações histórico-culturais entre os países envolvidos. É a partir deste período que a migração internacional africana é sublinhada.

O fluxo migratório sentiu um aumento considerável a partir do período pós-colonial, à medida que os respectivos países iam adquirindo a independência, com crescimento das cidades mais importantes de cada país, o que originou também uma dinâmica do campo para a cidade. Touré (1992) realça os vários estudos que reportam um amplo desequilíbrio no crescimento urbano e a nível rural, tendo em conta a dinâmica populacional subsaariana, e uma ausência de programas de desenvolvimento para solução dos problemas. O que se pode constatar é que há cada vez mais um sector rural em degradação; um exemplo é o de muitos sectores rurais e periféricos da Guiné-Bissau, onde a agricultura hoje só representa um meio de subsistência familiar. Segundo muitos autores que investigaram as migrações africanas, considera-se que sempre houve dinâmicas de mobilidade inter-regional nas sociedades africanas, por exemplo, várias etnias nómadas (caso dos Fulas da Guiné Bissau, com origem no antigo império do Mali). Mas a migração de massa, de que se fala hoje com implicações a nível mundial, começou a sentir-se depois do período da descolonização de muitos países africanos nos anos 60.

A integração das economias regionais africanas está a contribuir para o crescimento da mobilidade inter-regional de indivíduos. Um exemplo disso é a Comunidade Económica de Desenvolvimento de Estados da África Ocidental (CEDEAO), fundada em 1995, para facilitar a livre circulação de produtos nos 16 países membros da África Ocidental. A Guiné-Bissau vive, hoje em dia, invadida de muitos cidadãos de países vizinhos, como o Senegal, Guiné-konacry, Nigéria, Mali, Mauritânia, etc. A possível criação do “mercado comum” africano em 2025, como uma estratégia importante do ponto de vista da integração regional e competitividade da região, muito embora vista de forma relutante por alguns autores e analistas, poderá constituir uma mobilidade incontável na dinâmica migratória (Adepoju, 2000).

Hoje um tema de preocupação é o controlo da migração irregular e clandestina, o tráfico de migrantes nos países de acolhimento. Segundo Adepoju (2000), esta tendência de mudanças observadas dentro da configuração das migrações pode estar associada à pobreza e miséria humana, à degradação da condição humana e à situação de emprego nos países de origem destes agentes migrantes. Esta degradação da condição humana, origem do surgimento de novas mentalidades na migração, por exemplo mulheres que procuram independência própria, e às vezes como chefes de família, interfere na organização tradicional familiar africana. A consideração tradicional do conceito de mulher como doméstica ou dona-de-casa começa a perder a

sua tradição e todos (homem e mulher) vivem emaranhados na luta de sobrevivência, com os papéis completamente confundidos. Esta realidade é ainda associada a outra problemática de difícil resolução: o rápido crescimento demográfico e desemprego são considerados processos de entrave ao desenvolvimento da região da África subsariana, e o pior de tudo é a concentração de indivíduos na capital, um crescimento precário urbano, e uma desertificação (de indivíduos) rural.

A migração guineense para Portugal já ronda os 20 mil indivíduos legais (segundo dados do SEF de Fevereiro de 2001), mas é estimada entre os 50 aos 60 mil imigrantes no total (segundo estimativas das associações, sublinhada, no relatório «Rui Ferreira», deputado do parlamento guineense). Ela constitui o espectro da realidade da migração africana, pelo que sublinhamos com mais pormenor as suas causas e motivações.

A Guiné-Bissau, como muitos países africanos independentes nos anos 60, assumiu o poder sob uma herança não preparada para o mesmo, o que suscitou várias crises no país e com consequências inesperadas. Esta situação motivou várias mobilidades sublinhadas por várias causas, escalonadas no tempo, desde as influências sub-regionais, crises económicas, e que culminaram com o conflito de 1998. Esta variedade sustenta a existência de diversas categorias e classes migrantes, de acordo com o período das suas dinâmicas e consequentes modos de incorporação. A deterioração da situação sociopolítica e económica, o pessimismo da população quanto ao futuro, são grandes estímulos das dinâmicas migratórias. A migração africana constitui uma estratégia de sobrevivência, uma pessoa da família assume a responsabilidade por todos os outros membros da família; por exemplo, no Senegal, um migrante chega a colmatar cerca de 70 até 80% das necessidades familiares (BIT, 1995 cit. In Adepoju 2000). A Guiné-Bissau vive hoje uma realidade idêntica; esta sustentação poderá atingir os 80% ou mais da população (segundo Desejado Lima: Cfr. Anexo 1, entrevista n.º1, série A).

A história da migração guineense pode, na sua origem, caracterizar-se pela tradição migratória dos Manjacos, pelos movimentos pendulares e de comercialização dos Fulas, e pelos primeiros Luso-guineenses (depois da independência) no território português por razões histórico-culturais (sobre os Luso-guineenses ver Machado 1998; 1999b; 2002). No contexto intra-africano, esta primeira fase caracteriza-se por uma migração fronteiriça ou inter-regional, e feita exclusivamente por duas das tribos guineenses: Manjacos e Mancanhas. Ela localizava-se nas zonas fronteiriças entre a

Guiné-Bissau e Senegal, o que facilitava a entrada no país vizinho no período da guerra colonial.

A realidade desta migração centrava-se em várias motivações, começando pela motivação étnica/religiosa, de trabalho, familiar, e não menos importante a motivação política; todas elas eram praticamente inseparáveis, no espírito dos migrantes, na medida em que as movimentações de um lado para outro não só eram facilitadas devidas às oportunidades fronteiriças, mas também tinham um grande incentivo na necessidade de procura de melhores condições de vida e na fuga à opressão colonial que se fazia sentir na altura.

A migração destas tribos (essencialmente Manjacos) para o Senegal e, depois, para França ganhou sentido e obteve frutos, o que fez com que este grande grupo de migrantes criasse raízes e redes migratórias cada vez mais sólidas nos lugares de acolhimento (Senegal e França). Por outro lado, do ponto de vista da apreciação global no país de origem, houve uma “crítica” aceitável, não só pelas possíveis remessas, mas também do ponto de vista do desenvolvimento económico e social dos próprios migrantes e seus familiares. Este traduziu-se em investimentos locais através de construções de casas nos locais de origem, crescimento do padrão de vida dos familiares dos migrantes, sobretudo quando estes regressavam de férias. Esta situação incentivou grandes movimentações familiares para os novos espaços de vida, ajudando desta forma a solidificar as redes migratórias nos locais de destino. Até hoje esta migração de motivação familiar e étnica continua a fazer-se sentir dentro da realidade migratória guineense. A realidade relata isso: hoje temos descendentes de Manjacos em França e no Senegal, que perderam por completo a língua crioula, mas enraizaram a cultura mãe (étnica) e a cultura do país acolhedor. Tal sustenta a ideia de que a integração dos migrantes não significa perder a cultura de origem (mãe). Esta movimentação veio a incentivar grande mobilidade, visto que as pessoas que se deslocavam para o Senegal tinham a oportunidade de re-emigrar para França, o que possibilitava outro tipo de acolhimento, e a oportunidade de poderem cultivar outra mentalidade mais instruída, possuindo assim um capital humano mais apreciável devido ao espaço de vida encontrado.

Este tipo de migração era considerado limitado, como já disse atrás (motivação étnica), muito embora tivesse uma motivação laboral, mas era totalmente cingida a estas duas etnias, com poucas influências no resto do país. Tal demonstra que realmente o fluxo de migração clássico ainda não tinha abalado o país. Mas, contudo, não deixa de

ser um contributo para uma reflexão profunda sobre a decisão da migração no seio da sociedade guineense, e da própria “consciência migratória” e “experiência migratória”; ou seja, tirar partido das oportunidades de migração, prevendo momentos difíceis que possam advir durante o período da cadeia migratória.

O outro momento a considerar é o dos chamados “Luso-guineenses” definidos por Machado (1998; 1999b; 2002). Este fluxo fez sentir-se no princípio da segunda metade dos anos setenta e princípio dos anos oitenta, dirigido para Portugal depois da independência. Era em larga parte constituído por motivações políticas e associado aos retornados da guerra colonial. Não era de carácter étnico ou religioso mas sim político, dirigido a um grupo específico de pessoas, os que mais fortemente tinham ligações com os colonizadores e que durante o período da guerra teriam estado ao lado destes. Esta fase ainda não podia ser considerada uma fase de verdadeira movimentação migratória ou de massa, porque era constituída por uma agitação e pressões momentâneas, não por uma “racionalidade individual” voluntária. Tratava-se de pessoas que na altura tinham uma certa ligação com as políticas dos colonos; um exemplo disso é o caso de muitos indivíduos de origem guineense que estavam aliados à Polícia da Intervenção e Defesa do Estado (PIDE) e, que após a independência da Guiné-Bissau e da própria mudança do regime político, se sentiram obrigados a virem para Portugal, temendo possíveis represálias

Também por uma questão de legitimidade podem associar-se a este momento indivíduos voluntários que vieram depois à procura dos seus direitos, por exemplo reformas de guerra, etc. Este período migratório é discutível do ponto de vista do conceito migratório clássico, porque envolve pessoas que na altura nem sequer detinham a nacionalidade guineense, se levarmos em conta que a nacionalidade só surgiu depois da independência de 1974 (o que quer dizer que nunca foram estrangeiros). E convém dividi-lo em duas fases. Os primeiros Luso-guineenses dos anos setenta conseguiam documentação como cidadãos portugueses e tinham quase uma integração imediata e plena na sociedade de acolhimento (portuguesa); o que não acontecia com os Luso-guineenses da década de 80, sujeitos a um enquadramento legal diverso (primeiro era preciso a autorização de permanência e depois a nacionalidade).

Perante esta pequena divergência das duas fases convém sublinhar o surgimento do importante conceito de “cidadania” na realidade migratória guineense. É nesta fase que este conceito surge, na medida em que sendo os primeiros migrantes considerados

portugueses tinham todos os direitos dos cidadãos nacionais, do ponto de vista legítimo e dos privilégios, apesar de serem oriundos da Guiné-Bissau.

Considerando que actualmente mais de 120 milhões de pessoas vivem fora ou longe dos seus locais de origem, onde a justificação mais sublinhada é de melhorar as suas condições de vida, não é de estranhar que mais de 500 mil guineenses vivam fora do país de origem (números que incluem descendentes de origem guineense, mas tratados na perspectiva do entrevistado como guineenses, Cfr. anexo 1). As causas que sustentam esta dinâmica são várias. Por uma questão de ordem cronológica, podemos sublinhar como primeiras as influências sub-regionais, caso dos Manjacos (de Cacheu, Canchungo) e Mancanhas (de Bula) ao Senegal, devido à vizinhança e afinidades histórico-geográficas. A segunda linha a considerar é a descolonização nos anos 70, concretamente em 1974, consequência dos chamados Luso-guineenses (Machado, 1998; 1999b; 2002). A terceira é justificada pela crise da conjuntura económica que assolou o país perante o seu empobrecimento, entre 1985 e 1995, associada à liberalização da economia, iniciativa privada e crescimento de pequenos agentes económicos de racionalidade lucrativa. Esta situação suscitou uma grande dinâmica de fluxos para Portugal, Cabo Verde e outros locais, como Espanha e França. Por último, podemos considerar as motivações do período de 1998 devido à guerra repentina, ligada à crise e instabilidade política, o que originou o fluxo dos refugiados, que contribui com algum “contrastes” e “continuidades” para a identidade migratória.

"História de Vida"

“François Mendy” é um jovem de 25 anos residente em Portugal desde 1998, período que coincidiu com o dos refugiados guineenses em Portugal. François Mendy, como é aqui designado, identifica-se legalmente em Portugal como guineense e apresenta uma história no mínimo curiosa, uma vez que é Manjaco de origem senegalesa e tem pais de origem guineense; está em Portugal como guineense refugiado e considera que o seu percurso migratório está a chegar ao fim, pelo menos aqui em Portugal. Parte brevemente para o Senegal e deixa a autorização de residência e a nacionalidade guineense como meios que lhe fizeram obter um fim.

Entrou no território português para participar num torneio de maratona em Setúbal organizado pelo INATEL; depois da maratona juntou-se aos tios. Aliás, o objectivo dele era vir a Portugal para trabalhar, visto que o pai já tinha visitado o país em 1996, e achou interessante a ideia do filho poder vir. Arranjou formas (cunha) para o François poder vir em 1998.

Os pais de François são de origem guineense, foram para o Senegal no início dos anos sessenta, já o avô tinha emigrado para o Senegal, e simplesmente mandou buscar os filhos. No território guineense são de origem de uma “tabanca” (local de habitação ou

aldeia) denominada “Capôl”; pertence à cidade de Canchungo, região de Cacheu, onde ainda possuem alguns familiares.

O Françaiois, quando chegou ao território português, preocupou-se de imediato com as formas de incorporação, contando com o apoio dos tios desde o início. Rapidamente chegaram à conclusão que tudo seria mais fácil com a identificação guineense, visto ele ter entrado em Portugal com o passaporte senegalês. Foi fácil conseguir a certidão de nascimento na Guiné-Bissau pelos familiares (que lá vivem), e tratou-se do passaporte guineense na Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, obtendo o estatuto de refugiado de guerra de 1998, o que lhe permitiu identificar-se como um dos aproximadamente 20 mil guineenses legais em Portugal. Françaiois, para além de ser legal no país, aprendeu a falar crioulo (língua nacional dos guineenses) com alguns familiares aqui em Lisboa, e aprendeu também a falar fluentemente o português. Apresenta uma capacidade de aprendizagem aceitável (aliás, era pré-universitário no Senegal), o que constitui um orgulho dos pais por ele se identificar mais com a sua origem, estes (os pais) não falam, quanto mais português.

Françaiois considera que neste momento cumpriu 80% dos objectivos da sua vinda para Portugal: ganhar dinheiro, construir uma casa no Senegal, abrir um pequeno negócio e ver a possibilidade de re-emigrar para os EUA, onde tem uma irmã que o vai receber com todo o orgulho. Assim pode continuar os seus estudos porque, para além da língua francesa também fala inglês, tirando o wolof (língua nacional do senegaleses); acha que terá mais proveito se estudar nos EUA. Os 80% dos objectivos cumpridos coincidem, na visão de Françaiois, com o enfraquecimento do mercado de trabalho de construção civil e obras públicas a que está ligado (senão teria concretizado 100%). Ele sublinha que nunca tinha visto tanta gente (conterrâneos dele) parada porque não há trabalho, o que começa a desanimar alguns. Considera estar tranquilo, não só por estar a trabalhar, mas porque o objectivo dele não é permanecer em Portugal, e irá regressar brevemente; aliás, todo o dinheiro que ganhou na construção civil está no país de origem (Senegal), depositado na sua conta bancária.

Françaiois, na sua opinião, sente pena dos seus compatriotas guineenses, essencialmente aqueles que só falam crioulo e dizem que não têm etnia ou são misturas de várias etnias, porque não têm “espírito de migrantes”. Exceptua os Manjacos e Fulas, porque estes têm outra maneira de viver e encarar as coisas, raramente trazem ou mandam buscar os filhos ou mulheres, e moram em grupo num apartamento alugado, não se preocupam com vestuários de luxos nem carros, pensam na família nos locais de origem e têm uma vida sossegada. Tirando estes grupos étnicos, os “outros” guineenses pensam em imitar os portugueses, imitar angolanos no modo de vestir e falar, não dispensam os luxos, pensam mais em ficar aqui em Portugal. Françaiois sublinha que isto (a situação dos imigrantes) daqui em diante “não vai dar nada”, não vai haver emprego para os imigrantes, “muita gente vai passar mal”.

2. A migração de massa ou clássica

Os meados das décadas de 80 e 90 podem ser considerados como momentos de migração de massa para a realidade guineense, do ponto de vista da interpretação clássica. Esta fase é considerada, fase da migração clássica, devido às suas formas, tipologias, e toda a sua envolvente, a problemática no país de acolhimento como na

origem, e associada à racionalidade individual na decisão de migrar. Nesta fase Portugal tinha (tem) o selo de destino e de ligação para outros países europeus. Este período é de verdadeira migração por constituir todas as motivações possíveis da própria migração: laborais, familiares, individuais, etc. É a fase que fez migrar quase todas as camadas do escalonamento social guineense, desde os mais instruídos aos menos instruídos, e até os que não possuíam nenhuma instrução escolar.

Esta tremenda crise de governabilidade levou o país a aderir em 1987 ao chamado Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), financiado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, para restauração e relançamento da economia nacional e consequente desenvolvimento do sector privado, e para a liberalização económica no âmbito da CEDEAO (Comunidade e Económica para o Desenvolvimento de Estados da Africa Ocidental) segundo (Desejado Lima. Cfr. Anexo 1, entrevista n.º1, série A). Muitos dos críticos consideram que a adopção dos PAE, por muitos países africanos, constitui um dos espíritos do semi-capitalismo e sinal de arrogância por parte dos agentes económico e elites que detêm o poder e a autoridade. Revela, por outro lado, um desequilíbrio e contestação profunda na própria estrutura e estratificação social, nas suas sociedades, pela emergência de pequenas camadas de elite (Bastardes, 1999).

Este período conduziu uma fuga de jovens com um nível de instrução médio e de técnicos para Portugal, Cabo Verde e outros países africanos e europeus. Para Portugal vinham pessoas à procura de melhores condições de vida e alguns extremamente jovens, com um nível de instrução do ensino secundário e que não tiveram a “sorte” de poder continuar os seus estudos (como se observa no anexo 2, quadros n.º 11 e 12). Do total dos migrantes guineenses residentes em Portugal em 1995, 22% sublinha que vieram para Portugal para estudar, número que ascende aos 28% se incluirmos os chamados Luso-guineenses; 47% tinham o intuito da migração clássica, isto é, procurar melhores condições de vida (Machado, 1998; 199b; 2002). A migração de jovens foi acompanhada por fluxos de pessoas adultas de família, que já desempenhavam funções/cargos na função pública; e pela entrada dos chamados quadros de leste, formados na antiga URSS e Cuba, que ou vinham dos países onde se formavam directamente para Portugal ou eram discriminados no país de origem durante o período de integração¹.

¹ Os 5% de quadros representavam o total de migrantes em 1995 (ver anexo 2, quadro n.º 12) (Machado, 1998). Este número tende a aumentar significativamente nos momentos actuais, se considerarmos o fluxo de 1998 e os quadros que acabaram por ficar em Portugal.

Para Cabo Verde (que durante algum tempo serviu de trampolim) iam técnicos de ensino, professores secundários formados na escola de formação profissional “Chico Té” e INEF (Instituto Nacional de Educação Física), que rapidamente conseguiam integração profissional, mas alguns acabaram por vir parar a Portugal, sob o efeito da necessidade da re-emigração. Portugal via assim cada vez mais a chegada dos guineenses, sem se aperceber que estava a ser “invadida” pelos mesmos; e, apesar de todas as exigências mínimas de controlo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e de outros organismos do Estado Português, continuavam a chegar pessoas vindas da Guiné-Bissau (e não só) com bagagem de migração. São estas pessoas que constituem na sua maioria a realidade da migração clandestina, talvez porque as redes facilitam esse crescimento, ou porque o espaço de vida ainda é convidativo, ou talvez porque não havia uma política de migração definida. Mesmo com a crescente definição de políticas de migração em Portugal, tive a oportunidade de constatar e ser informado (durante o período de trabalho de campo), pela solicitação de vistos de curta duração, de indivíduos que pretendiam permanecer em Portugal ou transitar para outros lugares europeus, por estes vistos apresentarem menor exigência tanto nos documentos obrigatórios a tratar em Bissau (Guiné-Bissau), como nos documentos a serem enviados pelo responsável em Portugal. Para além disso, num período de 15 dias a pessoa pode obter uma resposta satisfatória (Cfr. Anexo 3, “visto de curta duração”).

O fluxo da migração de massa pode ser dividido em duas fases: a fase de pré-consolidação e a fase de cicatrização. A primeira fase caracteriza-se pela aventura maciça que se fez sentir no princípio da segunda metade dos anos oitenta. Esta fase reflectia-se ainda na fragilidade das redes migratórias, tanto familiares como institucionais, nas suas estruturas e dimensão. Tendo em conta esta fragilidade, muitos migrantes tiveram aventuras dificultadas pelas condições de recepção e de integração, chegando a dirigir-se para os contentores dos estaleiros, como abrigos oportunos; outros acabavam por assaltar prédios em construção (caso da Quinta do Moço em Sacavém, que já não existe), para fazerem destes lugares as suas acolhedoras casas. Estes são alguns dos problemas mais marcantes nesta primeira fase do movimento. A lógica de alojamentos em abrigos/obras de construção civil, estaleiros dos mesmos, associa-se à ideia que a migração é uma necessidade de procura de melhores condições de vida; o período em que os migrantes se encontravam era encarado como um sacrifício normal, tendo em conta os objectivos traçados a priori.

A segunda fase compreende-se no princípio da década de noventa, já com um crescimento das redes migratórias, tanto associativas como familiares, constituindo um pano de salvação dos recém chegados. Muitas associações acompanhavam os primeiros momentos de vida dos novos migrantes, a sua integração no mercado de trabalho, caso da AGUINENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social), que possui uma UNIVA (unidade de inserção na vida activa, auxiliando jovens na formação e procura do emprego). Mas as redes familiares ainda continuam a ter um papel importante na socialização diária dos migrantes. Os abrigos das obras deixaram de ser guetos dormitórios e começaram a surgir bairros especializados (localizados) para migrantes. Exemplo destes são os chamados bairros degradados (barracas), Bairro das Marianas na linha de Sintra, guetos do Prior Velho, bairro social de Chelas (zona J), etc. Porém, hoje em dia muitos destes guetos estão a ser demolidos e substituídos pela construção dos bairros sociais.

Há um problema a sublinhar na conjugação destas duas fases, a procura de melhores condições de vida. O espaço de vida/habitat dos migrantes é definido pelo espaço de vida/trabalho; na sua maioria estes inseriram-se na região do Algarve e Lisboa, locais preferidos dos migrantes (Machado, 1998). E uma outra questão é a da legalização; a primeira fase foi dificultada pela falta de enraizamento das redes migratórias, (que só se solidificaram na segunda fase) mas permitiu uma maior facilidade na obtenção do título de residência (dispositivo essencial na vida de um migrante). Tal aconteceu naturalmente com os migrantes que chegaram nesta primeira fase. Apesar das dificuldades, foram recompensados pelos títulos de residência. Os seguidores, ou seja, os da segunda fase, apesar de conseguirem uma integração mais aceitável (proporcionada pelas redes), foram castigados por não conseguirem os mesmos títulos a tempo e horas, o que acarretou o crescimento dos migrantes clandestinos, porque as próprias políticas de migração, desenhadas na altura no país de acolhimento, pouco ou nada operavam perante certas situações concernentes ao controlo dos migrantes. Estes, na minha opinião, são dos muitos que só conseguiram entrar em Portugal a partir da segunda fase, apesar das legalizações extraordinárias. Todos estes obstáculos continuam a fazer da migração uma decisão para poucos e não para muitos.

Assistimos hoje a uma complicada definição de políticas de migração (integração). Continua a pairar a dúvida: como e quem integrar?

3. Migração: causas e motivações

Numa análise mais profunda e sistêmica das causas e motivações, podemos destacar duas como essenciais na dinâmica migratória guineense: em primeiro lugar, a experiência de migração dos Manjacos e Fulas; em segundo lugar, a desorganização do aparelho de Estado e o consequente falhanço da gestão das políticas de reestruturação financiadas pelo Banco Mundial no relançamento das economias mais pobres. Os primeiros constituem uma lição a dar, naquilo que podemos chamar de “consciência migratória”, transmitida pela sua etnicidade e experiência geracional. Eles encaram a migração de uma forma diferente das outras classes ou etnias guineenses (como veremos mais adiante); um exemplo disso é a história de vida de “François Mendy” (ver Caixa), como continuidade daquilo que os pais eram, simbolizando assim um orgulho da própria família. No aspecto do poder do Estado e suas implicações, depois das independências muitos dos Estados africanos não conseguiram uma gestão eficaz dos seus países, o que provocou uma crise instalada nas suas economias.

Por outro lado, salienta-se a preocupação de assimilação aos modelos europeus democráticos nos anos 90; estes constituíram um fracasso e criaram fragmentações, traduzidas em muitos partidos políticos que constituem o país e que acabam por apresentar falta de quadros para assumir os lugares de alta responsabilidade do Estado, escassez de grupos de pressão, lobbies e elites sociais. O país tem pouco mais de 1 milhão de habitantes, com 14 formações partidárias, com a taxa de analfabetismo acima dos 60% e uma fragmentação étnica (com cinco grupos étnicos como importantes: Balantas 27%, Fulas 23%, Mandingas 12%, Manjacos 11% e Papeis 10%) muito acentuada no que refere às questões de poder (Pinto, 1999). O problema é preocupante, e muito mais preocupante quando se refere que o país possui mais de uma dezena de etnias, fragmentadas umas das outras pelas ideologias tradicionais, hábitos e costumes, e até por regiões e zonas geográficas. A interação de relacionamento entre indivíduos é manifestada numa teia de relações de dependência e de obrigações, perante os compromissos étnicos, religiosos, camaradagem, simpatias, etc.

Um país apresenta um saldo negativo muito acentuado na balança comercial; não produz quase nada e é obrigado a importar tudo, dependendo da ajuda internacional do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc. Apesar de muitos autores suspeitarem das preocupações humanistas das IBW (Instituições de Bretton Woods) e

sublinharem que nos países onde se aplicam estes programas as políticas económicas/financeiras estão concentradas nas elites locais, existindo uma clara aliança entre o grande capital externo e estas “nomenclaturas”, estes programas são imprescindíveis para fazer respirar o país. Um exemplo disso é a criação do Sector Privado na Guiné-Bissau, com vista a recuperar a economia do país e como estratégia para o desenvolvimento socio-económico. Esta recuperação vai depender das ajudas do Banco Mundial e de outros parceiros para fazer valer os seus objectivos. Sublinhe-se que o Banco Mundial já disponibilizou cerca de 26 milhões de dólares para o sector (segundo Josué de Almeida, Coordenador Técnico do Sector Privado da Guiné-Bissau).

O objectivo dos PAE (Programas de Ajustamento Estrutural) implica teoricamente medidas antimonopolistas, liberdade das iniciativas empresariais, incentivo ao investimento privado e redução do papel de Estado na economia. É de referir ainda a importância da tripla aliança entre as IBW, o capital externo, os poderes e o capital interno (Baker, 1989 e Berns, 1990, cit. In Mosca, 2001). Ao contrário, alguns autores ainda defendem que falar das políticas PAE e de democracias em sociedades com 70% de indicadores de analfabetismo, com deficientes comunicações e sistemas de informação limitados, pouca tradição de organização civil, e onde as formas de poder tradicional se mantêm, parece pouco realista. Tal acaba por ter repercussões negativas para os objectivos que os programas pretendem, e os dispositivos financeiros são sempre limitados (Mosca, 2001).

A implementação dos PAE na Guiné-Bissau a partir de meados dos anos oitenta surgiu como um dispositivo de intervenção e correcção das assimetrias, mas mesmo assim as estruturas preconizadas em relação ao sector empresarial do Estado e ao investimento público, com vista a uma diminuição da carga administrativa e financeira, e ao aumento da capacidade produtiva, não tiveram efeito. Tal resultou de uma má gestão (na apreciação) dos programas; de falta de estratégias que levassem o país a uma promoção económica, social e política mais desejada; de descoordenação de investimento público nos múltiplos projectos que este sector de actividade propunha desenvolver; e deficiência na própria coordenação e tomada de decisão, no sentido de aumentar a capacidade de controlo da economia. Todos estes factores levaram ao encerramento do financiamento dos programas por parte do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial na década de noventa, até à prova de capacidade de gestão dos governantes.

Alguns críticos dizem que, por mais que se queira, os modelos teóricos não geram produção e, sem o crescimento da produção, seja que modelo for, é pura fantasia, destinado ao fracasso. Foi a semelhança do slogan que se viu em torno de todos os esforços feitos para a emergência da economia guineense; com tanto dinheiro gasto nos programas de ajustamento estrutural, no caso guineense não se viram sinais de investimentos ou incentivos para novas possíveis ajudas (Isaac, 1996)².

4. Os Refugiados: continuidades e contrastes na identidade migratória

A ideia de contrastes e continuidades dos refugiados na identidade migratória guineense merece ser sublinhada, na medida em que o fluxo aconteceu no período em que a migração guineense se encontrava em crescente fase de integração, diferenciada por diferentes classes. A expressão “continuidade e contraste” foi sublinhada por Fernando Luís Machado para ajudar a definir o papel da etnicidade na integração dos migrantes em Portugal. Ela é também aqui levantada, na nossa perspectiva, para fazer compreender até que ponto uma (des) integração pode gerar causalidade cumulativa. Na análise da cadeia migratória, o momento da emigração suscita uma crença, reflexão e decisão, na posse de um conjunto de informação, isto é, um raciocínio, antes da deslocação. O decidir deslocar-se suscita uma preparação para a superação de possíveis obstáculos intervenientes.

Os refugiados³, apesar de possuírem “a priori” uma designação diferente dos migrantes clássicos, acabam sempre por assumir “a posteriori” o conceito de migrante. Esta passagem depende de tipos e grupos de refugiados e também do local ou país de

²Maanem (In Montciro, 1996:27-47) interroga-se como se tem avançado com os programas de ajustamento estrutural (PAE) sem se ter em conta a organização e reestruturação do aparelho do Estado. O Estado devia ter recuado e dar prioridade de intervenção ao sector privado para que este pudesse alcançar os seus objectivos: isto é, um equilíbrio entre a economia externa e interna. Por outro lado, é difícil dar primazia ao sector privado, por este não existir, o que acaba por accentuar a intervenção estatal.

³ A definição de “refugiado” começou com a convenção de Genebra de 1951 e o protocolo de 1967 sobre o estatuto de refugiados no ACNUR (Alto-comissário das Nações Unidas para os refugiados) – criado a mandato da ONU (Organização das Nações Unidas). A OUA (Organização de Unidade Africana), na convenção celebrada em Addis Abeba (Etiópia) em Setembro de 1969, ampliou o conceito de refugiado para as pessoas que abandonam o seu país por causas externas, incluindo domínio estrangeiro, graves desordens de ordem pública em toda ou em alguma parte do país de origem ou nacionalidades (Castel 1999).

acolhimento. Quando os dois países apresentam condições socio-económicas e políticas similares, os refugiados acabam por assumir um carácter temporário e procuram formas de regressar ao país de origem; é o caso, por exemplo, dos refugiados guineenses de 1998 no Senegal e em Cabo Verde. Caso contrário, tendem a procurar formas e redes de incorporação, como por exemplo os refugiados guineenses de 1998 em Portugal e outros países, como a França e Espanha. Este período veio reforçar a preocupação de incorporação e reagrupamento de famílias, devido à instabilidade do país de origem.

A magnitude do número de refugiados entre os fluxos migratórios mundiais é hoje considerável: dos cerca de 120 milhões de indivíduos que vivem fora de seus países de origem, 20 a 25% do total representam refugiados (Demetrios, 1999). A África Subsariana é das regiões mais pobres da região africana, contando com mais de 6 milhões de refugiados fora da região (Adedeji, 1999, cit. In Adepoju, 2000).

O fluxo de refugiados é bastante imprevisível, variando de país para país e com várias tipologias. O fluxo inter-regional faz-se entre os países vizinhos, de país um pobre para outro país pobre. Por exemplo, o Malawi conta com 910000 refugiados moçambicanos, enquanto um milhão de refugiados ruandeses estão no Zaire e Tanzânia (ibidem). É o exemplo também dos refugiados guineenses no Senegal e em Cabo Verde. O fluxo intercontinental é mais dirigido para os países com determinados laços históricos e diplomáticos, para além dos interesses económicos envolvidos. As causas são quase idênticas: por exemplo, Luanda (Angola) e Burundi, com perseguições comunitárias; Somália, com guerras de diferentes clãs na disputa de poder; Libéria, com a guerra desencadeada por Charles Taylor em Dezembro de 1989; Sudão, com o conflito entre governo, de signo islâmico, e a guerrilha sudista; a guerra civil de Angola e Moçambique; e o levantamento militar na Guiné-Bissau em 1998. Onde, sempre, as mulheres e as crianças são as mais afectadas, e verificam-se impactos no países de acolhimento, com problemas sociais, políticos e económicos. Por exemplo, no caso de Portugal, quanto se gastou com os refugiados guineenses? E quanto daria este valor para a cooperação sustentada?

Segundo os dados do ACNUR, em Novembro de 1997 viviam mais de 4,3 milhões de refugiados em África, num total de 13,2 milhões no planeta (em cada três refugiados, um era africano e outro asiático); em cada dez países que geram um fluxo de refugiados, sete são africanos; e nos dez principais receptores, cinco são africanos. Alemanha e EUA são os outros principais países de acolhimento de refugiados (Castel, 1999).

A realidade dos refugiados guineenses em Portugal fez sentir-se no final da década de noventa, devido ao levantamento militar e consequente guerra no país. Este período de 1998, muito embora de mobilidade aparentemente temporária, não deixa de apresentar semelhanças com o fluxo dos migrantes clássicos. Foram semelhantes a expectativa de pretensão temporária ou permanente, a procura de melhores condições de vida, e os modos de incorporação na sociedade de acolhimento (dependendo das suas capacidades receptoras).

Esta conjuntura obrigou a uma dupla migração, laboral/profissional, pelo facto de constituir uma saída forçosa de todas as camadas ou grupos sociais: os que não queriam sair do seu país e os que já procuravam formas de migração. Esta conflagração, veio em favor destes últimos, que não voltaram para o país de origem; outros que, de início, revelavam a pretensão de voltar agora recusam a ideia de regresso, pelo que a sociedade portuguesa terá que arranjar formas de os integrar. Apesar dos projectos de incentivo ao retorno dos refugiados, os mesmos não tiveram muita aceitação; os agentes foram encontrando voluntariamente formas de enquadramento na sociedade de acolhimento.

Este momento foi marcado pela saída de diferentes camadas sociais, como sublinhámos: desde os analfabetos, incluindo os não preparados (psicologicamente) para a migração, aos quadros superiores e até alguns membros e dirigentes do país. Apesar desta mobilidade resultar de necessidade catastrófica e política, também se fizeram sentir os efeitos das outras motivações familiares e associativas, devido à expressão das redes migrantes já consentidas em pleno solo português, que contribuíram – de que maneira – para o crescimento dos migrantes.

É preciso sublinhar que, se os chamados migrantes clássicos já constituíam problemas de migração, tanto a nível da obtenção dos títulos de residência como a nível social e de integração, então a dinâmica dos refugiados veio agravar ainda mais a situação. O problema resultou da entrada significativa de pessoas de todos os níveis e classes sociais num curto espaço de tempo, quando a sociedade de acolhimento não parecia estar preparada para uma recepção mais conveniente.

Numa análise socio-demográfica das possíveis formas de incorporação dos refugiados, podemos considerar esta dinâmica migratória (refugiados) em quatro pequenas categorias: primeira, são os que chegaram e têm forças para trabalhar no mercado de trabalho por excelência dos migrantes (construção civil), constituindo uma continuidade; segunda, são os que optaram por estudar, ora por se afiliarem no estatuto de trabalhador estudante, ora por terem familiares que custeiam os seus estudos, ora por

conseguirem bolsas de estudo para o efeito (também constituindo uma continuidade); terceira, são os que conseguiram entrar no mercado de emprego mais qualificado (caso dos médicos e enfermeiros, uma continuidade por excelência); a quarta categoria, são os que não conseguiram enquadrar-se em nenhuma das categorias citadas e constituem a frustração e os efeitos malignos da situação que se vive algures em Portugal. Convém voltar a sublinhar que vieram pessoas não preparadas para a migração, e que constituem um contraste; sendo muitas das associações, por exemplo a AGUINENSO, o seu socorro.

A criação de redes informais e formais de solidariedade e acolhimento assenta em laços sociais, familiares, comunitários e até histórico-institucionais; ela constitui um importante mecanismo para estabelecimento e alargamento de fluxos migratórios, e constitui um grupo de pressão para o enquadramento dos migrantes. Os refugiados que tinham, por direito, o imperativo de salvaguarda dos direitos mais fundamentais de assegurar a própria sobrevivência, e que enquanto refugiados não podiam usufruir de qualquer actividade remunerada, viram-se transformados rapidamente em migrantes clássicos – talvez porque o mercado de trabalho assim o quera, ou porque havia pressão das redes para os sustentar.

A verdade é que o agrupamento de várias famílias ou familiares, que ainda não estavam bem integrados na sociedade portuguesa e ainda que com ou sem autorizações de residência, criou um novo problema. Este consiste hoje em dia na capacidade de absorção indivíduos pelo mercado de trabalho, quando muitos deles, repito, carecem de formação mínima para poder acompanhar as novas exigências do mercado de trabalho. O desenquadramento com o mercado de trabalho quando suscita continuidade é um problema. E muitos ainda possuem estatuto de refugiados ou estão em situação ilegal com processos pendentes, mas já com um envolvimento prático com a sociedade portuguesa em estado muito avançado. Os programas de retorno ainda existem mas sem justificação, uma vez que não encontram os destinatários. Um outro problema é de natureza legal: muitos dos chamados então refugiados guineenses (com processos pendentes) já detêm outras identificações que os consideram legais, segundo constataam as associações e OIM de Lisboa.

5. O imigrante, o mercado de trabalho e sua segmentação

O mercado de trabalho dos migrantes está sempre associado a vulnerabilidades⁴. Esta tese sustenta-se por estar ligada à segmentação do mercado de trabalho e à discriminação dos sectores de trabalho construção civil e obras públicas, e serviços domésticos. Por outro lado, a facilidade de empregabilidade destes sectores, as expectativas de aceitação imediata, as estratégias de sobrevivência e a ausência de necessidade de recorrer a parâmetros legais, geram um crescimento cada vez mais sustentado dos migrantes. Por isso é natural que o mercado informal seja denominado como o mercado por excelência para o migrante. Piore (1975 e 1979, cit. In Portes, 1999: 43), sublinha que “os empregos do segmento secundário do mercado de trabalho são mal remunerados, requerem poucas qualificações e oferecem oportunidades de mobilidade limitadas. Desta forma, o confinamento dos migrantes a este segmento assegura que aqueles que não regressam ao país de origem são relegados para um estatuto quase permanente de minorias desfavorecidas e discriminadas”.

Os estudos recentes em Portugal confirmam esta realidade. Vaz (1997) sublinha, num estudo realizado, que o mercado da construção civil é um mercado imperfeito/segmentado, para além de ser vulnerável; está em consequência ligado à economia paralela e ao sector informal. Em 1993, 25% do total da população empregada no país não descontava para a segurança social e esta percentagem aumentou para 32% em 1995; dentro desta população que se subtraía aos impostos, 88% era empregada na agricultura, 57% no comércio e 36% na construção civil. O número da população empregada que não descontava para a segurança social tendia a aumentar à medida que a construção civil (mercado informal) ia ganhando revelo. Se fizermos uma análise destas variáveis e a sua dimensão no espaço/tempo, é fácil perceber que a

⁴ Nos últimos dez anos perderam a vida mais de 1791 trabalhadores da construção civil. A afirmação é do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu (STC) (In *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 2002, pp. 2). Portugal continua a ser o país da Europa com a maior taxa de sinistralidade laboral: cerca de mil acidentes por dia. As estatísticas são assustadoras, morrendo anualmente 335 mil pessoas vítimas de um acidente de trabalho. Em 2001 morrem em Portugal 280 pessoas no seu local de trabalho, 156 das quais na construção civil; os dados são referidos pela Inspeção-Geral de Trabalho e pela CGTP (In *jornal Correio da Manhã*, 28 de Abril de 2002).

construção civil deve ocupar um lugar de destaque na percentagem dos que não descontam para a segurança social. Tal tem suscitado novas medidas que estão agora a ser tomadas pelas novas regulamentações dos migrantes (por exemplo, o modo como são dados os vistos de trabalhos e como são renovadas as autorizações de permanência).

Alguns autores defendem que a segmentação está ligada a certas formas de discriminação (Lindley, 2000) e à redução de oportunidades de alguns grupos, independentemente da sua maior ou menor competência, para os trabalhos disponíveis. Tal é confirmado pela realidade de muitos quadros estrangeiros, que deixam os seus diplomas e submetem-se a trabalhos não compatíveis. No anexo 2, (quadros e figuras) é fácil detectar esta realidade. Nos PALOP (quadro n.º3), 0,0% é a percentagem de activos qualificados numa amostra de imigrantes activos, nos meses de Janeiro/Fevereiro de 1998, contra os 51% dos europeus; o peso dos primeiros é concentrado na construção civil, com 50%, e nos serviços pouco qualificados, com 25% (Baganha, 2002). O mercado primário, na sua norma destinado aos qualificados, tende a distanciar-se de certa forma do migrante, empurrando este para outras situações de valor de sobrevivência humana, como única solução. Os migrantes refugiam-se em actividades informais para sobreviverem, correndo o risco de serem desintegrados ou excluídos do mercado de emprego qualificado na sociedade acolhedora, por estarem em trabalhos caracterizados por um elevado nível de incerteza quanto à respectiva continuidade, remuneração e condições de vida diárias. Por exemplo, muitos dos licenciados guineenses tomam outros rumos de trabalho não identificados com a sua formação original.

A composição profissional dos migrantes guineenses em Portugal é constituída na sua maioria na área da construção civil, isto é 57% dos migrantes (incluindo homens e mulheres), donde 84% dos homens são trabalhadores de construção civil, enquanto que 64% das mulheres são empregadas do comércio e serviços pessoais; e 98% dos migrantes guineenses (homens e mulheres) são trabalhadores de conta de outrem; 0,3% são directores e quadros dirigentes, 8% são profissionais científicos e técnicos (Machado, 1998; 1999; 2002) e Baganha, 2002). E já em 1995, segundo os dados do inquérito nacional aos guineenses residentes em Portugal, 63% representa o total dos activos, contra 37% total dos não activos (Ibidem), o que representa uma percentagem elevada na interpretação clássica de migração, onde o trabalho é o principal lema da mobilidade (migração). Esta elevada percentagem dos não activos é justificada também pela elevada percentagem dos estudantes, 19%, muito embora esta percentagem poderá

ser relativa uma vez que alguns indivíduos (que trabalham e estudam) poderão gostar mais de se identificarem como estudantes que trabalhadores de construção civil, por outro lado a relação de laços familiares interiorizados no seio da comunidade faz com que muitos dos estudantes vivem simplesmente dependentes dos seus familiares e fazem alguns “part times” possíveis o que lhes fazem não identificarem como activos.

Boyer (1997), no seu livro “Estados contra os mercados”, indica que o dilema da Europa é como promover o crescimento e o emprego e, simultaneamente, conservar e mesmo alargar a coesão social. Será que existe uma única solução e ideal? A principal mensagem deste contributo é de que existem diversas alternativas em aberto para a Europa, que estas não são de modo algum equivalentes e exigem reconfigurações institucionais e estratégias de política económica alternativas. Perguntamos, no caso Portugal: Que alternativas? Que coesão? Que solução ideal? No caso dos migrantes, legaliza-los é dar-lhes emprego correspondente ao seu capital humano? No período actual, o próprio desemprego do migrante tende a aumentar e a conjuntura económica é desfavorável. Apesar de a medição dos dados de desemprego relacionados com os migrantes não ser fiável, visto pecar por ser escassa, a verdade, mesmo com a escassez dos números, é a do aumento do desemprego. A tendência registada no caso dos guineenses desempregados no centro de emprego era de 637 em 1997 contra 1040 em 2001, o que sustenta uma variação considerável em termos de percentagem (ver anexo 2, quadro n.º15).

A luta contra o sector informal, a introdução de novas políticas que permitam a minimização deste sector é outro problema visto no continente europeu e no africano. Em África o sector informal representa 20% do PNB (produto nacional bruto) do continente e fornece 60% a 70% de empregos; ele quase representa uma estratégia de desenvolvimento (dados retirados da revista da OIM, Organização Internacional de Migrações, n.º3, 2000, Lisboa). Ramos (1991, 1996) sustenta a ideia de que o sector informal ou economia subterrânea está ligado à migração clandestina, e esta última é muito importante na mobilidade internacional da força do trabalho. Para Portes (1999) o mercado informal constitui, por um lado, a integração dos excluídos e, por outro, reflecte formas familiares (enclave) de organização. A economia informal é um dos modos de incorporação. Os enclaves étnicos (imigrantes), organizados de forma formal ou informal, não são exclusivamente comerciais, ao contrário das minorias intermediárias, cujo papel económico é o de mediar as transacções comerciais e

financeiras nas empresas do enclave, podendo abranger agricultura, indústria ligeira, construção civil, etc.

Na realidade portuguesa a economia informal constitui há muito tempo uma realidade vigente na migração, marcada pelas limitações no controlo de política de migração. Peixoto (1998) associa o sector informal ligado aos estrangeiros em Portugal à procura económica efectiva; apesar da precariedade deste sector, que repele os nacionais, ele é procurado pelos estrangeiros na expectativa de poderem aumentar o seu padrão anterior de vida e criar expectativas de mobilidade futura. Por seu lado, Böhning (1996) considera que existe na maior parte dos países de rendimento baixo e médio um sector formal e moderno que opera em conformidade com a lei. Em muitos países da África ele proporciona mais emprego (mesmo para estrangeiros) do que o sector informal; não se pode simplesmente pensar naquele sector e relacioná-lo com os estrangeiros. Nos países de rendimento baixo e médio, o emprego do sector informal tende a situar-se fora de algumas leis do trabalho, social ou fiscal; ele pode por vezes existir devido a escassez de regulamentações adequadas e à pequena escala e marginalidade das operações, mais do que por acções deliberadas a invasão a lei.

Outro factor de economia informal é a migração comercial, que também começa a ganhar espaço (no multiculturalismo). A dinâmica destas movimentações tende a ligar-se aos países de destino tradicional habitual, onde as componentes linguísticas, culturais e coloniais são mais marcantes. Os senegaleses são mais representativos nesta dinâmica, tendo a Costa do Marfim, França e Itália (Roma) como destinos. Hoje, deslocam-se mais para Portugal, Alemanha, Bélgica e Espanha, como vendedores de rua (Adepoju, 2000).

A realidade migratória é indissociável das condições económicas de cada país, tanto na origem como no acolhimento; quando a economia abrande, sob efeito de desemprego estrutural, é inevitável manter certas classes e categorias de trabalhadores no emprego. Esta instabilidade obriga, em certa medida, a certas medidas de ajustamento e de estruturação económica, muito embora dependendo de país para país. Exemplo recente disto são as medidas tomadas por alguns países para sair da crise que os devastavam, como sublinha Adepoju (2000). É o caso do Gabão, devido à proporção inquietante do desemprego (um quarto dos salários era repartido por nacionais dos países estrangeiros de África e Europa). Chegando aos 20%, o governo decidiu adaptar o emprego às necessidades locais: o Presidente teve, em 1991, que promulgar um decreto-lei que reservasse emprego aos nacionais, atirando outras nacionalidades para o

desemprego. A Costa de Marfim, por seu lado, tinha uma população estrangeira de 17% em 1965, 22% em 1975, 28% em 1988 e 25% em 1993; em 1995 o número cifrava-se em 4 milhões, quando o total da população era de 14 milhões de habitantes, aproximando-se dos 30% (Toure, 1998, cit. In Adepoju, 2000). Esta situação criou uma recessão económica e um aumento considerável do desemprego entre os jovens costa marfinenses, o que levou o governo a tomar medidas de regularização e expulsão dos irregulares, como únicas soluções para a saída da crise.

No caso português, apesar de as taxas de desemprego ainda não se cifrarem em níveis que suscitem certas medidas extremas, começa a haver indícios de preocupação. Tal deve-se à própria segmentação do mercado, gerada pelas diferenças na utilização de trabalho e gestão de mão-de-obra, o que gera desigualdades sociais que reforçam ainda a segmentação, como sublinha Kovács (1994).

Moulier – Boutang (cit. In Ramos, 1996: 240) relaciona o estado fordista com o controlo e rigidez dos salários, como consequência da divisão do trabalho, o que acelerou a segmentação e etnização do mercado de trabalho. Esta situação poderá fazer surgir, como sublinha Robert Lindley (no livro “Para uma Europa de inovação e de conhecimento”), um novo grupo na dinâmica migratória: os chamados «trabalhadores do conhecimento». Estes surgem como grupo profissional dominante, com níveis elevados de habilitação académica, um desenvolvimento profissional contínuo e autonomia (Lindley, 2000).

Alguns críticos e várias organizações de defesa e protecção civil e dos direitos humanos, que se opõem à globalização, consideram o aumento do comércio internacional como principal causa do aumento da desigualdade salarial e de taxas de desemprego mais elevadas; porém, os esforços do controlo internacional estão ligados ao controlo do ritmo da mudança tecnológica e da inovação, como sublinha Balowin (2001).

Os chamados migrantes clássicos passam na sua maior parte ao lado da formação e (in) consequente incorporação no mercado de trabalho mais exigente. Eles limitam-se a trabalhos vulneráveis, descuidados de oportunidades de formação e de novas tecnologias, que são indispensáveis para um emprego com qualificação ou mais competitivo. Apesar desta preocupação parecer aparentemente minimizada, tendo em conta a segmentação do mercado em grupos ou categorias de trabalho, onde cada um faz o que melhor sabe, esta passividade inspira grandes preocupações para o futuro do próprio migrante.

Um estudo recente sobre as migrações e incidência no mercado de trabalho em Portugal categoriza quatro variáveis como as possíveis em situações de incorporação económica no país de imigração: desemprego, mudança de sector, re-emigração e retorno (Baganha, 2002). A primeira variável já está a ganhar o seu peso. A segunda (mudança de sector) não me parece viável, uma vez que as qualificações dos migrantes e dos grupos de trabalho a que estão submetidos não me parecem propiciar estas mudanças, como veremos na secção seguinte. Também a terceira variável não me parece uma solução, uma vez que a conjuntura económica é global e nos últimos anos a re-emigração não tem trazido grandes frutos, de acordo com a própria experiência dos migrantes. A última (retorno) parece ser a mais oportuna de todas, uma vez que os acordos de migração temporária, constantes das políticas de migração recente, devido ao declínio do mercado de trabalho, vêm fazer reforçar esta premissa.

A actual conjuntura económica em Portugal é elucidativa, devido ao peso dos constrangimentos e cortes orçamentais. Por exemplo, com o fim dos créditos bonificados pelo menos 28 mil famílias não terão hipóteses para comprar habitação, o que leva os construtores a anteciparem (no pior dos cenários) uma quebra de 20 % na compra de fogos. A construção civil é um sector que emprega 600 mil trabalhadores e ameaça agora ser uma fonte de desemprego. Segundo a AECOPS (Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas), os concursos abertos naquele segmento sofreram recentemente uma quebra de 44,9 % em número e 37,6% em valor (cit. In Correio da Manhã, 3 de Julho de 2002, pp. 5).

6. O imigrante, o capital humano e a formação profissional

A obtenção ou aperfeiçoamento de qualificações deve constituir uma das preocupações dos migrantes, sobretudo quando se trata de migrações laborais e de duração indeterminada (o caso dos migrantes guineenses em Portugal). A dinâmica do mercado de trabalho e a flexibilidade do mesmo suscitam interesse e prevenções na formação e desenvolvimento qualitativo das capacidades. Mas o que na realidade acontece é o contrário, tendo em conta a preocupação básica dos migrantes: a sobrevivência, não associada às oportunidades futuras de vida. O consumo e a poupança são factores de preocupação e de satisfação do presente. Ramos (1996) interliga a

situação profissional dos imigrantes, por um lado, aos seus níveis de instrução e à sua falta de contactos com os circuitos de formação, e, por outro lado, à rigidez da organização de trabalho, com manutenção de certos empregos não qualificados, que acabam por ser o destino dos imigrantes. Esta é uma referência mais do que clássica na interpretação dos “espaços de vida” dos migrantes, dentro da tradição migratória, mas pode ser complementada por outras variáveis que contribuem para a integração dos imigrantes no mercado de trabalho formal ou informal. O capital humano (sobre este conceito ver o capítulo II, sobre as teorias migratórias), na sua interpretação clássica como o conjunto de dispositivos ou qualificações socioprofissionais, não sustenta “per si” a integração profissional do migrante, apesar de ser uma condição “sine qua non” como veremos mais adiante.

É de sublinhar que aqueles que deixam naturalmente os seus países de origem não conseguiram integrar-se nos seus mercados ou se sentiram auto-excluídos dos mesmos, independentemente das condições socio-económicas, por vezes, não serem favoráveis. A migração guineense é composta por uma percentagem significativa de indivíduos qualificados, que se dirigem para o mercado informal e construção civil e obras públicas no país de acolhimento. Os seus modos de incorporação despertam-nos para uma outra forma de ver o conceito de capital humano nos seus efeitos práticos, não divergindo da definição que lhe é clássica, mas dando-lhe uma complementaridade, ao correlacioná-lo com o conceito de “espaço de vida”. O capital humano não só se refere a dispositivos de formação/qualificação, mas também a um conjunto de factores, valores e cultura, ligados à originalidade e civilização de cada indivíduo, ou agente migrante, que profundamente se reflectem na incorporação e assimilação do mesmo na sociedade de acolhimento.

Os migrantes guineenses representam uma análise interessante na apreciação teórica do conceito de capital humano, como já dissemos, e sua representação prática no meio actual. Considera-se que uma grande parte dos migrantes possui um capital humano (níveis de escolaridade) aceitável, como ainda sublinhou Baganha (2001); Machado (1998; 1999b; 2002) salienta que os guineenses imigrantes incorporados na construção civil possuem níveis de escolaridade muito mais elevados que os seus congéneres PALOP. Mas estas qualidades estão submetidas ao mercado secundário (onde estão definidos os níveis de precariedade), o que pela interpretação clássica não seria normal, uma vez que os níveis de escolaridade são aceitáveis. Talvez seja necessário definir com precisão a ideia de mercado de “trabalho nacional” diferente do

mercado de “trabalho migrante” (dualidade de mercado), no país de acolhimento, para uma melhor compreensão das coisas. De facto, os imigrantes submetem-se a trabalhos precários como alternativa e devido à expectativa de ascensão económica não possuída quando chegam dos seus países de origem; logo, a inserção do migrante (seja ele com nível escolar aceitável ou não) no mercado de trabalho secundário é às vezes considerada como estratégia de sobrevivência ou como forma de acumulação de capital monetário para eventual regresso. Esta passagem é considerada como momentânea (mas corre o risco de ser permanente) numa interpretação racional do próprio migrante. Os estudos sobre dualidade do mercado de trabalho definem o mercado de trabalho primário e secundário. O primeiro é mais selectivo, com uma exigência de competências e qualificações muito rigorosas; o segundo é mais precário, mais susceptível aos migrantes, menos ou, por vezes, mais qualificados.

Baganha (2001), como já sublinhámos atrás, numa categorização referente a posições socioprofissionais e inter-relações dos grupos sociais na sociedade portuguesa (portugueses; europeus e brasileiros; PALOP), defende que no topo se encontram os europeus e brasileiros, depois os portugueses e, por último, os PALOP. Argumenta ainda que o fosso existente entre o primeiro grupo (europeus e brasileiros) e o segundo grupo (portugueses) se deve a diferenças de capital humano, o que tem uma clara expressão nas diferenças observadas no estatuto e estrutura profissional dos dois. Quanto à diferença entre o segundo e o terceiro grupo, ou seja, entre os nacionais (portugueses) e os PALOP, já não se substancia pelo capital humano, mas associa-se mais a segregação social (in) desejada. Esta contribuição mostra uma relação entre a linearidade no escalonamento destas três categorias e a segregação (in) desejada referida pela autora. Numa análise complementar, talvez os efeitos práticos que se fazem sentir tenham precedência nas diferentes formas de civilização e de modos de vida sociocultural e histórica de cada uma destas categorias. Podemos ainda concluir pela similaridade e proximidade existente entre os brasileiros e europeus em relação aos nacionais, em detrimento dos PALOP, com base nos valores e componentes complementares do capital humano.

O conceito de capital humano que aqui consideramos, como dispositivos de qualificações profissionais, pressupõe um determinado espaço de vida, na visão clássica do termo, ou seja, em teoria o espaço de vida está ligado ao capital humano. As pessoas detêm um determinado nível de qualificação, que lhes dá um emprego compatível com as qualificações, um estilo de vida e uma determinada interacção entre as classes,

grupos e indivíduos. Na prática da realidade migratória, esta correspondência acaba por não acontecer. É o caso, por exemplo, de alguns migrantes guineenses que detêm um capital humano apreciável mas sem uma interacção linear como os seus espaços de vida.

Na nossa observação, as estruturas (componentes) do capital humano possuem um grande papel no escalonamento e diferenciação das classes. Sem pretendermos ser exagerados, a posição do agente migrante no espaço social e os modos de incorporação são determinados por outros factores de índole social, não pelos recursos materiais ou qualificações. Estes factores, do ponto de vista social, representam uma carga simbólica muito apreciável. A integração e incorporação estão associados à interacção de indivíduos; perante este desafio, as pessoas tendem a ser aceites ou rejeitadas pela carga simbólica que representam na sociedade (para mais pormenores Cfr. Figura n.º2, parte complementar do texto).

O conceito de capital humano, complementado pelas suas componentes, é desequilibrador na balança de integração dos migrantes, e é ainda mais desequilibrador quando as suas componentes entram em acção. É natural que um cidadão comum português sinta “receio” de quem não fala português quando este representa um estrangeiro, ainda provindo de uma civilização onde haja menos instrução. O estrangeiro é um estranho numa certa medida, e por vezes constitui uma ameaça ao nacional em várias vertentes da vida humana, podendo suscitar a discriminação (in) desejada sublinhada por Baganha. A renovação do capital técnico-profissional e sociocultural através do acesso renovado de informação é importante no desenvolvimento do capital humano, bem como na conquista e manutenção da posição social ocupada. A formação profissional é importante no desenvolvimento do capital humano do migrante, mas a orientação sociocultural é de extrema importância para o enquadramento do mesmo. Para Pierre Bourdieu (cit. In Clers, 2000: 215), “a posição que cada agente ocupa no espaço social depende, em primeiro lugar, do volume de capital (recursos sociais, culturais, económicos, simbólicos) possuído”. Entre estes recursos podemos considerar alguns como sendo importantes para a nossa análise; é o caso dos recursos culturais e diplomas, capacidade de falar bem, exprimir-se de forma precisa, etc. Por outro lado, são importantes os recursos sociais e simbólicos, ambos ligados à posse durável de relações e a um conjunto significativo e gerador de valores aceites, tal como sentidos de honra, etc.

Nesta perspectiva é natural encontrar indivíduos (migrantes) guineenses com qualificações e nível de escolaridade elevado mas com algumas deficiências nas

componentes do capital humano, o que os obriga a ocupar posições desfavoráveis aos seus níveis de qualificações. Porém, também nesta realidade se evidenciam certas discriminações (in) desejadas.

Numa análise da integração no mercado actual de trabalho, as exigências de qualificações são imprescindíveis na política adoptada nos mercados europeus, tendo em vista o desenvolvimento das suas economias. Os centros de empregos e políticas de formação profissional constituem redes por excelência de formação (renovação e capitalização do capital humano), acesso e integração no mercado de emprego.

Os centros de emprego, apesar das suas ofertas de formação estarem escalonadas por diferentes categorias que constituem a variável emprego, representam uma relação menos intensa na ligação entre migrante e mercado de trabalho. Os motivos são de vária índole, entre os quais os de natureza clássica, uma vez que os migrantes se preocupam simplesmente com o nível material (salarial), o que parece ser jurado desde a tomada de decisão de migrar. A necessidade de um reforço de capital humano é descuidada no interesse e desafio de sobrevivência. Os migrantes são de certa forma colectivos estanques a grandes mobilidades, o que suscita a ideia de uma procura de trabalho temporária e não definitiva, motivada pela esperança do regresso ao país de origem, descuidando as outras componentes reguladoras e dinamizadoras de um mercado de futuro e continuidades. Muito embora se deva reconhecer que os níveis de formação são na sua maioria baixos, também há subgrupos com níveis de escolaridade aceitável, mas que negligenciam as possibilidades de renovação das suas qualidades, o que cria um efeito estanque de mobilidade profissional com implicações bastantes graves para o futuro. Gera-se assim um efeito cumulativo da precariedade dos migrantes nas suas esferas, para não sublinharmos as deficiências das componentes do capital humano que referimos atrás.

Campos (1999), no seu trabalho sobre imigrantes e formação profissional denota, que os diferentes níveis de integração das comunidades imigrantes e a existência de clivagens internas são factores importantes na procura dos imigrantes por centros de empregos. Porém, esta é diminuta, e ligada a sectores de mão-de-obra imigrada como construção civil, indústrias de trabalho intensivo pouco qualificado, restauração e serviços domésticos. Esta pouca ou quase inexistente procura, que mesmo quando existe é de natureza precária, levanta uma questão interessante sobre a possível auto-segregação dos migrantes como elementos estanques e desprovidos de dispositivos para um acompanhamento do desenvolvimento do mercado de emprego. Os *handicaps*



apresentados pelo autor ao nível do domínio da língua, preparação escolar e em diversas dimensões socioculturais que se reflectem no plano comportamental, não são só por si suficientes para uma auto-exclusão e não frequência nos centros de emprego. Estão também associados a uma falta de coordenação e prudência por partes das redes sociais envolventes, e a uma lacuna na redefinição das considerações individuais dos agentes migrantes nas estratégias de integração e continuidade, e não simplesmente de sobrevivência. Nesta lógica consideramos as componentes essenciais do capital humano como determinantes na sua prática do capital humano.

Neste caso, a cultura organizacional individual, o amadurecimento da cultura migratória e o sentido de prudência de um brasileiro, por exemplo, pode ser comparativamente melhor ou superior à de um guineense. Esta diferenciação também se verifica no seio das classes migratórias guineenses, onde os crioulos apresentam mais dispositivos socioculturais de integração em detrimento dos grupos étnicos isolados. No plano da integração na sociedade acolhimento, tal tende a favorecer a perspectiva de retorno das classes desfavorecidas, ou seja, quem não pensa em integrar-se, pensa em regressar.

No trabalho de Campos (1999), os formadores dos poucos formandos migrantes não sabem até que ponto os formandos obterão emprego, apenas sabem que a maioria tem dificuldades subjectivas. Estas devem-se à sua cultura de vida, desde à dificuldades de adaptação imediata aos módulos até à falta de assiduidade às disciplinas, o que agrava ainda mais os índices precários de aprendizagem. Esta componente desfavorável é também associada a certas resistências da sociedade de acolhimento, mesmo as entidades institucionais, incluindo, por vezes, a discriminação por parte das entidades patronais, em relação aos que têm merecidamente renovado o seu capital humano. Quanto ao insucesso das frequências nos centros de emprego, Campos sublinha que os canais de divulgação são maioritariamente feitos pelas redes familiares e não pelos mecanismos de divulgação dos centros de emprego; por outro lado, existe um desprezo elevado dos migrantes em relação às bolsas disponibilizadas.

A primeira justificação é uma falta de cooperação e de política a nível do domínio da língua e preparação escolar, e relativa a diversas dimensões socioculturais que se reflectem no plano comportamental de sustentação dos migrantes na sociedade de acolhimento. Cabe às entidades representativas responder pelas deficiências, no caso das associações, por um lado, e das entidades de promulgação de emprego, por outro. As associações, ONG e elites migrantes têm um papel sério a desempenhar na

integração e representação intermediária dos seus migrantes, e na criação de programas que desenvolvam aquelas competências. Trata-se de sensibilizar os migrantes para uma consciencialização da realidade onde estão inseridos.

O fomento e a promoção de diálogo entre organismos relacionados com a formação profissional e as redes de inserção dos imigrantes (associações, ONG, escolas, autarquias locais, etc.) são importantes na solução do problema.

7. Redes migratórias, espaço de vida, integração e mobilidade social

As redes migratórias, para além das suas influências no crescimento do fluxo migratório, possuem um grande contributo para a integração (modos de incorporação), circunscrição de espaços de vida, e consequente mobilidade social dos agentes migrantes. Na nossa perspectiva de análise, levamos em conta as considerações sobre redes tendo em conta o objecto de estudo. Estas podem reflectir desde as preocupações familiares (redes mais simples), chegando a possuir carácter institucional (redes mais complexas), no caso das associações e outras instituições congéneres, diferenciadas de acordo com o peso que detêm no enquadramento dos migrantes na sociedade de acolhimento e sua representação simbólica na sociedade de origem.

As redes mais complexas, chamadas institucionais, têm um carácter mais direccionado a recepção e enquadramento, funcionando como forma de garantir uma certa privacidade social nas manifestações da cultura de grupo ou migrante, enquanto este não sente ainda a força e a coragem na representação da sua identidade no meio de inserção – o que fará quando atingir a dimensão e a confiança exigível para tal, como sublinha Rocha Trindade (1995). As redes familiares, apesar de serem menos complexas, consistem na preocupação da socialização primária do migrante e impulsionam o crescimento do fluxo. Albuquerque (2000) considera as redes familiares como centrais na experiência de qualquer grupo migrante e no processo de adaptação e estabelecimento, incluindo os primeiros contactos com a sociedade de acolhimento. Leandro (1993, cit. In Trindade, 1995), no seu contributo, considera que estas redes de sociabilidade são muito importantes na ligação dos indivíduos e pequenos grupos ao contexto social de migração. Considera-as ainda como factores de coesão e de reinvenção de novos laços sociais na resposta a um novo meio social e transformações

que os agentes encontram no meio acolhedor. Nesta perspectiva, a comunidade ou o grupo étnico têm grande relevância na dinâmica do fluxo e seus modos de incorporação. Por outro lado, o capital humano de cada agente migrante acaba por contribuir de modo complementar. Machado (2000: 33) sublinha que “a pertença a populações étnicas ou racionalmente diferenciadas se torna relevante quando essas populações apresentam fortes contrastes sociais e culturais com a sociedade envolvente. Se, pelo contrário, entre essas populações e a sociedade envolvente há mais continuidades do que contrastes, as pertenças tipo étnico-raciais perdem significado”.

Os finais da década de 80 e o princípio da década de 90 em Portugal constituem o período marcante para o surgimento das redes institucionais de incorporação dos migrantes na sociedade de acolhimento, motivada pelo crescimento significativo dos seus agentes. É o caso, por exemplo, da AGUINENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social), fundada em 1987, e de outras associações migrantes. Antes já existiam associações cabo-verdianas, por exemplo, a Casa de Cabo Verde, fundada em 1970, a Associação de Cabo-verdianos e Guineenses, em 1976, uma fusão entre duas nacionalidades consideradas na altura “irmãs” devido às ligações históricas (Albuquerque, 2000). Hoje existem diversas associações (mais de 40, segundo Fernando Ká, presidente da AGUINENSO), repartidas pelo país, promovendo a defesa dos interesses e união dos guineenses em Portugal.

Estas associações surgiram num período em que as redes familiares, apesar de ainda exercerem as suas influências no crescimento dos fluxos e na socialização dos seus agentes, começavam a sentir-se, talvez, perturbadas pelas novas conflitualidades que se faziam sentir num meio que cada dia era mais de multiculturalidade. Havia uma necessidade de defesa e enquadramento mais institucional e formal dos migrantes, do que pela simples incorporação familiar, motivada pelo crescimento da demografia migratória, como sublinhámos.

No exemplo da migração guineense podemos citar os Manjacos e Fulas como diferentes de outros tipos de migrantes (Cfr. Figura nº 3, parte complementar do texto). Eles são um caso típico de importância das redes familiares e étnicas, manifestando o compromisso de reagrupamento familiar (família alargada, incluindo tios e sobrinhos, ou primos). Este compromisso provém das suas formas de organização sócio-familiar e do modo como veneram a instituição familiar, numa atípica ausência do “individualismo” ocidental. Esta desfragmentação associa-se ao mundo tradicional e rural, diferenciando-se do urbano e gerando estímulo em qualquer tipo e grupos

migrantes. Esta pretensão, apesar de aqui ser referida como étnica, em certas experiências é movida por outras causas. Portela (1987), num estudo comparativo entre as categorias e origens dos migrantes portugueses no Brasil, sublinha que também os migrantes portugueses de proveniência urbana reforçam o conceito de individualismo, e os de proveniência rural o conceito holístico

A primeira preocupação deste grupo migrante (Manjacos e Fulas; ver caixa “Braima Sory”), depois de alguns meses de trabalho, é de fazer chegar um outro parente próximo, para poder cumprir o juramento de compromisso assumido antes de emigrar. Estas formas de agrupamento de familiares, apesar de gerarem frutos do ponto de vista do crescimento migratório e de uma crescente ligação com o país de origem, constituem um entrave na manobra de integração na sociedade de acolhimento. De facto, obrigam os migrantes a viver de uma forma isolada, criando um espaço de vida⁵ (habitat) próprio e etnicizado, como é o caso, por exemplo, do Prior Velho (que agora está representado por Apelação) e Bairro das Marianas em Carcavelos. São criadas comunidades com um *handicap* crescente para a mobilidade social, apesar de possuírem mobilidade socio-económica ascendente em relação ao país de origem. O espaço de vida acaba por estar confinado aos desejos e satisfação da comunidade, não se apercebendo de outras oportunidades que a sociedade de acolhimento pode oferecer. Por exemplo, muitos migrantes só preferem o trabalho de construção civil e obras públicas, por mais vulnerável que pareça, ignorando por completo outras ofertas de emprego.

As redes institucionais (formais) surgem na luta contra esta fragmentação e constrangimento social. A luta pela melhoria de um espaço de vida, e algumas apostas na qualificação e melhoria do “capital humano” dos migrantes, podem beneficiar com a máxima contribuição das políticas de integração na sociedade de acolhimento, através da criação de observatórios de acompanhamento da realidade migratória, exemplo do ACIME e protocolos efectuados com a OIM

O surgimento dos bairros sociais, em substituição dos bairros degradados, veio colmatar um pouco o problema. Uma vez que revelam algumas influências nos modos e estilos de vida, não constituem para muitos autores uma solução eficaz do problema. A luta pela integração dos migrantes é o novo problema a solucionar, perante a

⁵ O conceito de “espaço de vida” (*espace de vie*) foi empregue pela primeira vez em 1974 por Daniel Courgeau (cit. In Domenach, 1995). Para muito autores pode ser ciclo de vida, densidade de residência, etc., tendo como definição toda a esfera que delimita a porção dentro da qual o indivíduo realiza todas as suas actividades. Pode ser restrito a lugar de habitação de família e lugar de trabalho.

heterogeneidade de valores e classes. Alguns autores consideram que alguns valores simples de igualdade, ou de desigualdade de liberdade ou de autoridade, continuam a organizar as atitudes perante o homem diferente, pela cor, a religião ou os costumes.

8. *Brain drain e over stayers*, um estudo a considerar

A dinâmica da migração africana também se associa a movimentações de quadros qualificados, desde o início dos fluxos migratórios internacionais das últimas décadas, embora em menor volume. Oomen e Fortney (cit. In Peixoto, 1998) consideram que a fuga dos cérebros do terceiro mundo consistia, em grande parte dos casos, em estudantes que escolhiam por permanecer nos países mais desenvolvidos, depois de terminarem os estudos, ao contrário dos movimentos profissionais do continente europeu, que eram, na sua maioria, constituídos por jovens licenciados e, entre eles, muitos doutorados. Embora as taxas de não retorno dos estudantes migrantes nos EUA fossem difíceis de estimar, podiam situar-se entre 10 e 25%, sobretudo nas profissões no domínio das ciências e detentores de diplomas de engenharia, domínios muito especializados, e detentores de doutoramento. A permanência era possibilitada pela passagem de vistos temporários de estudos para vistos de imigrantes.

No início dos anos 60 o conceito de *brain drain*⁶ era usado como receio da fuga dos cérebros da Europa para a América do Norte. A partir dos anos 70 o conceito tornou-se mais abrangente, com destaque para o movimento daqueles que se dirigiam dos países menos para os mais desenvolvidos (Mundende, 1998, cit. In Peixoto, 1998).

Os anos 70 marcaram o primeiro passo na dinâmica dos quadros africanos: pessoal altamente qualificado, profissionais liberais, pessoas paramédicas, enfermeiros, engenheiros, professores universitários, cientistas, etc., deixaram Zimbabué, Zâmbia, Senegal, Gana e Uganda para a África do Sul e outros destinos africanos mais favoráveis (Adepoju 2000). Os anos 80 constituíram a primeira dinâmica do fluxo no contexto intercontinental, tendo como destino a Europa, América do Norte e alguns

⁶ O conceito de *brain drain* encontra as suas raízes longínquas por volta de 150 D.C., acerca do "drain of greek brains" para Alexandria. Quanto à origem directa da expressão, foi cunhada em 1962 pela Royal Society Britânica, para designar o fluxo dos engenheiros, cientistas e técnicos do Reino Unido para a América do Norte (Peixoto 1998).

países do Médio Oriente. Os dados do Banco Mundial em 1995 indicavam que 23000 universitários qualificados deixam cada ano o continente em busca de melhores condições de trabalho em virtude da crise económica⁷.

Em Portugal, o fluxo dos guineenses com níveis de instrução académica superior representava, na sua primeira fase, cerca de 5% dos fluxos (Cfr. anexo 2, quadro n.º 12)⁸. Ele era constituído por quadros médios e alguns superiores vindos de países socialistas (antiga URSS e Cuba), que eram integrados no mercado de trabalho (informal) dos migrantes clássicos como forma de trampolim, na expectativa de poderem regressar ao país a qualquer instante durante o período de instalação. Com o passar do tempo, este grupo de qualificados viu-se involuntariamente crescer com alguns que tinham regressado directamente para o país de origem (Guiné Bissau), e que não conseguiram o desejado enquadramento no seu espaço de vida; para eles, comparativamente foi mais favorável virem para Portugal, apesar de o espaço de vida ser mais vulnerável, mas compensado no aspecto salarial e de melhores oportunidades de vida (Cfr. anexo 1 série A, entrevista n.º 1).

Um outro grupo, não menos considerado, foi o daqueles já enraizados na sociedade portuguesa. Tal como aconteceu nos EUA, alguns quadros não voltaram ao país de origem depois da formação académica ou continuaram a desenvolver as suas capacidades à medida que os acordos da cooperação fossem permitindo. Um exemplo disto é o facto de, apesar do decréscimo do número de bolseiros nas licenciaturas, o seu volume tender a aumentar nas bolsas de mestrados e doutoramento, como mostra o anexo 2, (quadro nº 13).

Constituem-se, assim, duas categorias de quadros: por um lado, os provenientes do Leste da Europa, integrados no mercado de emprego secundário, essencialmente na área de construção civil; e, por outro lado, os que acabam os estudos e ficam em Portugal, que podemos designar por *over stayers*. Alguns destes últimos integram-se no

⁷ Portes (1976, cit. In Peixoto, 1998), escalona as causas desta mobilidade de *brain drain*: as relações políticas e económicas no sistema mundo, em particular os desequilíbrios causados entre países centrais e periféricos; a estrutura social dos países de origem (mais do que o nível de desenvolvimento, é o desequilíbrio existente entre a formação de profissionais e a capacidade da sua absorção que explica desiguais níveis de emissão); as relações e influências individuais (que incluem o nível de formação, situação profissional e familiar actual e redes de relações). No caso dos profissionais oriundos de países menos desenvolvidos, é normal que a estes factores se junte o receio de emprego no país de origem ou em alternativa, a ideia de impossibilidade de aplicação dos conhecimentos obtidos.

⁸ Na actualidade, este número peca por defeito tendo em conta a realidade actual dos migrantes qualificados; não esqueçamos que a guerra de 1998, apesar da falta de dados estatísticos, marcou um período de escoamento de quadros na Guiné-Bissau.

mercado da construção civil, mas a maior parte deles em serviços pessoais, domésticos e de segurança, não tendo oportunidades de aplicar e desenvolver o seu “capital humano”. A oportunidade de conseguirem trabalhos compatíveis com os conhecimentos académicos é muito rara, às vezes considerada socialmente como não existente, demonstrando uma falta de coerência entre o capital humano e o espaço de vida.

O período a considerar como de maior “escoamento dos quadros”, em termos de fluxos, é o da guerra em 1998, quando se fez sentir uma saída generalizada, na administração guineense e não só. Mesmo nos outros sectores privados e ONG internacionais que operavam no país, um conjunto significativo de quadros qualificados deixou o país num vazio de cérebros, o que se faz sentir neste preciso momento na governação, sem quadros suficientes e competentes para a administração do país. A inserção destes grupos profissionais constitui uma análise a fazer: o grau de incorporação é diferenciado, tendo em conta as áreas de formação; as áreas de medicina (médicos e enfermeiros) e alguns grupos de engenharias de construção civil e obras públicas tendem a ser discriminados positivamente em relação às áreas de ciências sociais. Nestas últimas, alguns optam pela continuidade da formação, mas com uma grande interrogação sobre o futuro enquadramento socioprofissional.

Uma outra análise a considerar sobre estes grupos profissionais é que, tendencialmente, as regiões do Algarve e Lisboa constituem o espaço de vida para os profissionais da área de engenharias e medicinas, com a moda a declinar para os engenheiros; enquanto que Porto e Lisboa, mais consideravelmente o Porto, constituem uma tendência relativa para os profissionais da área de medicina, os quais tive oportunidade de contactar.

Esta movimentação motivada pelas consequências assinaladas atrás é também associada a uma visão pessimista que muitos dos recém licenciados têm sobre o país; daqui resulta o não regresso da maior parte deles (se não todos) ao país de origem. Para muitos o país não tem condições de receber quadros porque não há emprego, logo não há salários, não há espaço de vida compatível com as suas expectativas. O pessimismo que ainda persiste leva a que muitos dos chamados quadros superiores que vivem nos países de acolhimento troquem os seus diplomas por trabalhos precários não compatíveis com o seu capital humano (numa sociedade onde o enquadramento profissional não é nada fácil). A submissão a certos empregos ou mesmo trabalhos é considerada como uma forma e alternativas de sobrevivência, com consequências

adversas. Machado (1999b; 2002) chama a atenção para a inserção prolongada em circuitos profissionais e sociais onde praticamente não se colocam as exigências de leitura e escrita; esta situação não só reforça défices de literacia pré – existentes, como contribui para a regressão das competências daqueles que as têm. Este pode ser o caso dos guineenses ex-professores e ex-profissionais qualificados a trabalhar na construção civil. Esse efeito cumulativo pode ter repercussões nos filhos ou manifestar efeito descendente, no caso até linguístico, onde os guineenses apresentam mais elementos de contraste linguístico que os restantes PALOP.

Peixoto (1998) dá um contributo sobre esta realidade. O caso de muito estudantes que permanecem no país de destino ou que voltam a emigrar depois de retorno inicial é significativo das motivações envolvidas na aquisição de conhecimentos nos países centrais. Em conjunto com o convívio directo com o ambiente de produção intelectual e vida social em geral, as competências adquiridas agem certamente como pressão para o não retorno destes agentes. Os factores condicionantes do *brain drain*, no caso dos países de origem, são aspectos como os baixos níveis de rendimento, condições deficientes de exercício profissional, políticas excessivas de formação no estrangeiro, tradicionalismo do sistema profissional (incluindo dificuldade de progressão de carreira) e da vida social, estruturas administrativas ineficientes (incluindo casos de corrupção); para além de factores como a dificuldade de acesso a empregos públicos, falta de confiança dos governos nacionais nos seus próprios recursos humanos, ou simplesmente razões ambientais de migração (seca, poluição, catástrofes naturais). Esta realidade constitui um objecto de estudo a considerar com maior profundidade. E, num saldo comparativo, o país de origem precisa mais destes agentes que o de acolhimento. É preciso uma mãozinha visível para o reequilíbrio do problema.

Capítulo IV – O Retorno: um mito ou uma realidade desencorajadora?

1. Enquadramento conceptual

O retorno, como regresso dos migrantes aos locais ou país de origem depois de um período de ausência dos mesmos, não é um simples complemento da cadeia migratória, mas sim uma ideia paralela e sempre vigente ao conceito de emigração e no

subconsciente dos migrantes – tanto na sua fase inicial do fluxo migratório, como durante o período de vida do mesmo. É uma verdade (realidade) às vezes disfarçada, quando a integração do migrante assume proporções satisfatórias; caso contrário, reactiva as emoções e as ideias dos agentes migrantes. A ideia de retorno como um mito ou uma realidade desencorajada na migração guineense é o reflexo de como este fenómeno é encarado pelas diferentes classes migrantes guineenses, essencialmente as que se encontram na sociedade de acolhimento portuguesa, como sublinhamos mais à frente.

Falar do retorno na migração guineense parece um pouco lesto, visto esta ser uma migração muito recente, numa fase em que a integração na sociedade de acolhimento parece ser a preocupação mais harmoniosa por parte de alguns grupos ou classes migrantes. Contudo, com a particular ausência (pouco) do retorno dos migrantes, as influências que se fazem sentir são consideráveis, do ponto de vista socio-económico, no país ou locais de origem. Os efeitos da chamada “comunidade transnacional” (Portes, 1999) são evidentes, mas diferenciados nas diferentes classes migrantes/étnicas. Isto é, não são sentidos da mesma forma; por exemplo, os Fulas e Manjacos apresentam uma maior ligação aos locais de origem, o que é diferente dos crioulos/cristãos, que dispõem de menor ligação aos locais de origem. Estas diferenciações são sentidas no desenvolvimento regional da sociedade de origem, através de desequilíbrios regionais, de acordo com o maior ou menor impacto de cada grupo ou categoria migrante no seu local de origem.

O retorno dos migrantes guineenses ao país de origem, apesar de ser escasso, constitui uma variável de difícil medição ou consideração, uma vez que o controlo do fluxo é de difícil tratamento e não há dados estatísticos que confirmem ou não a tendência. Além de mais, os dispositivos montados pelo Estado guineense não favorecem estas preocupações. Os números considerados no nosso trabalho são dados estatísticos da OIM (Organização Internacional para as Migrações, delegação da Guiné-Bissau), referentes aos quadros qualificados que voltaram ao país através dos programas de cooperação técnica; outros dados existentes dizem respeito a alguns indivíduos com estatuto de refugiados que voltaram ao país, através de programas de retorno voluntário, como veremos mais adiante. Uma outra análise a considerar é a tendência contrária de certas classes migrantes ao retorno, como no caso dos quadros, que tendem a deixar o país de origem (Guiné-Bissau) associando-se aos que não voltam (os *over stayers*)

depois dos cursos; e dos crioulos, considerados na nossa análise como uma classe migrante de tendência à assimilação e integração na sociedade de acolhimento.

Apesar do retorno constituir uma miragem para muitos e ser desencorajado pelas condições actuais do país de origem, apesar da existência de alguns sinais de ligação de certas classes migrantes aos locais de origem, o país de acolhimento (Portugal) não parece estar em condições de poder integrar certas categorias migratórias – por exemplo, alguns quadros superiores e mesmo alguns migrantes clássicos –, o que poderá reforçar grupos marginais no futuro. Esta preocupação não é descuidada pelas entidades competentes que regulam as políticas de migração, uma vez que as novas leis de imigração parecem alertadas para estas reflexões (Cfr. Anexo 3).

Perante a situação de impasse e de grande conflito entre o “capital humano” dos migrantes e as suas oportunidades de “espaço de vida”, há que considerar uma intervenção cirúrgica para a solução do problema. Daí a necessidade de uma cooperação técnica ser importante na manobra das políticas de integração.

2. O migrante e o retorno

O retorno, como já salientámos atrás, faz parte da cadeia migratória e está sempre na racionalidade do migrante, mas tende a perder-se com o tempo ou quando a integração ganha expectativas aceitáveis no país de acolhimento. A categorização social sublinhada por Baganha (2001), posicionando os migrantes PALOP como os últimos no escalonamento social da sociedade portuguesa, reforça a ideia de difícil integração plena dos mesmos. O espaço de vida do migrante acaba por ser um espelho daquilo que ele representa na sociedade e da imagem social que lhe é concedida.

A ideia de que na migração está sempre inerente o conceito de retorno, é uma verdade nas diferentes experiências migratórias, manifestada às vezes voluntariamente quando os migrantes regressam aos locais de origem, ou quando demonstram ligações aos países de origem através de incentivos ou remessas, sem que haja uma obrigatoriedade de presença física – é o chamado transnacionalismo de comunidades. No caso mais indesejado, o retorno pode ser involuntário, quando as condições imperativas obrigam certos Estados a tomarem decisões às vezes compulsivas para com

os migrantes, como sublinha Trindade (1995) sobre o conceito de retorno. Vários estudos relatam esta realidade. Um contributo de Cruz (1999) sublinha que em alguns Estados a migração é relacionada a demanda de emprego, sendo este último a variável dependente. Na nossa perspectiva, a integração dos migrantes tem que ser compreendida de uma forma equilibrada, procurando o melhor espaço de vida possível para o seu capital humano; há que haver uma preocupação de equilíbrio entre o espaço de vida e o capital humano. Mas este equilíbrio não é nada fácil: às vezes as sociedades de acolhimento vêm-se limitadas de dispositivos para uma integração desejada (por exemplo no caso de uma entrada excessiva de grupos heterogêneos de migrantes sem controlo), ou as economias simplesmente não os suportam (desequilíbrios entre a oferta e a procura de trabalho, no mercado por excelência do migrante).

Exemplos recentes destes conflitos são o início da crise do sudeste asiático em meados de 1997, quando a Tailândia expulsou cerca de 250 mil trabalhadores imigrantes; a Coreia do Sul, que autorizou com indulgência a partida de 50 mil trabalhadores ilegais; e a Malásia, que despediu cerca de 50 mil trabalhadores indonésios, concedendo a partir de Setembro de 1998 uma amnistia de dois meses aos trabalhadores ilegais para abandonarem voluntariamente o país sem sofrer sanções. Também a África do Sul, depois do apartheid, expulsou de 1992 a 1995 quase 400 mil trabalhadores africanos, principalmente oriundos de Moçambique – cujo governo desempenhou um papel muito importante na luta contra o apartheid (Cruz, 1999). A grande verdade é que há momentos em que são precisas medidas apertadas na realidade migratória, apesar das políticas de integração sugerirem dispositivos que favorecem a continuidade dos migrantes nas sociedades receptoras, mas também devem favorecer o retorno, se não correm o risco de serem demagogas e sem efeitos práticos.

Na migração guineense, um inquérito feito por Fernando Luís Machado em 1995 aos migrantes mostrava que 61% dos inquiridos tencionavam regressar ao país de origem, depois de alguns anos de trabalho; 23% não sabiam se o iriam ou não fazer, mantendo uma indecisão; e apenas 16% não desejavam voltar ao país de origem (Machado, 1998; 1999b; 2002). O período de retorno era uma data sem marcação prévia; dos que tencionavam regressar 79% não sabiam quando regressar, o tempo de auto-sustentação era "a Deus pertence", enquanto os restantes pensavam fazê-lo num prazo compreendido entre 1 a 4 anos. Mas é possível admitir que o tempo passou, os regressos programados desfizeram-se, e hoje talvez haja quem mais pense em ficar do que em voltar. A ideia de período de auto-sustentação na migração e consequente

retorno nunca é rigorosamente predefinido, na medida em que, à medida que o espaço de vida se torna favorável no país de acolhimento em detrimento do país de origem, o migrante tende a ficar e a prolongar a ideia de regresso; e à medida que o tempo vai passando, a mesma ideia vai sendo diluída pela integração e surgimento de outras novas gerações, como frisa Machado (1999b; 2002). Esse tem sido o caso, por exemplo, dos Cabo-verdianos, onde a ideia de regresso tem vindo a ser posta de lado, devido ao estado evoluído de integração destes migrantes. No caso da Guiné-Bissau, tal também se deve ao agravamento da instabilidade que se viveu em 1998/1999, aliado a um certo pessimismo de certas classes migrantes, por exemplo os quadros. Numa perspectiva mais favorável ao retorno estão os Manjacos e Fulas, com ligações muito fortes ao país de origem (Cfr. Figura nº 3, parte complementar do texto).

Uma outra variável a considerar para o retorno é a poupança. Naturalmente, o migrante espera ganhar muito dinheiro e poder poupar e investir no seu retorno ou regresso. Por outro lado, é bom realçar que a dinâmica do fluxo na realidade europeia é diferente da realidade africana: A dinâmica nos primeiros é considerada de carácter mais temporal, associada a um objectivo específico, a mobilidade socio-económica; enquanto nos últimos, ela é associada à mobilidade socioeconómica e ao desejo de integração plena ou aceitável na sociedade de acolhimento, uma vez que o espaço de vida no país de origem as vezes não é aceitável, e associada a uma instabilidade constante, por exemplo a nível político etc. Um dos grandes contributos do efeito de regresso é o reequilíbrio demográfico. O regresso vem recompor o perfil demográfico regional (cada emigrante tende a fixar-se na sua localidade de origem), pode ou não constituir um factor de rejuvenescimento de população (pela idade activa), e pode ou não provocar desenvolvimento regional, associado a experiências e formação profissional, iniciativa empresarial, inovação no domínio económico e aplicação das poupanças. Contudo, tendo em conta a realidade dos migrantes guineenses em Portugal, a situação parece ser completamente diferente, visto a maior parte dos migrantes terem por enquanto posto a ideia de regresso de lado, muito embora se possam considerar alguns grupos migratórios étnicos mais sensíveis ao retorno.

Roberts Bryan (1995, cit. In Portes, 1995) sublinha que a questão de temporalidade e permanência pode ser uma questão étnica, relacionada com a proveniência dos migrantes. Dá como exemplo os Irlandeses, que pretendiam uma nova vida nos EUA; os polacos e italianos, que optaram pela permanência e temporalidade; e os mexicanos, pela temporalidade. Também pode ser definida pela política de migração

e cooperação técnica. É o caso dos EUA e México em 1942, com o chamado “the bracero program”, que permitia a estadia temporária dos indivíduos nos dois países em acordo, mas que fracassou a partir dos anos 80, visto uma elevada proporção de mulheres mexicanas ter preferido ficar permanentemente nos EUA. O mesmo autor realça ainda que a questão das expectativas da duração têm a ver com a coesão ou sucesso/fracasso do migrante ou grupos migrantes; quanto mais integrado o migrante se sentir na “cultura comum” da sociedade de acolhimento, mais aumentam as expectativas de continuidade.

Na realidade guineense os dados de integração, tanto a composição socioprofissional como as expectativas do mercado de excelência do migrante (a construção civil), aliados às políticas de migração, não parecem ser favoráveis a grande expectativas de continuidade. Fernando Ká (presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social) sublinha que começa a haver classes migrantes sem emprego, e que a associação que ele lidera socorre várias pessoas que há uns tempos atrás estavam empregadas, mas que hoje já não estão. Parece estar a adivinhar-se uma realidade económica desfavorável em Portugal e com consequências no sector do mercado de trabalho por excelência do migrante.

3. As classes migrantes e o retorno

A análise da realidade do retorno na migração guineense obriga-nos a uma classificação diferenciada de classes, uma vez que os migrantes apresentam heterogeneidade nas suas constituições e nas perspectivas do retorno. Ainda que não se possa considerar significativamente a ideia de retorno, podemos considerar a seguinte nomenclatura de classes migrantes: Migrantes Laborais, Refugiados e Quadros Qualificados. Estas são diferenciadas quanto ao estatuto social, experiência e consciência migratória, e também nos tipos e modos de incorporação, o que acaba por ter reflexos quanto à ideia de retorno.

Os migrantes laborais ou clássicos apresentam subgrupos. De um lado estão os chamados crioulos – todos os migrantes que provieram da capital e centros urbanos na sociedade de origem – e similares a este grupo; do outro lado, dois grupos étnicos, Manjacos e Fulas – que tiveram a sua origem longe dos centros urbanos, concretamente

em regiões afastadas da capital do país de origem. Esta classificação deve-se à análise de que o retorno, ainda não concretizado, representa uma ligação muito forte entre o migrante e o país ou local de origem. Esta ligação não é sentida da mesma maneira nas diferentes classes migrantes, uma vez que os incentivos materializados no país de origem justificam esta referência, independentemente da presença física ou não dos migrantes. Por outro lado, não é de estranhar esta diferenciação de classes, uma vez que os Manjacos e Fulas representam, na história da migração guineense, uma experiência singular em relação aos restantes grupos ou etnias migrantes. A diferença destas duas classes migrantes já provinha da origem de cada uma, visto que os Fulas e os Manjacos são caracterizados pela existência de muita mobilidade espacial. Os Fulas provinham do antigo império do Mali, sendo povos nómadas há longos períodos; os Manjacos foram dos primeiros a constituírem os primeiros migrantes guineenses, o que acaba por se reflectir no amadurecimento destes dois povos em matéria de migração.

A realidade da migração dos chamados crioulos/cristãos é recente, às vezes não muito bem preparada, o que acaba por se reflectir na decisão de integração e continuidade na sociedade de acolhimento, chegando-se a pôr de lado a ideia de regresso à origem. Os crioulos são distintos dos outros grupos por uma posição na estratificação guineense muito especial desde a época colonial. São, na sua definição, colectividades/grupos de indivíduos que já detêm uma ligação com a ex-colónia em termos de assimilação e aculturação. Este grupo é, também, constituído por uma mistura de laços sanguíneos, sendo às vezes considerados como “cabo-verdianos” na linguagem popular. Mas a consideração fulcral do termo, na nossa perspectiva, associa-se mais à assimilação e aculturação na cultura ocidental europeia. Uma vez que muitos dos que constituem este grupo tendem a perder as suas razões tradicionais e étnicas, assimilam o estatuto de crioulos ou cristãos.

A grande análise que se pode considerar na comparação destes dois subgrupos é que apresentam indicadores de retorno e ligações aos locais de origem muito heterogéneos e diferenciados. Os chamados crioulos são muito mais de “contenção” quanto ao retorno, o que é motivado pela preocupação de se integrarem mais na sociedade de acolhimento. Os modos de incorporação e o espaço de vida/habitat na sociedade receptora são o exemplo desta diferenciação, aliados a um discurso de pessimismo acentuado quanto às componentes motivadoras do país de origem. Ainda numa comparação e análise étnica, devemos salientar a etnia Papel, que se encontra ligada à capital em termos de espaço e dimensão geográfica, e com uma associação

muito substancial aos chamados crioulos/cristãos. Este grupo étnico é dos que apresenta pouca ligação aos locais de origem; é de reparar que os locais de origem deste grupo étnico correm riscos de deterioração total, devido a uma crescente fuga para a capital ou centros urbanos. Tal não acontece nas regiões de Manjacos e Fulas, por exemplo. Esta realidade também não se pode dissociar da falta de experiência de migração e do “crioulismo”, que é toda a capacidade e mentalidade de integração e assimilação às culturas de civilização mais ocidentalizadas. Por outro lado, não se pode isolar da falta de “consciência migratória” ou daquilo que define a migração como uma oportunidade laboral temporal, onde a ideia de retorno está sempre iminente.

Os grupos étnicos de Manjacos e Fulas, são mais propensos ao retorno, por estarem menos integrados na sociedade de acolhimento e apresentarem indicadores de investimento (construções de casas e pequenos negócios) no país de origem; por este motivo, estão mais próximos de constituir uma “comunidade transnacional”. Por outro lado, a montagem de redes de transferência bancária nos locais de origem é exemplo das grandes circulações monetárias destes grupos étnicos para os locais de origem. Também a relação familiar e a movimentação pendular entre o país de acolhimento e o de origem são exemplo daquela pretensão (Cfr. Anexo 1, entrevistas; ver figuras também parte complementar do texto).

Para concluir, no grupo amplo de migrantes laborais não constam registos abundantes de retorno, uma vez que este (retorno) ainda não é encarado como uma realidade na cadeia migratória guineense. Por outro lado, os dispositivos montados pelas entidades guineenses – por exemplo, a Direcção Geral de Migração e mesmo o Instituto de Apoio à Emigração – não dispõem de elementos que permitam medir este fluxo. Esta condicionante não nos permite quantificar os números de regressos, embora se possa considerar esta realidade pouco significativa. Os elementos disponíveis permitem-nos, ainda, observar e tirar conclusões acerca das ligações dos migrantes aos locais de origem, devido aos desequilíbrios regionais que se estão a evidenciar, com influências muito significativas dos grupos migrantes.

Quanto à classe dos refugiados, que entraram em Portugal em 1998, existe uma situação singular. Estes estão ligados a certos imperativos do retorno; por exemplo, muitos refugiados guineenses voltaram ao país nos primeiros momentos de refúgio, sem que tenham tido tempo suficiente para uma análise e decisão de continuidade na sociedade receptora. Porém, uma boa parte (a maioria) não regressou, arranjando formas e redes de incorporação na sociedade de acolhimento. Os programas implementados na

sociedade de acolhimento (Portugal) através da OIM, como o PIRV (Programa Integrado de Retorno Voluntário de cidadãos guineenses com estatuto temporário) são exemplo desta realidade. Os 485 indivíduos que voltaram ao país de origem até 2000 representam a volume dos refugiados guineenses na realidade de retorno desta classe. Este número peca por defeito, uma vez que houve retorno sem que houvesse necessidade de adesão aos programas, como sublinha Rui Ferreira, deputado do parlamento guineense da ala de migração.

Quanto aos quadros qualificados, também apresentam subgrupos, movidos pela maior ou menor discriminação no mercado de emprego. Muito embora esta discriminação seja às vezes oculta, contribui muito para as decisões e perspectivas de vida. Este é o caso, por exemplo, dos médicos e enfermeiros no Porto com os quais tive oportunidade de falar, que se sentem mais enquadrados profissionalmente em relação às outras categorias profissionais, e com menos propensão ao retorno – apesar de encararem esta ideia para o futuro. Esta classe é também muito estática quanto à perspectiva de regresso. O enquadramento profissional adequado de alguns (poucos) profissionais, associada à submissão a certos empregos não qualificados de outros (maioria), é a expressão da situação de impasse que se vive perante a perspectiva do retorno. Este só é motivado quando existem incentivos de cooperação técnica. É o caso de projectos como o RQAN (Retorno de Quadros Qualificados Africanos), que fez regressar 57 dos quadros guineenses, e possivelmente o MIDA (Migração e Desenvolvimento Africano), como novo projecto para retorno dos migrantes. Por outro lado, o país de origem nada tem feito para incentivar e enquadrar os quadros qualificados, o que se reflecte na situação em que se encontra o país (desprovido de quadros).

O possível retorno dos quadros guineenses poderia levar a um desenvolvimento mais desejado do país, se considerarmos a possível correlação entre o capital humano e o espaço de vida (ver Figuras nºs 1 e 3, parte complementar do texto).

HISTÓRIA DE VIDA: de Braima Sory (uma aldeia moderna)

A história de vida desta aldeia, denominada Braima Sory, é interessante do ponto de vista do crescimento local sob influência étnica, substancializada pelos incentivos da migração. É com esta relação que achamos prioritário este local, denominado pelos locais como “um espaço de vida moderno”, pelo seu crescimento rápido e assimilado ao modelo ocidental em termos de arquitectura de casas e de estilo de vida. Muito embora

ainda reduzida ao espaço de vida/habitat, constitui uma curiosidade pelo seu rápido crescimento.

Braima Sory, nome do local (aldeia), situa-se entre duas regiões do leste do país, Bafatá e Gabú (regiões habitadas tradicionalmente por Fulas e Mandingas), mas é considerado um local pertencente à região de Gabú. Era uma simples tabanca (local de habitação) tradicional ocupada por um grupo de familiares que se auto-apropriaram do mesmo, sendo o Braima Sory como o chefe de família, com 3 filhos, 1 filha, alguns familiares e amigos, provindo de Bafatá. O Braima Sory era “mouro” e tinha um mestre que lhe dava orientações, com o qual sagraram o local de habitação para que quaisquer pedidos feitos se realizassem. Nos primeiros três anos viveram ali grandes nomes da etnia Fula, como Mamadu Paté e Alajde Umaro (primeiro Fula guineense a viajar até Meca, com a viagem de ida e volta a durar sete anos de peregrinação). Na consagração do local ficaram proibidas certas práticas dos Fulas – por exemplo, fumar, criação de cão e toques de tambor – e, por outro lado, não se aceitava qualquer mistura étnica; mesmo sendo da mesma etnia, havia uma restrição. A relação era rigorosa e baseada no grupo constituído, o que levou a que durante cinco anos de existência ninguém se fosse misturar com os que não faziam parte da tabanca. A mesma auto-sustentou-se no seu crescimento devido à poligamia e alta fecundidade das mulheres, porque todas as outras necessidades – por exemplo, casamentos, faziam-se entre os elementos da tabanca, tios e sobrinhas, ou entre primos. Já lá vão 57 anos de existência (até aos nossos dias, ou seja, 2002) e a tabanca, hoje designado como um local moderno, perdeu muitas das suas tradições; mas ganhou, com efeito, com os incentivos dos seus migrantes de origem. Durante longos anos as famílias deste local viviam na base da harmonia, trabalhando sobretudo na agricultura e sustentação de gado; com a venda destes gados e com a tradição étnica de comercialização, iam até além fronteiras, Senegal, Gambia, Guiné Konacry, etc. Daí que os pequenos comerciantes, designados por Djilãs, representados por Braima Sory e Abubacar, tivessem visto, na altura, começar a crescer os seus negócios. Com o passar dos anos, estes dois senhores auto-sustentaram-se e sentiram a necessidade de ajudar os outros a seguir as mesmas pisadas no sucesso comercial. Com contribuições interessantes, custeavam desde as pequenas viagens até às necessidades de pagar os vistos, quando o destino era fora do continente africano. Sempre os ajudados juravam por fê/familiaridade/amizade que tinham como objectivo trabalhar para eles e para os que ficavam. Assim foi crescendo o pequeno fluxo familiar de origem local, hoje repartido na diáspora; só em Portugal estima-se que vivam mais de 200 pessoas desta origem local, tirando Espanha, Suíça, Inglaterra e até nos EUA. Com uma consciência migratória temporária, mesmo que as coisas não estejam a correr bem no país de acolhimento, estes migrantes voltam sempre ao lugar de origem para repensar e re-sagrar a viagem com os familiares na mesquita (local de culto sagrado), e voltam a pedir e a prometer. A estadia do regresso pode durar até 6 meses, o que ajuda a familiarizarem-se com o local de origem e a redefinirem estratégias de re-emigração. Desenham-se objectivos tendo em conta a realidade de origem e acolhimento, no caso dos que ainda pensam re-emigrar. Os que regressam em definitivo, se os objectivos foram cumpridos, criam pequenos negócios (tornando-se em grandes comerciantes) e são obrigados a sair do local de origem para grandes cidades como Gabú, Bafatá e até a capital Bissau, onde o volume de negócio é maior. Esta procura de novos espaços de vida e comerciais suscita misturas étnicas (hoje é normal casarem-se com pessoas de outras etnias e até de outras nacionalidades). Actualmente a tabanca continua com a prática de agricultura e criação de gado, como antigamente; não há outros trabalhos a fazer. No período colonial a tabanca produzia

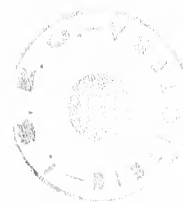
para altos comerciantes, caso da “Casa Gouveia”, por exemplo; agora a agricultura é só de subsistência, mas sem poder de expansão.

Existem reuniões para o consenso familiar e outras actividades, sobre a problemática do desenvolvimento local. O local é constituído hoje por mais de 2000 indivíduos, na sua maioria jovens e crianças (este rápido crescimento é devido ao casamento - um homem pode ter várias mulheres - e a uma fecundidade elevada), o que permite uma taxa de crescimento exponencial.

A mesquita é o segredo do sucesso, sagrado pelo primeiro Alajde (significa representante de Deus e para quem já esteve em Meca), constituindo a alma, a esperança e a fé local. Segundo o professor do ensino primário (nosso intermediário informante chave), a grande dificuldade das crianças locais era (é) a escola, que só foi constituída há bem pouco tempo. Agora, os chamados netos da tabanca (crianças e jovens) podem ter o privilégio de serem formados (o que é diferente dos pais e avós, que nunca tiveram formação escolar, o que também constitui grandes problemas na sua migração para uma sociedade de acolhimento). A tabanca é moderna, na perspectiva do professor, dispondo de boas casas, bem equipadas interiormente, com luz e água, televisões, antenas parabólicas etc. Estas condições têm elevado valor simbólico para muitos indivíduos, sobretudo quem veio de casas de palhotas ou casa de tábuas de bambu; é um paraíso para os que estão a viver esta fase de transformação, mas é normal para os que acabam de nascer e encontram reservadas estas condições. Estas são uma realidade graças àqueles que migraram, mas antes graças ao Braima Sory; por isso o local assumiu este nome depois da sua morte.

4. O estado, as políticas migratórias e os modelos de (re) integração dos migrantes

O Estado, as políticas migratórias e os modelos de integração são determinantes importantes na consciencialização do migrante quanto à perspectiva de continuidade ou de temporalidade migratória. Durante longos anos na migração guineense, essencialmente o fluxo dirigido para Portugal, os modelos de integração eram testemunhados pelas redes familiares e étnicas, e por colectividades de bairros ou zonas localizadas dos migrantes. Desprezados ou não pelos Estados envolventes (origem/acolhimento), a verdade é que a crescente dinâmica migratória provocou outros problemas e preocupações acrescidas, tanto no país de origem (saída de recursos humanos) como no de acolhimento (enquadramento dos migrantes). As possíveis políticas a adoptar perante a saída e entrada dos migrantes são preocupações a considerar na análise. Os países de acolhimento e o de origem têm, assim, um grande papel a desempenhar nas manobras dos agentes migrantes e consequente integração. Por um lado, os países de acolhimento devem desenvolver todos os mecanismos necessários



para a incorporação e controlo do fluxo; por outro lado, os países de origem devem desenvolver todos os mecanismos necessários para a mobilização, promoção e aproveitamento das vantagens que possam advir do fluxo migratório.

Os modelos de integração estão ligados à política de migração e à legislação nacional de cada país em relação aos seus migrantes. Os Estados, como reguladores de todas as políticas e organizadores dos serviços públicos, têm uma responsabilidade acrescida na elaboração, controlo e execução destas políticas. Em Portugal, apesar de ser ainda considerado país de emigração, o acréscimo da população imigrante nos últimos anos deixa certas interrogações sobre a capacidade de absorção e a consequente integração plena dos mesmos. Tal aventou certas prevenções, como foi o caso das autorizações de permanência e vistos de trabalho, que diferem em certa medida das antigas autorizações de residência.

Os Estados – e outras redes de carácter migratório – têm um papel importante na regulamentação e criação de condições que permitam a coesão e interacção entre as duas realidades (origem/acolhimento), e na consideração da migração como uma estratégia de desenvolvimento, não só individual ou familiar, como a nível nacional dos países envolvidos. Muito embora a conjugação destas políticas não seja às vezes acatada de uma forma séria e estratégica, a verdade é que certas classes migratórias tendem a dissociar-se desta ligação origem/acolhimento como já referimos atrás.

4.1 Países de origem (Guiné-Bissau)

No caso da migração guineense, desde, o momento em que o fluxo ganhou impulsos e efeitos práticos no país de origem (em algumas localidades de origem dos migrantes), começaram a existir grandes preocupações no aproveitamento de todas as vantagens que possam advir do migrante. Criou-se um Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), com o objectivo de fazer uma ligação entre o migrante e o seu local ou país de origem. Esta instituição, apesar de ainda existir, apresenta dificuldades não só de ordem institucional como funcional, imersa na deficiência do sistema administrativo do Estado. As políticas de incentivo ao retorno, objectivadas na criação do IAE, tornaram-se num desincentivo ao mesmo; muitos dos migrantes nem chegam a conhecer os seus direitos, deveres e obrigações, baseando-se essencialmente na auto-sustentação dos seus

familiares. É verdade que num país de intranquilidade democrática será difícil deixar vencer as políticas de incentivo, apesar dos esforços da instituição (Cfr. Anexo 1, entrevista n.º3).

Tendo sobretudo em conta os migrantes qualificados, Ardittis (1985 e 1991/2, cit. In Peixoto, 1998) sintetiza que, segundo experiências anteriores, as políticas de incentivo ao regresso podem ser divididas em dois tipos: por um lado, existem políticas nacionais adoptadas por países individuais para o regresso dos seus quadros; por outro, podem desenvolver-se programas multilaterais (aplicados desde meados dos anos 70), com regresso de profissionais para apoio a processos de desenvolvimento concretos, ou programas de regresso definitivo com apoio na mudança e na reintegração. A verdade é que muitas das experiências anteriores não tiveram êxito, sobretudo devido a limitações financeiras. Um exemplo recente destas políticas é o RQAN e outros projectos similares, os quais referiremos mais adiante.

Ainda não há políticas de reintegração dos migrantes (clássicos ou quadros), na sociedade de origem (Guiné-Bissau). Mesmo os dispositivos para estimular os incentivos dos migrantes aos locais de origem são escassos, o que obriga à actuação de entidades privadas. Por exemplo, a Western Union, para além de se encarregar das transferências financeiras dos migrantes, está a desenvolver um projecto que permite fazer os migrantes sentirem muito mais próximos ou ligados aos seus lugares de origem, e, também representá-los nas actividades burocráticas no país de origem exemplo: como tratar de processo de compra de terreno para a construção de casas, como fazer os migrantes sentirem que são potências no desenvolvimento nos seus locais de origem (informação fornecida pela representante da Western Union na Guiné-Bissau). O que nos leva a colocar uma interrogação: se os Estados de origem não estão preparados para o aproveitamento dos frutos dos seus migrantes, como estão então preparados para os reintegrar?

Dificuldades desta ordem são enormes na elaboração e aplicação de qualquer projecto a nível nacional, seja na promoção do retorno ou na integração no país de acolhimento, acabando por se atribuírem responsabilidades a este último. É o caso, por exemplo, do acordo entre o Instituto de Apoio ao Emigrante da Guiné-Bissau (IAE-GB) e o ACIME de Portugal, em 1998, (onde este último se responsabiliza por tentar criar condições) para a eficácia das medidas de inserção relativamente à comunidade guineense residente em Portugal, e para que as associações representativas possam colaborar de forma mais activa no processo de inserção da sua comunidade.

A criação do “sector privado”, para incentivo ao investimento privado e criação do emprego, financiado pelo Banco Mundial, será uma das medidas e políticas a considerar nesta perspectiva. Muito embora ainda na sua fase embrionária, a ideia de pessimismo e de alto risco ainda paira na racionalidade de todos aqueles que eventualmente possam vir a ser grandes agentes deste sector.

Para finalizar, algumas políticas que estão ligadas a possíveis incentivos ao retorno são anacrónicas, como sublinha António Sanha (Director dos Serviços Técnicos das Alfândegas da Guiné-Bissau). Os incentivos são definidos como destinados aos migrantes, mas são às vezes confusos, ao ponto de confundirem o migrante com um estrangeiro cooperante. Por vezes, nas questões de isenções em algumas materiais, chega-se ao ponto de não se distinguir um migrante de uma organização não governamental (ONG), como sublinha o capítulo IX do Manual do Regime Geral de Isenções (lei n.º2/95) e Código do Investimento (capítulo IV, artigo n.º12).

4.2. País de acolhimento (Portugal)

A realidade que se vive neste momento nos países de acolhimento é a de instituir e accionar medidas de controlo do fluxo migratório. Quanto maior é o fluxo, mais restritas se tornam as políticas, especialmente para quem possui menos habilitações; para os profissionais altamente qualificados as portas aumentam (Peixoto, 2000). Em Portugal, a lei de autorização de permanência criada em 2001⁹, (e entretanto substituída em 2002) é um mote possível para a compreensão das possíveis medidas de controlo. Por outro lado, os mecanismos desenvolvidos para o retorno voluntário dos refugiados e dos quadros, que já foram executados ao longo destes anos, revelam preocupações com uma integração plena dos migrantes. Os países de acolhimento e organizações internacionais de carácter migratório, por exemplo a OIM, parecem ter um papel mais activo ou de maior preocupação em matéria de integração dos migrantes¹⁰, visto que

⁹ A lei de autorização de permanência de 2001 originou uma corrida aos alvarás para a construção civil e obras públicas. As variações foram de 3677 pedidos em 1999, para 11149 pedidos em 2000, e 18588 pedidos em 2001, segundo dados de IMOPPI (Instituto dos Mercados e Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário) (cit. In Jornal “Correio da Manhã”, 25 de Fevereiro 2002 pp. 20).

¹⁰ Os direitos reservados a cidadãos estrangeiros são subscritos na Constituição da República Portuguesa, parte I (direitos e deveres fundamentais, princípios gerais), art. 15. O ponto 3 do mesmo artigo sublinha

muitos países de origem não possuem capacidades de colaboração na resolução dos problemas, por exemplo a Guiné-Bissau.

Em toda a Europa (incluindo Portugal) a preocupação parece ser global aos países de imigração. Na política de integração (controlo) dos estrangeiros fala-se em vários modelos: “assimilacionista francês”, que tende a uniformizar os povos dentro da nação francesa, e que tem as suas origens na tradição republicana; e modelo “comunitarista do Reino Unido”, que tem como característica uma protecção jurídica bastante desenvolvida, afastando-se do modelo de integração afirmativa dos EUA, Canadá e Alemanha, consubstanciado no multiculturalismo e na política de *affirmative action*. Porém, a demanda do mercado de trabalho parece ser a variável independente e reguladora do fluxo (Cfr. Anexo 3). Tapinos (2000) reforça a diferença entre uma política activa de imigração e de enraizamento, como é o caso dos EUA, e uma demanda de trabalho ligada à segmentação do mercado do trabalho, como é o caso da Europa ocidental actualmente, onde Portugal se incorpora¹¹. Papademetriou (1999) chama a atenção para a conciliação destas políticas e para os seus efeitos práticos. As consequências inesperadas de más políticas podem transformar imigrantes transitórios em de longa duração e, por outro lado, incentiva-se a falsificação de documentos e o seu tráfego, consequências já detectadas em experiências como a dos EUA.

Na nossa perspectiva, o esforço desenvolvido na integração e controlo dos migrantes é indissociável do retorno, uma vez que nem todas as classes migratórias conseguem uma integração na sociedade receptora. Foram desenvolvidos neste âmbito vários programas por parte dos países de acolhimento. Em Portugal é o caso, por exemplo, do Programa Piloto de Retorno Voluntário (PPRV), que vigorou em 1994-1999. Este promoveu uma política efectiva, digna e humana de retorno voluntário e a reinstalação de determinadas categorias de estrangeiros que, tendo entrado em Portugal e desejando voluntariamente abandonar o país, não possuíam recursos suficientes que cobrissem os custos do retorno. Com a intervenção do Instituto da Cooperação

que: aos cidadãos dos países de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo a acesso à titularidade dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática.

¹¹ É o caso, por exemplo, do decreto do Ministério de Negócios Estrangeiros n.º 60/97 de 19 de Novembro. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo indica que é aprovado o Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal.

Portuguesa (ICP), em representação do Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em representação do Ministério da Administração Interna (MAI), ambos em colaboração com o Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), foram exercidas funções de coordenação dos aspectos operacionais e técnicos de execução do programa, em articulação a OIM (Organização Internacional de Migrações em Lisboa). É o caso, também, de outros projectos destinados aos guineenses, como o PIRV e o RQAN, como veremos mais adiante

5. O migrante e a perspectiva do desenvolvimento regional no país de origem (o exemplo de Manjacos e Fulas)

Muitos dos países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau, vivem de recursos ou remessas dos migrantes, como salvaguarda dos problemas das suas economias e da deterioração política (Cfr. anexo 1, entrevista n.º2). Esta relação de dependência não ocorre apenas em termos monetários como, também, na apreciação de alguns modelos e estilos de vida, permitindo uma socialização à distância (ver caixa: Braima Sory). Machado (1999b; 2002) chama a atenção para o processo de “transposição linguística”, na sua importância para efeitos de retorno e afinidades entre países. Este autor dá como exemplo o caso guineense, em particular o facto de os imigrantes representarem um veículo de difusão da língua portuguesa na Guiné-Bissau, apesar de constituírem uma literacia menos apreciada nos PALOP.

A responsabilidade para com o país de origem acaba por ser um dos contributos a sublinhar nos efeitos da migração, manifestados mais em termos de remessas aos familiares, através das crescentes redes de transferências, do que em outros contributos materiais e capitais que acabam por ter repercussões nacionais e regionais, como alguns investimentos de pequena ou média dimensão. Em termos monetários, Papademetriou (1999) sublinha que as remessas dos migrantes têm ganhos proporcionais a nível das economias nacionais dos seus países; desde os anos 90 que se estima que as transferências financeiras dos trabalhadores migrantes para os seus países de origem rondem os US\$70 mil milhões anuais, soma que supera o total da ajuda pública ao desenvolvimento, situado em US\$58 mil milhões em 1996. Estes montantes referem

apenas as transferências monetárias efectuadas por meio de bancos, agências de correios ou organismos oficiais, não considerando o dinheiro efectivo que os migrantes levam consigo quando regressam aos seus países, nem os presentes que enviam para os seus destinos.

Segundo dados da OCDE, no início dos anos 80, no Egipto, as remessas eram a primeira fonte de renda externa, e contribuíam tanto quanto o turismo e os direitos de passagem pelo canal de Suez. Na Tunísia elas representavam cerca de 5% do produto interno bruto (PIB), 50% do serviço da dívida e 10% da balança de pagamentos. No Iémen contribuíam 150% a mais do que as exportações. No Haiti, as remessas de fundos da diáspora equivaliam a 6% do produto nacional bruto (PNB) (Ibidem). Na Guiné-Bissau, apesar da falta de dados estatísticos, consta que quase 70 a 80% da população, ou mais, vive de remessas e ajudas familiares, o que não é de assustar, visto que quase 70% dos rendimentos económicos do país provêm da ajuda externa (Cfr. Anexo 1, entrevista nº 1 e 2).

Hoje em dia um migrante guineense constitui um chefe de família, mesmo longe dos seus familiares, e a responsabilidade paternal continua, acentuando-se no caso de legitimamente não o ser (por exemplo, muitos jovens migrantes serem obrigados tão cedo a responsabilizar-se pelos seus familiares enviando dinheiro para a sobrevivência destes). A capacidade de controlo aumenta à medida que o avanço de novas tecnologias permite um contacto permanente entre os familiares, às vezes não face a face. A voz ainda tem o seu poder tradicional e consolador (ainda quando esta voz é o poder económico, social da própria família), contribuindo para educação, orientação e desenvolvimento de novos modelos de vida. O surgimento nos últimos anos das instituições oficiais de transferências monetárias, como é o caso de alguns bancos especializados (Western Union) e outros paralelos, e a emergência de algumas agências intermediárias na ligação entre origem e acolhimento, são indicativos mais que suficientes desta ligação do migrante ao país de origem, ou da chamada “comunidade transnacional”. Esta ligação é sentida de diferentes formas, tendo em conta as diferentes classes migrantes e as suas experiências ou consciência migratória.

Machado (1999b: 541) destaca esta diferenciação nos migrantes guineenses, na conservação familiar e na ligação ao país de origem. Sublinha o caso dos Manjacos: são “os mais parcimoniosos nos gastos, organizam-se colectivamente, em associações informais que, entre outras acções, intervêm na beneficiação das terras de origem (...)”; e o de “alguns Muçulmanos que constituem uma dinâmica migratória pendular, entre a

construção civil cá e o comércio lá. [Estes dois grupos migrantes] distinguem-se dos demais por enviarem mais do que a média de remessas para o país, remessas que hoje constituem a parte principal de muitos familiares; estas diferentes posturas face à presença em Portugal são reflexo da heterogeneidade dos migrantes guineenses, em termos de origem, trajecto e composição”. Esta diferenciação no trajecto e na composição socio-demográfica da migração guineense suscita continuidade e contraste. De facto, quanto mais munido de dispositivos de continuidade, na sociedade de acolhimento, o migrante tende a identificar-se e a integrar-se não só individualmente como familiarmente, e involuntariamente tende a desfazer-se da ligação ao país de origem; no caso de contraste, o migrante tende a sentir-se mais isolado, tendo os familiares do país de origem como elo de ligação efectiva e não só. É o caso dos Manjacos e Muçulmanos (Fulas). Se formos a ver, na sua composição socio-demográfica são os que apresentam um número reduzido de família (pais e filhos) a viver juntos, são mais constituídos por habitat entre primos, tios e sobrinhos, o que de certa forma reforça a maturidade da migração (a consciência migratória), reforçando as suas origens no caso dos muçulmanos (Fulas), que sempre foram nómadas e muito habituados a dinâmicas pendulares. Os Manjacos, como já referimos, foram os primeiros migrantes na experiência migratória guineense, o que poderá contribuir positivamente através do acumulado descendente, transmitida de geração a geração, fazendo estes encarar a migração como uma mobilidade de riscos. Exemplo disto é da forma de coabitação familiar dos mesmos como já referimos atrás.

A ligação destas categorias/grupos migratórios ao país de origem suscita também desequilíbrios regionais significativos, nos lugares de origem. As regiões de origem apresentam actualmente formas e estilos de vida muito mais aceitáveis em relação a alguns anos atrás, o que criou uma nova ordem na mobilidade social dos indivíduos, com maior ascendência para indivíduos oriundos destes grupos migratórios – visto que as posições de maior protagonismo e melhores condições socio-económicas eram dantes ocupadas pelos crioulos. As regiões de Bafatá e Gabú, dos Muçulmanos (Fulas), e Cacheu e Canchungo, para os Manjacos, apresentam-se como grandes regiões com novas urbanizações, e com vantagem nas infra-estruturas em relação a muitas regiões que lhes eram similares. Tal obriga, do ponto de vista do crescimento urbano, a um desenvolvimento considerável. As “dependências” das redes de transferências de capitais montadas estrategicamente nestas regiões, como o Banco Western Union, são o

exemplo dos fluxos de capitais que afectam e circulam nestas zonas, e o reflexo da ligação do migrante aos seus lugares de origem.

Apesar da cidade Bissau (que era na sua maioria habitada pelos crioulos) estar a crescer de uma forma significativa com a invasão de muitos grupos estrangeiros (Senegal, Mali, Guiné Konacry, Nigéria, etc.), devido às políticas de livre circulação de integração regional da CEDEAO (Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental), é de realçar que este crescimento se deve também significativamente a estes dois grupos étnicos migratórios. Por vezes, estes consideram a cidade como um lugar estratégico para desenvolver as suas actividades comerciais e pequenos investimentos; por outro lado, encaram-na como o único lugar onde é possível adoptar os estilos de vida aculturados nas sociedades de acolhimento e desenvolver os seus espaços de vida. Hoje em dia assiste-se não só ao crescimento da capital guineense, como ao surgimento de novos bairros identificados como bairros dos migrantes, liderados na sua maioria por aquelas duas classes migrantes (Cfr. anexo 1, entrevista n.º 2 e 3; e ver caixa: Braima Sory).

Isolando o crescimento da capital e das regiões dos grupos étnicos já identificados, as outras regiões do país de origem apresentam um crescimento socioeconómico e físico menos intenso, por vezes em condições de deterioração. As regiões mais desenvolvidas, por coincidência no norte e leste do país, apresentam indicadores de desenvolvimento mais desejados do que as regiões do sul. Estas últimas – caso, por exemplo, de Bolama, que já foi capital do país –, representadas na sua maioria pelos crioulos, apresentam uma deterioração do espaço de vida considerável. Tal está de certa maneira ligado às classes migratórias de origem, como é o caso dos crioulos; como frisámos, estes apresentam poucos indicadores de retorno e de outros tipos de ligação ao país de origem (ver figura nº 3, parte complementar do texto).

6. A segunda geração e os contornos na perspectiva do retorno

Se a ideia de retorno constitui uma realidade ainda adiada na migração guineense, a segunda geração constitui uma preocupação bastante maior na nossa análise face à perspectiva de retorno. Esta preocupação é reforçada pela heterogeneidade das classes migrantes, como sublinhamos atrás. É claro que a comparação de espaço de vida entre

as duas sociedades (acolhimento e origem) tem repercussões importantes no enquadramento da segunda geração no conceito de retorno. Quanto mais integrada estiver uma classe migrante, maiores serão as suas oportunidades de vida e melhor incorporação terão os seus descendentes, e vice-versa. Referimos atrás as classes onde se verifica que a classe ou categoria migrante menos integrada tende a ter mais afinidades com o país de origem. Este caso é o dos manjacos e fulas, que contrasta com o dos crioulos e outros migrantes similares, que tendem a perder afinidades à medida que se integram na sociedade de acolhimento. Como sintetiza Machado (1999b; 2002), um outro exemplo desta integração é a dos cabo-verdianos, por estes já se encontrarem em fase avançada do ciclo migratório; no caso da segunda geração é colocada de lado a ideia de regresso.

A migração tende a desfazer-se das suas finalidades originais à medida que a integração vai ganhando tempo e espaço. Por outro lado, como salienta o mesmo autor, apesar da segunda geração guineense ser maioritariamente constituída por crianças, há sinais de maiores contrastes na reprodução inter-geracional comparativamente aos cabo-verdianos: taxas de insucesso escolar acima da média, abandono escolar (as taxas de diplomação tendem a baixar significativamente, tanto de escolaridade obrigatória como de escolaridade secundária, variando de 83% para 52%, como mostra o anexo 2, quadro n.º5), delinquência juvenil, sobre-representação na população prisional, etc.

A segunda geração dos migrantes, apesar de ainda jovem, vive no biculturalismo na sociedade de acolhimento (devido àquilo que apreendem nos processos individuais de integração e àquilo que lhes é transmitido e assegurado pelos pais). Os laços familiares terão grandes influências na socialização e modos de incorporação dos descendentes, o que posteriormente poderá contribuir para uma integração indesejada (ver anexo figura n.º 2, parte complementar do texto). Alberto Martinho (1984), num estudo comparativo dos filhos de emigrantes em França oriundos de Guarda, concluiu que a segunda geração vive sempre numa situação por vezes indefinida: “nem a integração nem o retorno”. Mesmo quando os enquadramentos legítimos, por exemplo da língua e da nacionalidade, operam, acabam por não ser dispositivos suficientes na manobra da integração da segunda geração. Outros autores negam esta tendência, considerando-a menos fundada. Um exemplo é o dos europeus italianos na Suíça, que tiveram muito sucesso escolar, defendendo-se que a questão por vezes se reparte por outros factores de organização familiar (Cassée, 1989).

Estes contributos são importantes, na medida em que despertam uma análise de similaridade cultural; ou seja, quando os países envolvidos apresentam dispositivos de similaridades culturais, a biculturalidade tende a ser pouco significativa, negativamente e vice-versa. No exemplo das dinâmicas inter-regionais europeias, que envolvem indivíduos muito mais homogêneos, apesar de existirem espaços de vida isolados, a socialização primária, como relação existente entre pais e filhos, por vezes não proporciona grandes diferenças. Em alternativa, estas diferenças ocorrem com os guineenses ou PALOP em Portugal em relação aos nacionais, apesar de algumas discriminações (in) desejadas. Um estudo orientado por Baganha (2001) confirma um nível semelhante de capital humano (na interpretação clássica do termo – nível de escolaridade, e em certos padrões de vida) entre os PALOP e os nacionais em certas segmentações de vida social é igual, o que de uma forma teórica podia causar o mesmo nível de integração das duas classes sociais. Mas a verdade é que o capital humano, só por si, como dispositivo de qualificação, já não suscita grandes influências em matéria de integração, quando se fala da migração – embora possa ter um maior contributo, no retorno, nos locais de origem dos migrantes. O grande problema da segunda geração, na nossa análise, não é só o da “biculturalidade”, mas sim o de constituírem grupos sensíveis à discriminação, com um enquadramento menos pleno, correndo o risco de desintegração por serem indivíduos identificados e localizados. Mesmo quando, por vezes, possuem um capital humano elevado, existem sempre riscos de discriminação, às vezes até motivados por certas desconfianças, acompanhadas de uma hesitação aparente, e não baseados em motivos racionais (ver figura nº 2, parte complementar do texto).

Na perspectiva do retorno, a segunda geração situa-se entre o risco de discriminação mais negativa na sociedade de acolhimento, justificada pela falta de um enquadramento sustentado e desejado, e uma possível discriminação positiva na sociedade de origem, justificada por serem portadores de modelos de excelência, desde a cultura social, educativa e informativa, até à aculturação aos modelos adoptados na sociedade de acolhimento. Mas o grande *handicap* está nas oportunidades de espaço de vida que, na maioria das vezes, não são desejáveis ou as mais esperadas. Este *handicap* constitui o grande contraste na perspectiva do retorno, podendo tornar-se como a grande desmotivação desta classe ao retorno. Por outro lado, este conflito merece ser mais apreciado e considerado numa análise mais minuciosa.

Para finalizar, as classes migrantes que possivelmente são mais sensíveis ao retorno na nossa análise, caso dos Manjacos e Fulas, não constituem grandes problemas com a segunda geração, uma vez que são classes migrantes que normalmente não detêm reagrupamentos familiares (entre pais e filhos), optando por viver entre pessoas adultas a experiência migratória.

7. O retorno numa perspectiva de cooperação

Os números que rodeiam o fluxo migratório internacional são consideráveis: 120 milhões de pessoas vivem fora dos seus países, dos quais 3 milhões de africanos são residentes na Europa e América do Norte, e mais de 100 mil deles são quadros. Em relação a estes quadros, os dados do Banco Mundial relatam que mais de 23000 detentores de diplomas universitários e 50000 quadros superiores deixam África anualmente, em direcção à Europa, América do Norte e Médio Oriente; estimam, ainda, que 40000 doutorados africanos vivam fora de continente (Adepoju, 2000; OIM, 2001). Perante estes números assustadores e a realidade que se vive em África, consubstanciada na falta de recursos humanos (capital humano), é de considerar uma estratégia de cooperação técnica como um dos incorpóreos imprescindíveis na elaboração das políticas de migração. O desequilíbrio significativo entre os países envolvidos (acolhimento/origem), os problemas causados pelos efeitos migratórios, a saturação de alguns sectores de trabalho do migrante, são outros argumentos que nos obrigam a indicar uma estratégia de cooperação técnica como um dispositivo essencial na construção e reenquadramento do fluxo migratório, ideia sublinhada por muitos autores.

Castles (2000) acentua a necessidade de uma intervenção cooperativa, apelando à intervenção e maior empenho das instituições internacionais, de carácter migratório, na equação e solução de vários problemas que afectam os países de imigração e emigração. Como sublinha o mesmo autor, as migrações internacionais são uma das principais responsáveis pelas transformações sociais e consequente desenvolvimento social e económico; tanto podem contribuir para o melhoramento destes, como podem contribuir para a perturbação e estagnação dos mesmos. Nesta perspectiva, fica a ideia de que sempre que o fluxo atinja o seu estado de saturação, ora por aumento considerável do

número de migrantes, ora por declínio das ofertas do mercado de trabalho, é precisa uma intervenção na repartição dos agentes migrantes.

Muitos autores desconfiam das influências da cooperação internacional e suas políticas. É o caso de Santamaría (1999), que sublinha que o processo de mundialização internacional não tem trazido nada de novo ao solo africano; por exemplo, na África Subsariana tem-se destacado mais a fuga de capitais do que a recepção de fundos para o desenvolvimento, e as dívidas externas são uma realidade: em 1980 eram de 56,203 milhões de dólares e já em 1995 rondavam os 204,253 milhões. Por outro lado, as políticas de ajustamento são dispositivos de minimização que em nada contribuem para a recuperação das suas economias, não revelando eficácia nas suas elaborações e aplicações; a melhoria das estatísticas é um “eufemismo” interessante das organizações internacionais, oferecendo uma imagem esperançada. O continente africano, sublinha o mesmo autor, terá que “per si” consciencializar-se dos seus potenciais e reorganizar-se rumo ao desenvolvimento, acabar com as guerras civis, apostar numa maior integração económica regional.

Alguns menos críticos ainda defendem a cooperação, mas criticando a sua direcção. Sustentam que hoje em dia os doadores internacionais começam a ter mais nas suas agendas sectores da sociedade civil, o que está também relacionado com a atracção dos talentos africanos para este sector, fragilizando por vezes os órgãos administrativos do aparelho dos Estados afectados (Boadi, 2001). Uma outra teoria de cooperação é a do comércio internacional (“L’échange international”), defendida por Tapinos (2000). Segundo este autor, pode-se contribuir para a diminuição da propensão para a migração; a livre troca de produtos proporciona uma especialização do país em desenvolvimento num produto intensivo, em recursos naturais específicos e no trabalho não qualificado, podendo assim criar vários empregos e remunerações equilibradas. Bastardes (1999) argumenta que, perante programas que não têm conseguido os seus objectivos perante o tecido social africano, no âmbito cultural das suas normas e valores (projectos que solucionam uma realidade intangível, desconhecida por aqueles que lhe tentam dar solução), é difícil legitimar o desenvolvimento, entendido pelo menos nos seus termos clássicos.

A cooperação da Europa com África traduziu-se na convenção de Lomé, no início da descolonização e na consolidação das estruturas políticas e económicas dos novos Estados emergentes. Os anos 50/60 foram dominados pela ajuda pública ao desenvolvimento; os anos 70 impuseram a ideia de que a satisfação das necessidades

básicas das populações seria o motor para o desenvolvimento e para uma nova ordem mundial; os anos 80/90 são uma confirmação do insucesso de muitos projectos de ajuda ao desenvolvimento. Em conjugação com os reflexos negativos das opções político-económicas adoptadas por vários Estados africanos, estes últimos fizeram com que a actividade de cooperação assumisse por vezes um papel conjuntural, decorrente de situações de emergência e de fome. Os anos a seguir deverão ser ainda de cooperação, mas com grande importância das influências dos fluxos migratórios.

Apesar de alguns insucessos, a cooperação ainda constitui um papel importante na harmonização das relações internacionais, e um instrumento importante na manutenção da segurança na Europa, tendo em conta o fluxo migratório sobre o velho continente. A cooperação portuguesa com os países das suas ex-colónias enquadra-se no contexto da cooperação europeia (mas ainda com alguns atrasos em relação à de outros países, por exemplo de França), privilegiando muito as áreas de formação, ensino e saúde (Monteiro, 2001). Mosca (2000) realça que a comunidade internacional tem um papel importante na solução dos problemas (conflitos, guerras, democracia, desenvolvimento e [migrações]), mas sublinha as influências que determinados países e organizações internacionais exercem na ordem mundial.

Perante estas reflexões, Portugal tem de usar todos os dispositivos necessários para reconsiderar e harmonizar racionalmente a cooperação; e as migrações são hoje preocupações a considerar com maior relevância nas estratégias de cooperação técnica para com os PALOP. Assistimos hoje a um declínio na vertente técnica de formação e educação, onde o espírito de cooperação se tende a perder por não ter surtido os efeitos desejados – por exemplo, muitos quadros ficam depois da formação (constituindo classes migratórias), devido aos grandes problemas que afectam os seus países de origem.

8. As instituições de carácter migratório e as suas influências

Os países africanos, apesar das suas independências, ainda continuam a depender da ajuda externa, em particular das instituições de Bretton Woods. Apesar de alguns autores colocarem certas reticências às políticas e gestão destes organismos na estratégia de desenvolvimento africano, os mesmos têm desempenhado um papel

importante na actuação económica dos países africanos. Bastardes (1999) sublinha que os anos 60 são o princípio das independências africanas, e ao mesmo tempo o início da cooperação internacional e de programas de ajuda para o desenvolvimento. Esta fase não só criou automaticamente uma dependência “metrópole-colónia”, como também uma nova dependência, apontada no intercâmbio dos países de OCDE com os países africanos. A França em 1946 e o Reino Unido em 1947 foram os primeiros doadores na ajuda externa; a seguir foram os EUA e a antiga URSS. Com o plano Marshall e as influências da guerra-fria (depois da 2ª guerra mundial), estes últimos começaram a ajudar alguns países africanos. Hoje em dia, apesar do fim da guerra-fria, e com os EUA a apresentar-se como única potência mundial, eles são, juntamente com a Europa, o fôlego dos constrangimentos socioeconómicos. Os projectos concretos de desenvolvimento industrial, desde o Tratado de Roma de 1957, até Lomé IV em 1989, são imagem real desta relação.

No campo das migrações, o fluxo migratório de África para a Europa e América do Norte, como consequência do enfraquecimento dos países então recém independentes, suscitou o surgimento de novas instituições como intermediários e promotores de políticas de migração: é o caso da OIM e das Nações Unidas. Por uma necessidade de enquadramento dos migrantes face aos crescentes problemas, a necessidade da cooperação foi vital para a instituição de certos diplomas. Na prática destas políticas, Castles (2000) sublinha que no saldo da cooperação todos ficam a beneficiar: os migrantes (podem exercer os seus direitos), o país de emigração (ganha com as transferências de fundos e vê tornar-se mais difícil a exploração dos seus migrantes), enquanto que o país de imigração ganha porque poderá exercer um melhor controlo e possuir uma mão-de-obra estável.

A OCDE¹², (cit. in Trindade, 1995) sustenta alguns princípios básicos e essenciais para a migração. Segundo esta instituição, as migrações deveriam ser concebidas como uma cooperação económica e social entre dois espaços ou parceiros, ultrapassando as

¹² Algumas medidas da OCDE a considerar são as seguintes:

- cooperação mais acentuada entre os serviços de emprego, tanto no país de origem como no país receptor, condição indispensável ao desenvolvimento de um sistema de apoio ao retorno, no quadro de uma estratégia geral de desenvolvimento para os países de origem;
- criação de fontes de financiamento para as migrações de retorno, como por exemplo a criação de empregos nos países de origem;
- promoção do desenvolvimento regional nos países emissores de mão-de-obra, como alternativa à emigração;
- implementação de programas com vista a uma migração de retorno selectiva, tendo em conta os planos de desenvolvimento e a procura ao nível do mercado de trabalho dos países de emigração.

valorizações tradicionais do tipo de mão-de-obra. Devia-se apostar na formação profissional, orientação, utilização das poupanças dos migrantes e oferecer alternativas aos migrantes que pretendessem retornar ao país de origem. Este trabalho deveria ser realizado entre o país de imigração e o de emigração num espírito de cooperação. Mas tal torna-se por vezes difícil, tendo em conta a falta de organização governativa em muitos países de emigração.

A OIM (uma organização incorporada nas Nações Unidas especializada nas migrações) tem contribuído como um organismo de administração de todas as políticas nacionais e internacionais de retorno dos migrantes aos países de origem, incluindo, nos programas por si desenvolvidos, repatriados, refugiados, grupos de migração laboral vulnerável, estudantes e quadros qualificados.

O Programa Piloto de Retorno Voluntário (PPRV), implementado em Dezembro de 1997 e válido por 3 anos, financiado pelo governo português com um total de 30 milhões de escudos em 1997, e 60 milhões escudos para 1998, foi posto em prática através de OIM de Lisboa. Este programa pôs em prática uma política efectiva, digna e humana de retorno voluntário ou reinstalação para determinadas categorias de estrangeiros, nomeadamente pessoas cujos pedidos de regularização migratória tinham sido recusados (em virtude da lei 17/96 de 24 de Maio), pessoas cujos pedidos de asilo haviam sido também recusados, e os que desejavam voltar ao país de origem ou terceiros, mas que não fossem da CE (Comunidade Europeia).

O TOKTEN (Programa de Transferência de Conhecimentos dos Expatriados) é um outro programa com o mesmo objectivo global do RQAN, o de reforçar a capacidade institucional do governo da Guiné-Bissau nos sectores prioritários do desenvolvimento, como a administração pública, saúde, educação, agricultura, sector privado, proporcionando facilidade e integração profissional e social dos quadros. Porém, o programa não foi implementado.

Um outro programa neste âmbito é o Projecto Integrado de Retorno Voluntário para Cidadãos da Guiné-Bissau (PIRV-GB) com estatuto temporário. A OIM levou à prática dois programas de retorno (o primeiro, em 1999, foi financiado pelo Estado Português, e o segundo, em 2000, foi co-financiado pela UE e Fundo Europeu para os Refugiados), com apoio nos quais, até finais do ano 2000, voltaram para a Guiné-Bissau 485 cidadãos que tinham estatuto temporário. Este programa, com continuidade (financiamento) até 2002, depara-se actualmente com grandes problemas a nível da

adesão, apesar de ainda haver indivíduos com estatutos de pedidos temporários (in) deferidos. A verdade é que, por ineficiência do sistema de controlo, muitos destes indivíduos possuem vistos de autorização de permanência e alguns mesmo dispõem de autorização de residência, segundo as informações de OIM Lisboa.

De uma forma mais alargada, até 13 de Junho de 2000 a OIM e o ACNUR (Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados) tinham organizado o retorno, por via terrestre, marítima e aérea, de um total de 161900 indivíduos de Timor-leste, Timor Ocidental, outras partes de Indonésia e Austrália. Este número é muito considerável em relação ao dos guineenses em Portugal, e demonstra a força das intenções de retorno no caso dos países de acolhimento não favorecerem a continuidade. Por exemplo, milhares de guineenses refugiados no Senegal e Cabo Verde também voltaram em massa para o país de origem, sem que houvesse necessidade de programas para substancializarem o regresso.

8.1 RQAN e MIDA: dois projectos de retorno

8.1.1 RQAN (Retorno de Quadros Nacionais Africanos)

Este programa surge em 1983, como necessidade de resposta à situação de muitos quadros africanos que se espalhavam na diáspora (fora dos seus países de origem), e que estrategicamente são recursos para o desenvolvimento do continente. Na sua primeira fase, depois de uma experiência bem sucedida na cooperação técnica com a Ásia e América Latina, financiado pela Comissão Europeia e Estados Unidos, com Lisboa, Londres e Washington como centros de recrutamentos, abrangeu 503 nacionais qualificados dos três primeiros países que beneficiaram do programa: Quénia, Somália e Zimbabué. A segunda fase foi financiada pela Comissão Europeia, dentro do quadro da Convenção de Lomé (ACP): proporcionou o retorno de 619 nacionais qualificados de seis países: Quénia, Somália, Zimbabué, Gana, Uganda e Zâmbia – para além de uma fase intermédia (1992-1993) de retorno de 100 diferentes quadros de diferentes países africanos. A terceira e última fase ocorreu entre 1995 e 1999, permitindo o retorno de quadros de 11 diferentes países africanos: Angola, Cabo Verde, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Quénia, Moçambique, Uganda, Serra Leoa, Zâmbia e Zimbabué. O programa abrangeu comparticipação na cobertura de despesas de viagens e pessoas a cargo, equipamentos profissionais, uma formação de integração, e eventualmente um

suplemento de remuneração para um período limitado. O RQAN (Programa de Retorno dos Quadros Nacionais Africanos), que se executou de Janeiro de 1995 a 1999, foi dirigido aos quadros qualificados africanos na diáspora. Ele fez voltar 855 quadros superiores e altamente qualificados para os seus países de origem, entre os quais se destaca a comunidade lusófona: 8 angolanos, 30 cabo-verdianos, 57 guineenses, 13 moçambicanos e 17 timorenses. Foram gastos 925.668 dólares em passagens aéreas, transportes de bens pessoais, aquisição de equipamentos profissionais, subsídios de reintegração e suplementos salariais. Numa análise da reintegração no país de origem (Guiné-Bissau), dos 57 guineenses beneficiados do programa, houve uma taxa de retenção de 73,7%, visto que 42 ficaram definitivamente no país origem; 22,8%, correspondentes a 13 casos, reemigraram; e 3,5%, correspondentes a 2 casos, perderam a vida, isto antes da terrível guerra que assolou o país em 1998. Esta impossibilitou a continuidade do programa como, por outro lado, poderá suscitar a re-emigração da maior parte dos agentes envolvidos.

Este programa, apesar de todo o contributo que deu ao retorno de algumas categorias de migrantes, pecava por defeito, visto que todas as atenções eram centradas nos quadros qualificados – apesar de alguns programas solicitarem outras categorias migratórias. Também, por outro lado, o grupo dos qualificados era mais vulnerável e sem confiança financeira em relação aos migrantes laborais, o que justificava esta protecção. Mas a realidade do fluxo migratório suscita, hoje em dia, vulnerabilidade no mercado de emprego em todas as categorias, ameaçando todos e tudo. Hoje, no mercado de emprego, assistimos a um desemprego crescente das classes migrantes laborais, associando-se assim a muitos migrantes qualificados em empregos incompatíveis, o que implica uma preocupação mais abrangente do ponto de vista das estratégias de cooperação técnica de retorno.

Por outro lado, o programa RQAN apresentava um *handicap*, o da falta de confiança dos possíveis beneficiários, uma vez que obrigava à renúncia de autorizações de permanência e residência nos países de acolhimento, num período em que o fluxo (emigração) ainda estava em crescimento, como sucedeu em Portugal.

8.1.2 MIDA (*Migração para o Desenvolvimento em África*)

Este projecto¹³, veio na continuidade do RQAN, apontando para o reforço de capacidades e transferência de conhecimentos e “savoir-faire” para o desenvolvimento, mas com uma particularidade, a de colmatar todos os *handicaps* apresentados pelo antigo projecto. Ou seja, não colocando imposições em matéria de renúncia das autorizações de residência, o migrante beneficiário poderia gozar do duplo privilégio. Para além disso, não se restringia somente aos quadros qualificados, mas a todos os outros grupos migrantes que pudessem de alguma forma dar contributo ao desenvolvimento dos seus países de origem. Por outro lado, no programa RQAN o retorno físico e definitivo era uma condição “sine qua non”; os programas eram baseados em ofertas em que os países beneficiários não participavam; e o sector privado não era prioritário.

O MIDA oferece um programa de recrutamento e transferência muito flexível, baseado na procura e nas necessidades identificadas pelos países participantes, envolvidos na elaboração e planificação dos programas, onde o sector privado é a prioridade central. A mobilização de competências e recursos financeiros dos migrantes na diáspora para o desenvolvimento africano é a ideia essencial do programa. Para além disso, dezenas de milhar de quadros superiores deixam o continente africano anualmente (OIM, 2001). Nos objectivos do MIDA, estes são considerados recursos a aproveitar para o desenvolvimento, reforçando assim a capacidade institucional dos países africanos. Este mega programa exige a colaboração de vários organismos nacionais, regionais, distribuídos desde os países de origem até aos de acolhimento, e organizações internacionais de carácter migratório – exemplo da OIM, ONU, OUA, CEDEAO, ACP, UE, BAD, CEA, ONG, FMI, Banco Mundial, etc.

Este projecto, ao dar mais liberdade aos países beneficiários, pode também constituir um entrave, visto que nem todos os possíveis países beneficiários possuem a mesma capacidade de resposta ou se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento. Esta razão explica que o programa já esteja a funcionar em vários países e em alguns

¹³ Categoria do projecto: cooperação técnica na matéria de migração. Categoria: desenvolvimento de capacidades. Órgão de execução: OIM. Instituições associadas ao projecto (homólogos nacionais): governos e organizações do sector privado em África, países doadores, instituições na diáspora. Área geográfica: países africanos (origem) e países de acolhimento. Direcção do projecto: Genebra (sede da OIM). Grupo afectado: 1000 africanos qualificados ou não na diáspora. Total financiamento: 12.758.000 dólares EUA (dados da OIM, 2001).

não, como é o caso da Guiné-Bissau, que se encontra numa fase atrasada no levantamento das necessidades do país.

Conclusão

O fluxo migratório guineense teve os seus primeiros passos através dos Manjacos, que iam para França através do Senegal (apesar de já existirem pequenas movimentações dos muçulmanos para países vizinhos, devido ao comércio). O fluxo dos Manjacos constitui a primeira mobilidade para fora do país, mas de carácter étnico e não alargado às outras etnias ou classes, por exemplo os crioulos em Portugal.

Só depois da crise económica de meados dos anos 80 e 90 se deu o grande “boom” do fluxo, dirigido para Portugal e, em algumas pequenas vagas, para Espanha, França e resto da Europa, caso da Alemanha, Suíça e Inglaterra. Alguns ainda tiveram passagem por Cabo Verde, mas acabaram por escolher a Europa como destino final (pelo menos nesta fase).

A intensidade do fluxo para Portugal (considerado o país por excelência da imigração guineense quanto aos números de migrantes clássicos) deve-se a um conjunto de factores: a oferta/procura do mercado de construção civil e obras públicas, que representa a grande maioria dos migrantes; a crescente dinâmica das redes migratórias; e, por outro lado, razões históricas, de compromisso moral e até diplomáticas, como por exemplo a recepção e enquadramento de muitos dos refugiados de guerra de 1998, que embateu o país (Guiné-Bissau), criando grande fuga de diferentes camadas e classes sociais.

O final da década de 90 é considerado em Portugal um período de integração e de grande crescimento do fluxo imigratório. Portugal ganha a dupla consideração de país de emigração e de imigração, e surgem os problemas referentes a minorias étnicas e suas formas de incorporação. Por outro lado, começa a saturar-se o mercado de trabalho da construção civil que tanto acolhia os migrantes, e que se responsabiliza pelo emprego da maioria dos migrantes. O desemprego começa a aumentar devido ao abrandamento da economia, mas com maior incidência na comunidade migrante, apesar de ainda não existirem alarmismos por parte destes e os migrantes não se enquadrarem em pleno com os dados estatísticos oficiais (visto que as antigas políticas não favoreceram este

enquadramento; mesmo nas novas ainda existem grandes lacunas no controlo do desemprego dos migrantes). A verdade é que, apesar da conjuntura económica em Portugal não ser favorável, o migrante ainda representa o veículo de muitas estratégias de sobrevivência familiar, essencialmente o migrante proveniente dos países muito pobres. É o caso da Guiné-Bissau, onde a instabilidade é tanta que o migrante se transformou mesmo como o maior responsável pelo sustento familiar, o que faz com que a ideia de retorno ainda não constitua uma variável a considerar.

A migração guineense em Portugal, considerada uma migração muito tardia em relação a outras, como a cabo-verdiana ou a angolana, tem um período de crescimento considerável coincidente com o abrandamento das ofertas do mercado de trabalho, e ainda com as invasões de outras comunidades (moldavos, romenos, etc.), com muito maior preparação de cultura migratória e capital humano. Os guineenses começam a sentir grandes dificuldades, e não é difícil ver uma vaga de indivíduos a velejarem sem emprego (segundo Fernando Ká, presidente da AGUINENSO), desconhecendo formas de os procurar, esperando que as influências familiares lhes dêem bonança. A situação neste momento é preocupante para o futuro destes migrantes.

Um estudo recente coordenado por Maria Baganha (2002), sobre movimentos migratórios externos e suas incidências no mercado do trabalho, sintetiza que no caso da crise do sector (neste caso construção civil), e onde a conjuntura parece ser global a toda Europa, só pode haver quatro formas de refúgio: desemprego, mudança de sector, re-emigração e retorno. Numa análise a estas quatro variáveis, considera-se que a primeira (desemprego) começa a ganhar espaço. Por mais que se possa reequilibrar o sector será difícil encontrar equilíbrio entre a oferta e procura; mesmo com as novas medidas de autorização de permanência, através dos contratos de trabalho, o número de migrantes vai aumentando, por exemplo na sequência da lei de reagrupamento familiar. A segunda (a mudança de sector) parece pouco viável, na medida em que o grande *handicap* dos migrantes são as poucas qualificações; mesmo quando as detêm, faltam sempre algumas componentes essenciais na formação do seu capital humano e consequente integração. O sector da construção civil, em que encontram mais empregos, constitui um espaço de vida e de trabalho possível, por ser o menos exigente em termos de formação e qualificação, a não ser que as chamadas políticas de qualificação e de emprego venham dar um socorro visível neste aspecto. Mesmo assim haverá grandes dificuldades, devido a muitos contrastes na formação de base de certos grupos ou categorias de migrantes. A terceira (re-emigração) pode parecer mais viável no entender do migrante, devido ao seu

espírito e formas de encarar a vida: procurar a melhor sobrevivência possível. Mas o grande mito da re-emigração terá dificuldades em concretizar-se em dinâmica migratória, devido aos problemas suscitados em todos os países de imigração: o alerta e promulgação de medidas de controlo do fluxo e combate ao tráfico, e a actual conjuntura económica europeia/mundial (já não há melhores refúgios como antigamente), parecem ser obstáculo para as esperanças de re-emigração, que alguns já tentaram de modo infortunado. A última (retorno) parece, na minha opinião, a mais viável. Associa-se teoricamente à ideia de migração (quem parte é para voltar) e, por outro lado, todas as medidas tomadas e perspectivadas por alguns países de imigração, por exemplo Portugal, parecem apontar o dedo para este caminho, apesar das possíveis políticas de integração que se possam implantar. Se estas mesmas políticas não forem suficientemente bem sustentadas, surgirão vários problemas e conflitos sociais de risco no futuro.

Em conclusão, depois da apreciação do retorno das classes migratórias ao país de origem, apesar deste ser escasso, considerados os programas de cooperação técnica, a classe migrante dos Manjacos e Fulas possui mais incentivos ao retorno, constituindo a comunidade transnacional de referência na migração guineense. Apesar desta classe migrante ainda não estar associada ao regresso definitivo dos seus migrantes, denota-se uma grande diferença em relação a outras classes. O exemplo perfeito disto é o surgimento de novos bairros povoados mais por estas classes, e o verdadeiro desenvolvimento nos locais de origem em termos de “espaço de vida/habitat”. Uma outra tese que reforça a ligação destas classes ao conceito de retorno é de estarem menos enquadrados na sociedade de acolhimento, habitando em guetos e bairros identificados como de maior vulnerabilidade; escolhem desta forma o país de origem como lugar de investimento, o que faz ganhar uma ascendência socio-económica muito considerada no país de origem, contribuindo para uma nova estratificação social do país.

A classe migrante identificada com os crioulos constitui uma tendência inversa à dos Manjacos e Fulas, por estarem mais integrados na sociedade de acolhimento e menos ligados à sociedade de origem. É constituída por indivíduos de uma classe mais assimilada e aculturada aos modelos ocidentais, e tendo como maior preocupação a integração plena na sociedade de acolhimento. É ela que mais reproduz a chamada segunda geração, que na análise migratória é a geração que traz sempre grandes problemas e conflitos ao país de imigração.

A classe dos quadros qualificados possui uma diferenciação no seu enquadramento, havendo indivíduos com melhor inserção profissional do que outros, por exemplo os médicos em relação aos diplomados em ciências sociais. Devido ao pessimismo e à falta de incentivo para o regresso ao país de origem, os agentes vão esforçando na luta pelo enquadramento, acabando na sua maioria por se submeter a serviços não compatíveis com o seu capital humano, arranjando outras formas de re-emigração. A única ligação considerada ao retorno foi movida pelos programas de cooperação técnica desenvolvidos parcialmente nos últimos anos, por exemplo o RQAN, que contribuiu com 57 quadros regressados à Guiné-Bissau.

A classe dos refugiados é, em volume, a que possui uma maior ligação potencial ao retorno na componente de regresso definitivo. Ela está associada a imposições do momento e à falta de enquadramento nos primeiros momentos de contacto com a sociedade receptora. Tal fez regressar 485 guineenses aos locais de origem através de programas de retorno voluntário dos guineenses com estatuto de refugiado.

Uma outra análise a considerar acerca da escassez do retorno é a falta de medidas que permitam mensurar este fluxo, visto que os dispositivos accionados no país de origem ainda não possuem condições de controlo do mesmo.

A cooperação técnica, com a intervenção de instituições ligadas à migração, é imprescindível da resolução deste problema. É necessário que os países de acolhimento e de origem se envolvam, e a intervenção de instituições internacionais de carácter migratório é essencial na apreciação e procura global de soluções. De facto, muitos dos países de origem, como é o caso da Guiné-Bissau, não possuem e nem criam condições de reintegração e reenquadramento dos seus migrantes. É sempre imprescindível uma intervenção de carácter inter-cooperativo, como os programas de retorno voluntário dos quadros; o financiamento do Banco Mundial ao sector privado para a criação de emprego e retorno dos quadros qualificados que se encontram fora do país de origem; o projecto MIDA, etc.

E quaisquer políticas a considerar têm que levar em conta as diferentes classes migrantes, nas suas diferentes formas de integração no país de acolhimento, e o modo como encaram a perspectiva de retorno.

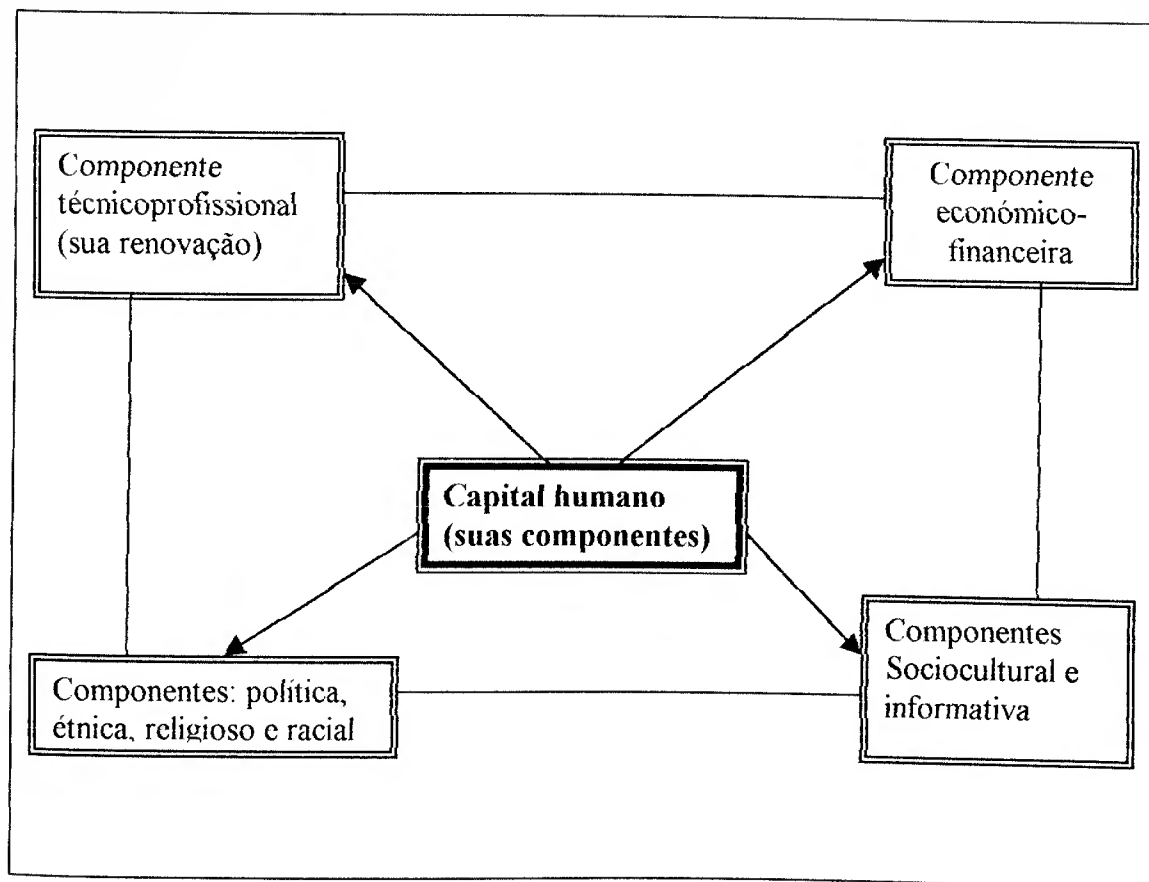
Figuras elaboradas pelo autor (parte complementar do texto)

retorno implica uma obrigatoriedade de regresso do migrante ao país ou local de origem.

Numa análise mais atenta às dinâmicas migratórias guineenses, consideramos este quadro de análise interessante para o desenvolvimento do país, no que diz respeito a todo o aproveitamento possível de influências das classes migratórias para com o país de origem.

O retorno do migrante move com ele o capital humano, a presença dos recursos humanos que poderão servir de chave do desenvolvimento do seu país, principalmente na organização do sector público do Estado e consequente desenvolvimento do sector privado. Nesta perspectiva, os quadros qualificados desempenhariam um papel de grande relevo no sector público – embora os outros migrantes clássicos também tivessem o seu contributo –, tendo em conta o estágio clínico do país, actualmente sem quadros para sustentar o funcionamento da administração (Cfr. Anexo 1 entrevista 1). Esta análise é curiosa na medida em que vem ao encontro da situação de muitos quadros qualificados migrantes guineenses em Portugal, submetidos a funções não compatíveis com o seu “capital humano” e com um “espaço de vida” vulnerável. E, por outro lado, é sustentada pelo vazio de cérebros na administração pública e no aparelho de Estado na Guiné-Bissau. Os chamados migrantes clássicos também teriam um papel importante na colaboração num projecto de desenvolvimento, uma vez que também possuem, na nossa perspectiva, um conjunto de “experiências de vida” e um pouco de capital humano imprescindível ao desenvolvimento.

Figura n.º 2. Conceito capital humano



Fonte: Elaborado pelo autor

O capital humano é considerado como o conjunto de todas as oportunidades de formação adquiridas. Do ponto de vista de uma interpretação clássica, o capital humano está ligado à formação e consequente integração no mercado de trabalho.

Do ponto de vista da realidade migratória guineense é um pouco exagerado considerar esta ligação, entre profissionais qualificados e mercado de trabalho. De facto, as qualidades profissionais, só “per si”, não justificam a integração num espaço de vida equiparado ao capital humano. É o exemplo claro dos migrantes com formação superior mas que não conseguem empregos compatíveis com os seus níveis académicos. Existe uma falta de correlação entre o capital humano e o espaço de vida.

Por estas considerações, achamos por bem considerar algumas componentes e definir o capital humano como um pequeno cosmos, humano e socioprofissional, envolvendo

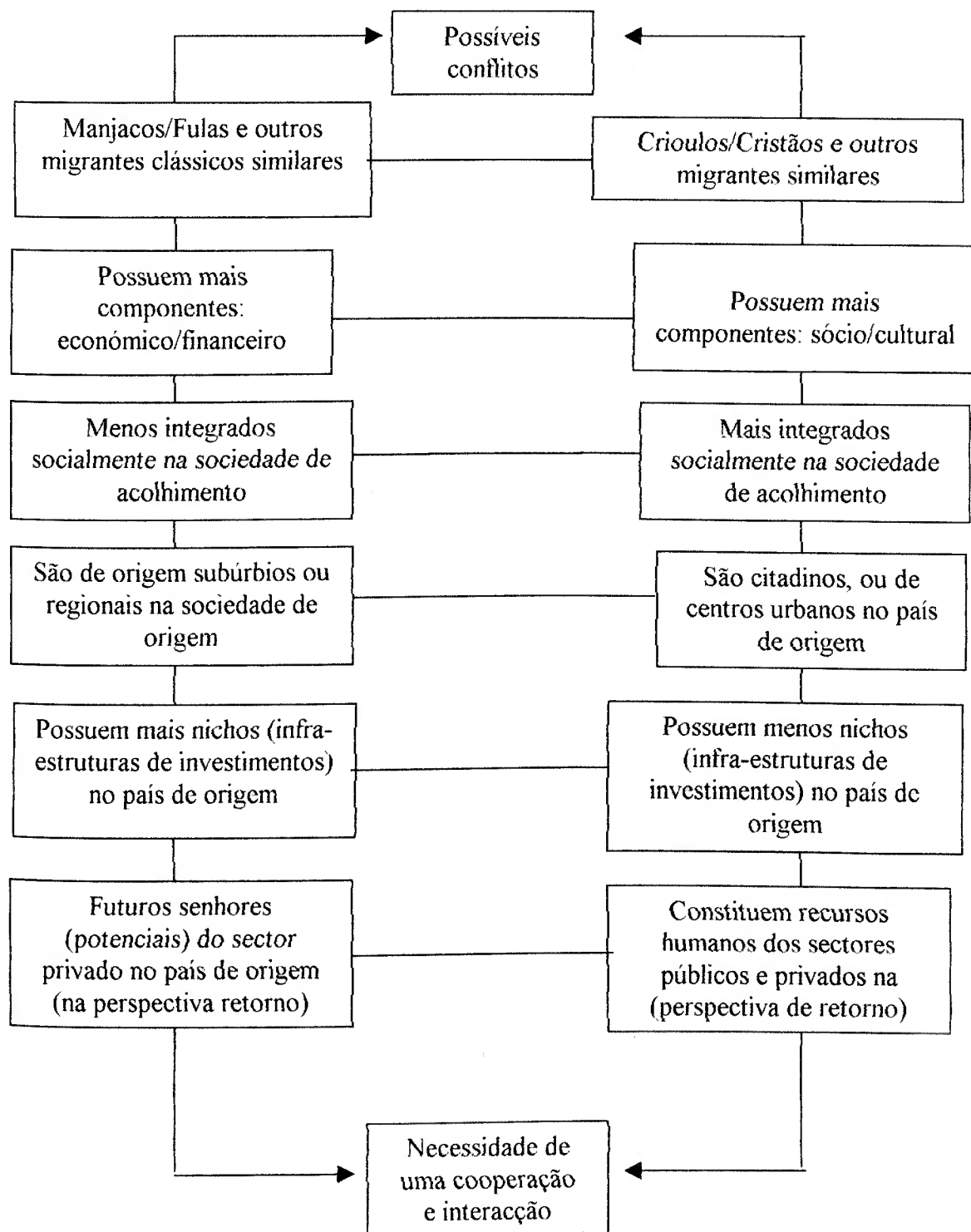
várias estruturas ou componentes, traduzidas socialmente na integração, interacção ou não dos agentes (sociais) dentro de grupos de trabalho, colectividade, comunidade, sociedade etc.

Nesta forma de análise, as componentes podem ser: económico-financeiras, técnico-profissionais, socioculturais, étnico-raciais e até políticas e informativas, etc.

Na nossa perspectiva, as componentes sociocultural e étnica-racial possuem maior carga integradora (aceitação) do que as outras, na sociedade de acolhimento. O que significa que quanto maior for a carga destas componentes, maior será a harmonia entre o “capital humano” e o “espaço de vida”, e vice-versa. As outras componentes também são importantes, mas são mais de consideração do que de reconhecimento.

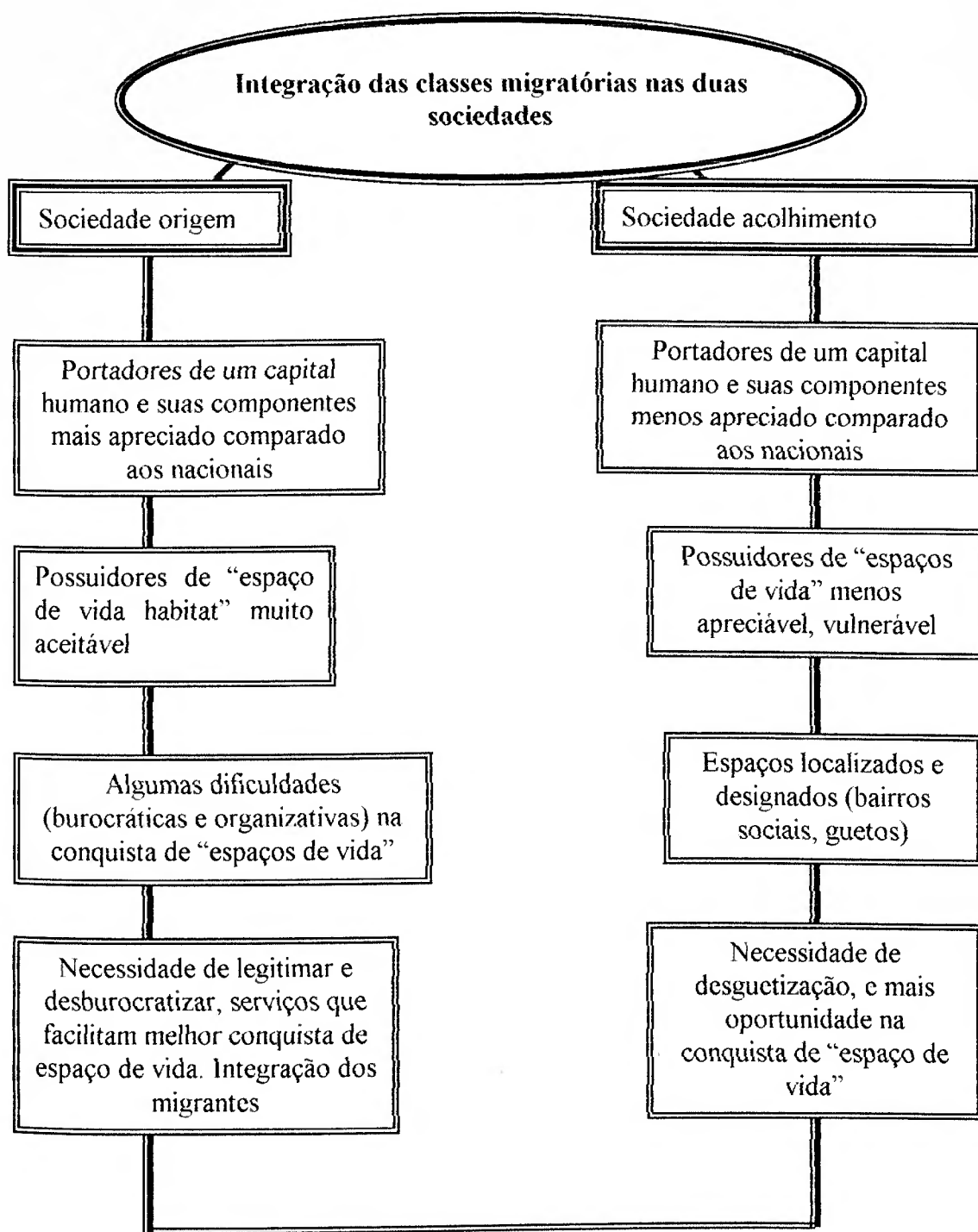
O nosso objectivo com o contributo que pretendemos sublinhar, não é de romper com a tradicional definição do conceito de capital humano. Esta definição ainda continua venerada, na nossa perspectiva. O que pretendemos é sublinhar que, para além das consideradas qualidades profissionais, é complementar sublinhar outras componentes, como indispensáveis na apreciação global do capital humano. Ainda quando se refere a realidade migratória.

Figura n.º 3. Principais subclasses de migrantes clássicos guineense



Fonte: Elaborado pelo autor

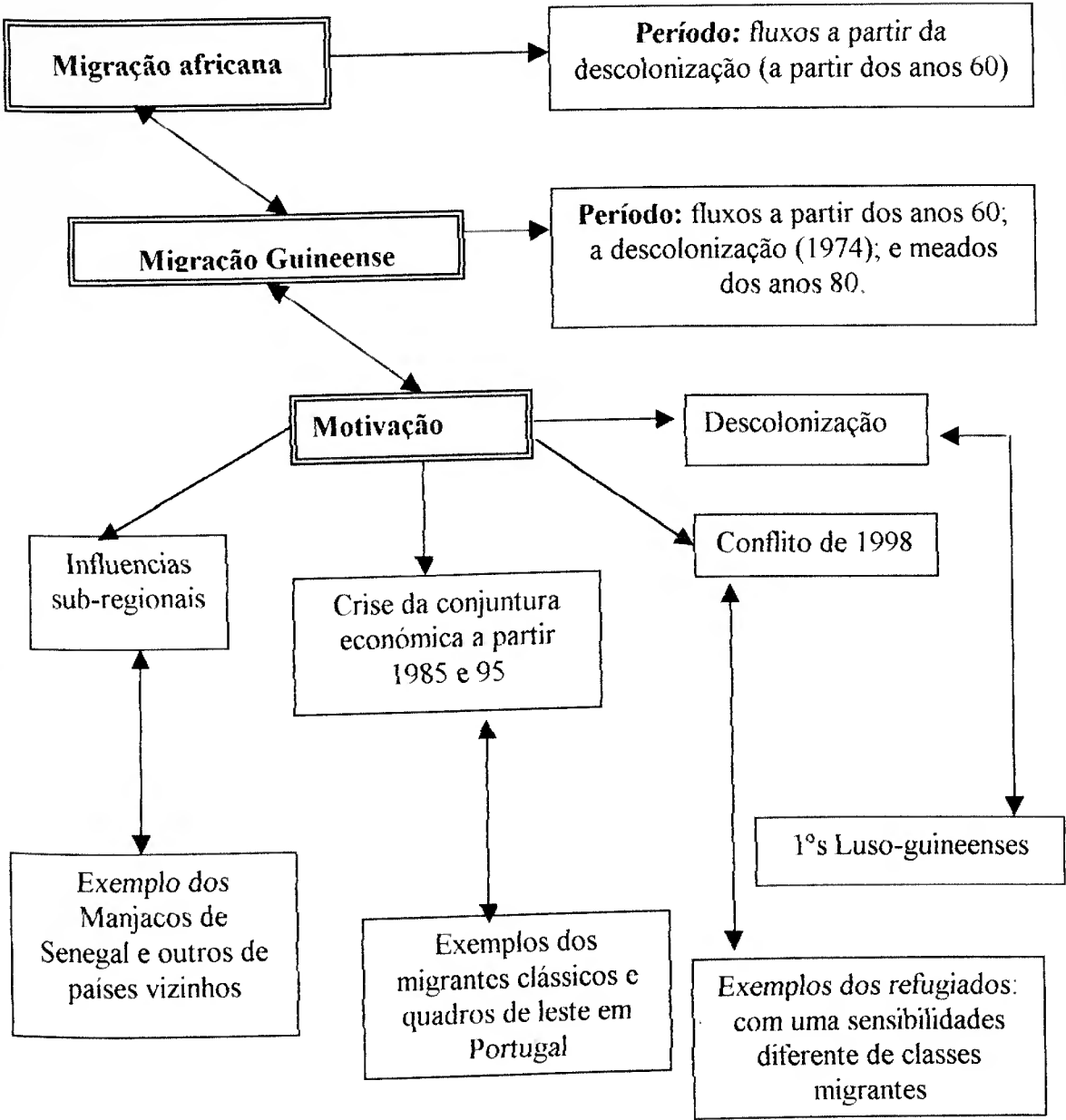
Figura nº4. Incorporação das classes migrantes



Fonte: Elaborado pelo autor

Uma análise a considerar dentro da realidade dos migrantes clássicos é que há uma diferenciação nas tendências ao retorno: ou seja, os Manjacos, Fulas e outros migrantes similares são muito mais propensos ao retorno do que os Crioulos/Cristãos e outros migrantes similares a estes. Os primeiros, do ponto de vista da perspectiva do retorno, possuem mais componentes económicas e financeiros na sociedade de origem, isto é, potenciam “comunidades transnacionais”; estão menos integrados socialmente na sociedade de acolhimento, vivendo, por exemplo, em bairros específicos (caso dos Manjacos no Prior Velho); são de origem suburbana ou de fora das cidades ou capital na sociedade de origem; possuem mais nichos (infra-estruturas de investimentos) na sociedade de origem, como no caso, por exemplo, dos Fulas de “Braithwaite”; são possíveis agentes (investidores) do sector privado. Os segundos (crioulos/cristãos) são mais integrados na sociedade de acolhimento; possuem mais componentes de ordem sociocultural, técnico-profissional e informativa, o que favorece uma maior integração na sociedade de acolhimento (caso, por exemplo, dos crioulos/cristãos que vivem em Chelas zona J, apesar da problematização da zona, esta não deixa de constituir um bairro de habitação de pessoas que procuram outras formas de incorporação na sociedade de acolhimento); são de origem citadina; possuem menos nichos (infra-estruturas de investimentos) na sociedade de origem, por se preocuparem mais com a integração no país de acolhimento; constituem mais capital humano (investem mais na formação).

Figura n.º 5. Migração guineense: causas e tipologias



Fonte: Elaborado pelo autor

A migração guineense não se diferencia da migração africana em causas e tipologias. As migrações internacionais africanas só se fizeram sentir a partir dos anos 60, com o período das independências, e são indissociáveis das responsabilidades do surgimento de novos Estados africanos.

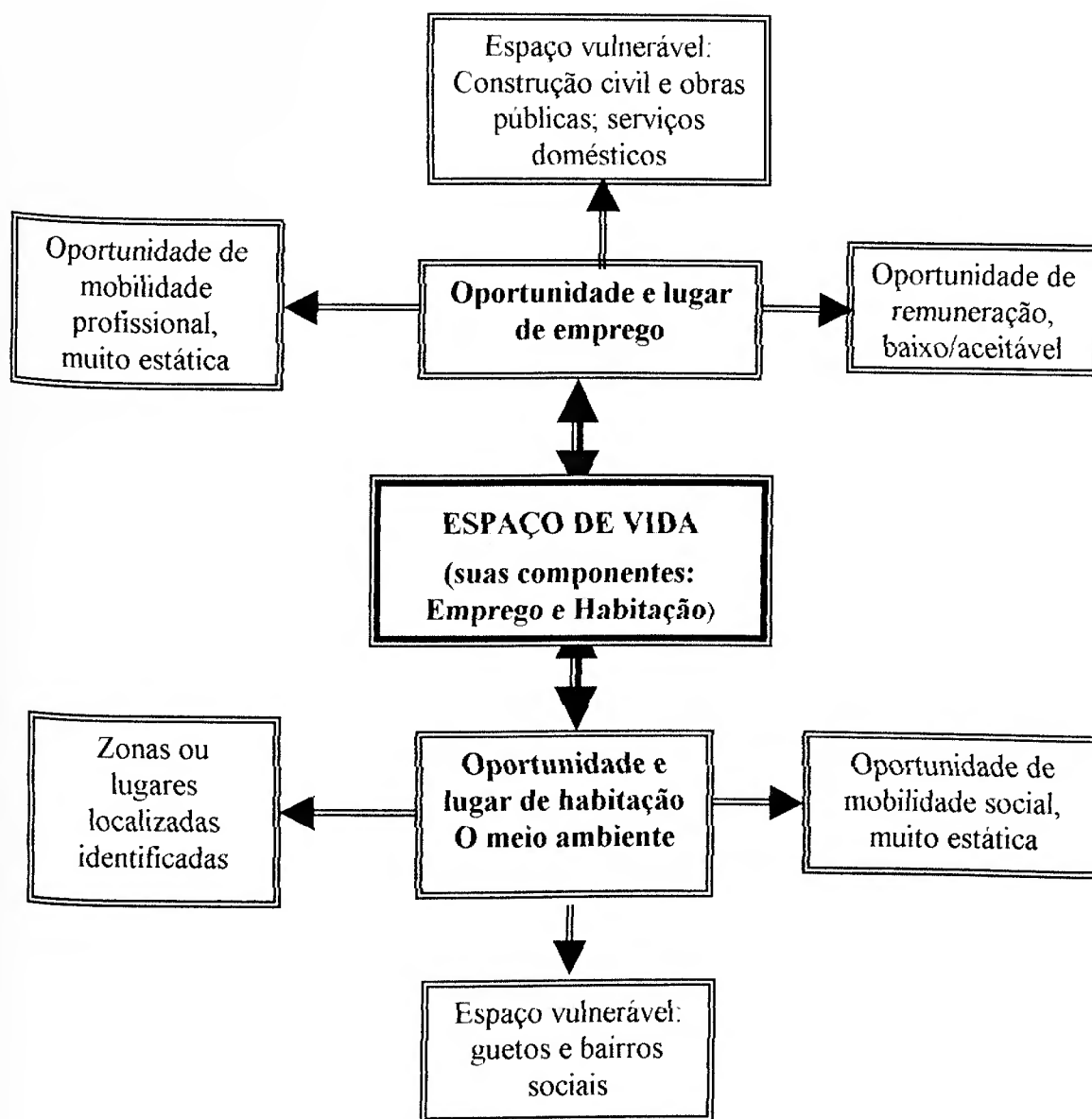
Na dinâmica guineense, já se fazia sentir uma migração de carácter regional, associada ao fluxo étnico dos Manjacos para o Senegal e depois para França. Mas este fluxo não apresentava grandes repercussões a nível nacional, cingindo-se a experiências regionais e étnicas.

A partir dos anos setenta (meados), surgiu o fluxo para Portugal dos expatriados e dos que estavam ligados à ex-potência colonial. A descolonização fez sentir uma mobilidade unidireccional só para Portugal, associada a um carácter político. São hoje os chamados primeiros Luso-guineenses (Machado, 1999b).

Depois surge a segunda vaga, motivada pela crise da conjuntura económica nos anos de 1985 e 1995, o que vez brotar os chamados migrantes clássicos, representados na sua maioria pelos crioulos/cristãos, Manjacos e Fulas e outras pequenas classes. Também são representados por quadros médios e superiores formados no Leste europeu (em países socialistas, como a antiga URSS e Cuba) e dirigidos a Portugal, e alguns quadros que optam por ficar depois do curso.

Uma das vagas de grande “boom” é a de 1998, motivada pelo conflito que assolou o país na altura e que veio mover indivíduos de todas as classes sociais do país, designados na altura como refugiados. Um dos grandes contributos deste fluxo é o reforço do “brain drain”.

Figura n.º 6. Conceito espaço de vida



Fonte: Elaborado pelo autor

O espaço de vida é considerado como um conjunto de oportunidades de realização da vida humana, desde os lugares de habitação aos lugares de trabalho (na sociedade de acolhimento) (Daniel Courgeau, cit. in Domenach, 1995).

O espaço de vida é constituído essencialmente por duas componentes, que aqui consideramos como oportunidades (habitação e emprego). A oportunidade e lugar de

emprego dos migrantes são, na sua maioria, considerados vulneráveis (construção civil e obras publicas, e serviços domésticos), sem nenhuma oportunidade de mobilidade profissional (ver capítulo III: migrante capital humano e formação profissional); as profissões de pedreiros, carpinteiros ou ladrilhadores não são às vezes profissionalizadas, visto que estes indivíduos não tiveram nenhuma formação profissional para tal (as preocupações dos Centros de Emprego na formação acabam sempre por passar ao lado); a formação destes agentes é aquela que é experimentada com o tempo (com o tempo e consequente aprendizagem, um indivíduo sai da categoria de servente para pedreiro ou carpinteiro), não permitindo nenhuma mobilidade profissional. Do ponto de vista da remuneração, esta pode-se até considerar aceitável do ponto de vista migratório, muito embora o esforço humano e as horas despendidas acabem por ser um exagero; porém, às vezes estes esforços são associados à necessidade de poder ganhar muito mais (visto que o objectivo de um trabalho migrante é ganhar muito e depressa, para poder abandonar o trabalho).

As oportunidades de habitação consistem em espaços localizados, os chamados guetos ou bairros sociais, sem nenhuma oportunidade de mobilidade social e habitacional, apesar de existirem alguns nichos de habitação de certos agentes migrantes em locais com uma ascendência socio-económica elevada. Os bairros sociais e guetos são índices dos problemas de socialização e da posição do migrante na sociedade receptora.

Só que estas condições, apesar de constituírem vulnerabilidade, são de certa maneira às vezes compensadoras em relação aos locais de origem, o que de certa forma obriga os migrantes a optarem pela permanência nestas condições, com esperança de um dia poderem melhorar a sua situação.

Figura n.º 7. Formas de concessão de visto na embaixada portuguesa na Guiné-Bissau

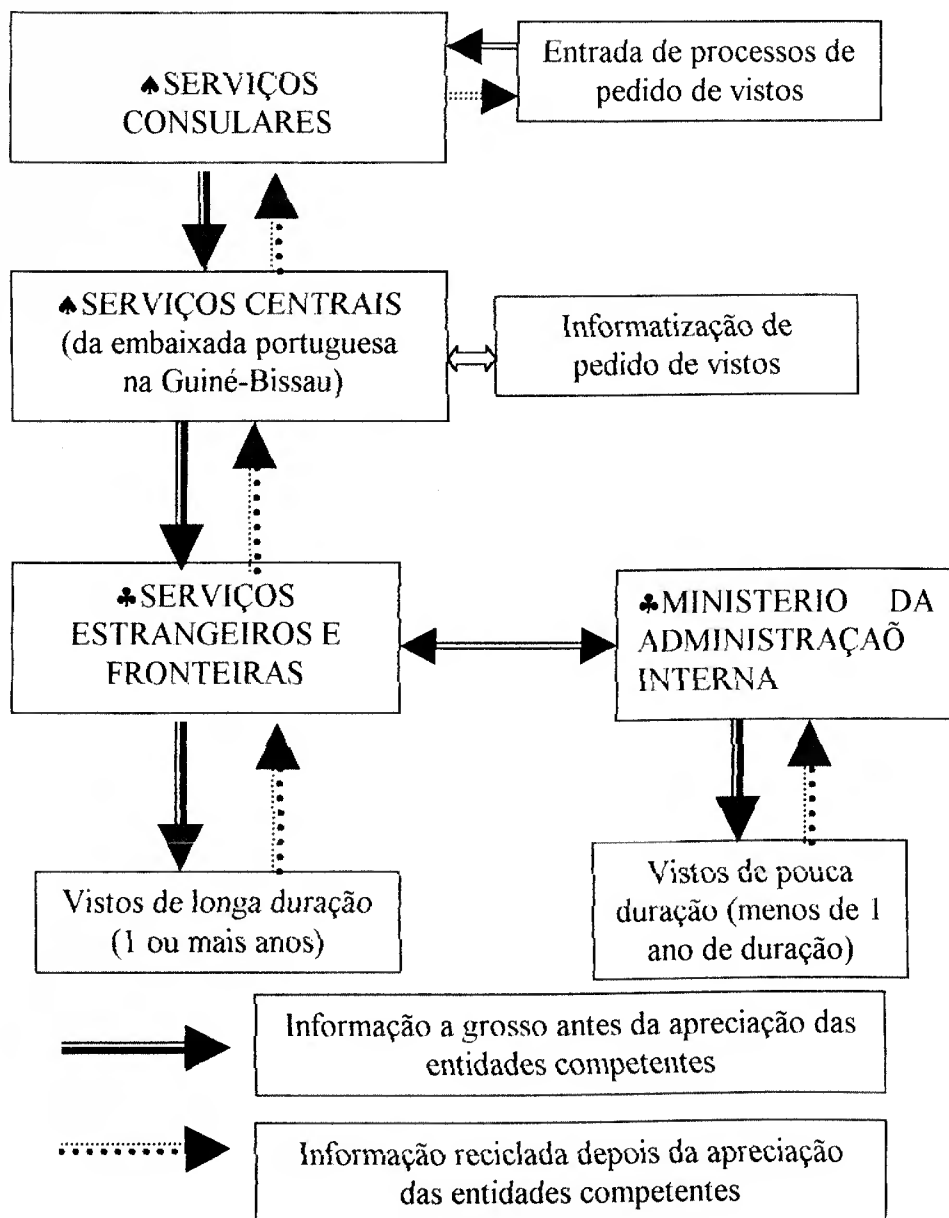


Figura n.º 8 – A. Vista parcial da aldeia “Braima Sory”, evidenciando padrões de espaço de vida/habitat antiga (sem influência dos migrantes)



Fonte: fotografia tirada pelo autor

Figura n.º 8 – B. Vista parcial da aldeia “Braima Sory”, evidenciando padrões de espaço de vida/habitat actual (com influência dos migrantes)



Fonte: fotografia tirada pelo autor

Bibliografia

- Adepoju, Aderanti (1995), *The Migration Experience in Africa*; Jonathan Baker & Tade Akain Aina Nordistka Afrikainstitutet, Sweden by GOTAB.
- Adepoju, Aderanti (1997), *Family, Population et Développement in Africa*, London & New Jersey, Zed Book LTD.
- Adepoju, Aderanti (2000), « Les Migrations Internationales en Afrique Subsaharienne: Problèmes et Tendances Récentes », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp. 436-447, RISS 165/Setembro UNESCO
- Afonso, Sofia (1997), *A Segunda Geração e o Regresso: A Geografia do Actor de Fronteira*, Tese de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- África Século XXI (1999), *Os desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*, Lisboa, Sociedade de Geografia.
- Albuquerque, Rosana (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismos de Imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1ª Edição.
- Amin, S. (1989), *La Faillite du Développement en Afrique et dans le Tiers-Monde*, Paris L'Harmattan.
- Aron, Raymond (1999), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Mirasete Artes Gráficas, Lda.
- Badie, Bertrand (1994), *Le Défi Migratoire (Questions de Relation Internationales)*, Paris Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques.
- Baganha, Maria *et al.* (1999), *Os Imigrantes e o Mercado de Trabalho: o Caso Português*, *In Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa pp. 147-173, nº 150, Volume: XXXIV.
- Baganha, Maria e Ferrão, João (2000), *Crie-se um Observatório. Para lidar com a crescente complexidade do fenómeno das migrações em Portugal. O laissez-faire e a passividade não constam do rol*. In Revista "Economia Pura", pp.: 34-37, Setembro, Ano III, nº 28.
- Baganha, Maria *et al.* (2001), *Imigração e Política: O Caso Português*, Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, Edição CES.
- Baganha, Maria *et al.* (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Estudos e Análises) Observatório de Emprego e Formação Profissional.

- Bairoch, P. (1983), *Le Monde dans L'impasse*, Paris, Gallimard.
- Barbalet, J. (1989), *A Cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa
- Bartoli, Henri (1999), *A Economia Serviço de Vida*, Lisboa Instituto Piaget.
- Balowin, Robert E. (2001), "Tecnologia e Inovação como Causa de maior Desigualdade Salarial e de Desemprego Estrutural", *In Globalização Desenvolvimento e Equidade*, pp.: 207-232, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote Lda.
- Bastardes, Clara et al (1999), "¿Qué Futuro para qué Cooperación?" *In El África que Viene*, pp. 227-264, Fundación para el Tercer Mundo, Miembro de Oxfam Internacional, Edición Primera Intermón Barcelona.
- Becker, Gary S. (1983), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education*, Second Edition, Chicago and London, the University of Chicago Press.
- Bidyogo, Donato (1999), *Conflictos em África*, In *El África que Viene*, pp. 265-281, Fundación para el Tercer Mundo, Miembro de Oxfam Internacional, Edición Primera Intermón Barcelona.
- Birrou, A. (1978), *Dicionário das Ciências Sociais*, Lisboa, Dom Quixote.
- Blaug, Mark (1990), *História de Pensamento Económico Volume I e II*, Lisboa Dom Quixote.
- Boadi, E. Gyimag (2001,) "Sociedade e Desenvolvimento Democrático em Africa", *In Globalização Desenvolvimento e Equidade*, pp.: 111-140, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e publicações Dom Quixote Lda.
- Bonfim, João (2000), *Os Processos Migratórios em São Tomé e Príncipe e a Corrente Portuguesa*, Faculdade Economia Coimbra, Tese mestrado.
- Bormans, Cristhophe (1996), « Esclavage Moderne et Ideologie Antique »: *In Relations de Travail et Modíalsation, Revue Tries Monde*, Tome XXXVII nº 148, pp.787-802, Press Universitaires de France.
- Boudon, Raymon (1990), *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa Edição Rolim Lda.
- Boyer, Robert et al (1997), *Estados contra os Mercados*, Lisboa Instituto Piaget.
- Böhning, W. R. (1996), "Employing Foreign Workers", *A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle and Low-income Countries*, Geneva, International Labour Office.
- Brown, A. R. (1950), *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.

- Campos, Luís Melo (MCMXCIX), “Imigrantes e Formação Profissional”, *Anais Volume II*, (série sociologia) Universidade Autónoma de Lisboa pp: 159 – 167.
- Cassée, Paul e al (1989), « Les Difficultés Scolaires des Enfants Etrangers: Destin de la Deuxième Génération ou Conséquence de la Politique de L’immigration », *In Etre Migrant: approches des problèmes socioculturels et linguistiques des enfants migrants en Suisse*. Pp.: 221-234, 2. Edition, Frankfurt am Main; New Cork; Paris; Editions Peter Lang, SA.
- Castel, Antoni (1999), “Un Continente de Refugiados”, *In El África que Viene*, pp. 88-106, Fundación para el Tercer, Miembro de Oxfam Internacional, Edición Primera Intermón Barcelona.
- Castles, Stephen (1987), *Here for Good: Western Europe’s New Ethnic Minorities*, Second Impression, London and Sydney, Pluto Press.
- Castles, Stephen et al (1998), *The age of Migration: International Population Movements in the Modern Word*, 2º Edition, McMillan, Press Lda.
- Castles, Stephen (2000), « Les Migrations Internationales au Début du XXIe Siècle: Tendences et Problèmes Mondiaux », *In Revue Internacioanale de Sciences Sociales* pp. 313-329, RISS 165/Setembro UNESCO.
- Cravinho, João (2001), Presidente do ICP, *Revista Editorial Cooperação*, pp.: 21, Novembro, Edição de Serviço de Comunicação do Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Clers, Denis (2000), *Decifrar os Grandes Autores da Economia e da Sociologia*, Tomo I e II, 1ª Edição, Cascais-Portugal, Editora Pergaminho Lda.
- Cruz, António (1999), “Os Eternos Culpados” *In Imigrantes: Mito das Fronteiras*, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º 1, pp.: 26-28, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.
- Damaso, Maria Fernandes (1997), *Educação e Formação de Quadros na Guiné-Bissau*, Universidade de Coimbra.
- Dias, Maria do Rosário et al. (1997), “Investigação sobre Atitudes face aos Imigrantes: Estudo Piloto de Lisboa”, *In Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 25, pp.: 139-153, Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Domenach, Hervé et al (1995), *Les Migrations: que sais - Je?* 1er Edition Press Universitaires de France.
- Durkheim, Emile (1991), *A Divisão do trabalho Social*, Volume I e II, 3ª Edição, Editorial Presença.
- Durkheim, Emile (1998), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa Editorial Presença Lda.

- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, New York, Clarendon Press, Oxford University Press.
- Fernandes, A. (1998), *O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Afrontamento.
- Ferreira, Eduardo et al (2000), *Economia e Imigrantes (Contributo dos Imigrantes para a economia Portuguesa)*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994), *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa Editorial Presença Lda.
- Gonçalves, Albertino (1987), *O Presente Ausente: O Emigrante na Sociedade de Origem*, Cadernos de Noroeste.
- Gonçalves, Albertino (1996), *Imagens e Clivagens: Os Residentes face aos Imigrantes*, Porto, edições Afrontamento.
- Grácio, Sérgio (1997), “A Mobilidade Social Revistada”, *In Problemas – Práticas* n.º24, pp.: 45-69, Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Holton, Robert (1995), *A Economia e Sociedade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Jackson, John (1991), *Migrações*, Lisboa, Edições Sociologia Escher.
- Kastoryano, Riva (2000), « Immigration, Communautés Transnacionales et Citoyenneté » *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 353-359, RISS 165/Setembro UNESCO.
- Kovács, Illona et al (1994), *Qualificação e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação profissional.
- Lessard-Hébert, Michelle et al (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Epistemologia e Sociedade, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lindley, Robert et al (2000), “Economias Baseadas no Conhecimento: O Debate Europeu sobre Emprego num Novo Contexto”, *In Para uma Europa da Inovação e de Conhecimento* pp: 33-78 (Emprego, Reforma Económica e Coesão Social) Celta Editora, Oeiras.
- Lopes, Carlos (1982), *Etnia, Estado, Relação de Poder na Guiné-Bissau* INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa).
- Lopes, Carlos (1988), *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Edições E.S. (Editorial Economia e Socialismo, CRL), Lisboa – Bissau.

- Machado, Fernando Luís, (1997), “Contornos e Especificidades da Imigração Em Portugal”, *In Sociologia – Problemas e Práticas* n.º24, pp.: 9-44, Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Machado, Luís Fernando (1998), “Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e Imigrantes”; *In Sociologia – Problemas e Práticas* n.º26, pp.: 9-56, Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, (1999a), “Imigrantes e Estrutura Social”; *In Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 29, pp.: 51-76, Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, (1999b), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Machado, Fernando Luís, (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade E Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Malheiros, Jorge (2000), “Impacto Demográfico e Regional. Os imigrantes aumentam a população, mas não são factor de rejuvenescimento. Também não se pode esperar que contribuam para o equilíbrio demográfico no território”. In *Revista Economia Pura*, pp. 42-46, Setembro, Ano III, nº 28.
- Martinho, Alberto, (1984), “Os Filhos de Emigrantes (16 – 21 anos) Oriundos do Distrito de Guarda em França: nem a Integração nem o Retorno. Um Estudo Comparativo de Duas Amostras”; *In Emigração e Retorno na Região Centro*, pp.: 117-121, Coimbra, (CCRC) Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Monteiro, Isaac (1996), *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau (Análise dos Efeitos Sócio Económicos)*, Bissau, (INEP) Instituto Nacional Estudos e Pesquisa.
- Monteiro, Paulo (1994), *Emigração Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.
- Monteiro, Ramiro (2001), *África na Política de Cooperação Europeia 2ª ed. Actualização* Lisboa, ISCSP/UTL.
- Mosca, João (2000), *Desafios dos Países Luso-africanos*, Publicação periódica Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, n.º 2 Março, Almada.
- Nogueira, Carlos A. da Silva (2000), *Alguns Aspectos de Historia, Cultura e Economia [CPLP]*, ISEIT Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, nº 24, Almada.
- Nunes, A. Sedas (1996), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 12ª Edição Lisboa, Editorial Presença, Lda.
- Nunes, Rui (2000), “Imigrantes querem Paz e Prosperidade. EU e EUA procuram mão-de-obra qualificada. Que fazer? Militarizar? Desenvolver/democratizar países de

origem? Gerir fluxos é inadiável”. In Revista “*Economia Pura*”, pp.: 22-25, Setembro, Ano III, nº 28.

OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001a), *Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA)*, Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Switzerland, 17 route des Morillons, Geneva 19.

OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001b), *Rapport de L'Atelier Technique sur le Programme MIDA*, Tenu a Libreville (Gabon) du 9 au 11 Avril, 17 route des Morillons, Geneva 19.

Papademetriou, Demetrios (1999), “Ilusões e Realidade” Imigrantes: Mito das Fronteiras, *Revista UNESCO Correio*, ano 27, n.º1, pp.: 18-23, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.

Peixoto, João, (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal*, Tese doutoramento ISEG (Instituto Superior da Economia e Gestão).

Peixoto, João (2000), “A Mobilidade nas Transnacionais. O trabalho qualificado é mais propenso à migração do que o não qualificado. Mas as viagens de curta duração e os contactos através das novas tecnologias ganham espaço”. In *Revista Economia Pura*, pp. 38-41, Setembro Ano III, nº28.

Pélisser, R. (1997), *História da Guiné*, Lisboa, Editorial Estampa.

Pinto, Jorge *et al.* (1999), *Guiné Não Pintcha! (Para uma análise Socioeconómica da Guiné-Bissau)*, Lisboa edições Universitárias Lusófonas.

Pires, Rui et al (1987), *Os Retornados (um estudo sociográfico)*, Instituto de Estado para o Desenvolvimento, caderno nº 14.

Pires, Rui (2000), “Conceber uma Nação Cosmopolita: É urgente, uma política menos defensiva e mais estratégica, que permite o recrutamento e formação de novos cidadãos, em bases individuais e não étnicas”. In *Revista “Economia Pura”*, pp. 26-31, Setembro Ano III, nº28.

Poinard, Michel (1983), “Emigrantes em França: O Regresso”, In *Análise Social*, Volume XIX, pp. 29-78.

Portela, Irene (1987), “Imigrantes Portugueses no Brasil: Paradoxo do Retorno”, In “*Working paper*”, Fundo Documental da Emigração e das Comunidades Portuguesas Lisboa, Centro de Estudos Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Portes, Alejandro (1995), *The Economic Sociology of Immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*, Russell Sage Foundation: New York, Alejandro Portes Editor.

Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

- Ramos, Maria Conceição (1991), *L'immigration Clandestine: Elément Structurel du Phénomène Migratoire et Donne Permanente du Système D'emploi des Pays Européens*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto Communication à la Conférence de L'association Européen des Economistes du Travail (EALE) Setembro/Madrid/Espagne.
- Ramos, Maria Conceição (1996), "A Economia do Trabalho, Sócio Economia e Migração Internacional" In J.M. Carvalho Ferreira et al: *Entre a Sociologia Economia*, Celta Editora, Oeiras, pp. 240-264.
- Roberts, Bryan (1995), "Socially Expected Durations and the Economic Adjustment of Immigrants", In *The Economic Sociology of Immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*, pp.: 42-86, Russell Sage Foundation: New York, Alejandro Portes Editor.
- Rodrigues, Maria et al. (2000), *Para uma Europa da Inovação e de Conhecimento (Emprego, Reforma Económica e Coesão Social)*
- Rodrigues, Walter (1999), "Globalização e Gentrificação (teoria empírica)", In *Sociologia-Problemas e Práticas* n.º29, pp.: 95-125, Lisboa CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Celta Editora.
- Rudebeck, Lars (1989), *Guiné-Bissau et PALOP (a Construção da Nação em África)*, Bissau (Guiné Bissau), INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa).
- Rugy, Anne de (2000), *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Saint-Maurice, de Ana (1987), *Identidades Reconstruídas, Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Salt, John et al (2000), *Les Migrations Internationales dans la Région de CEE-ONU: Caractéristiques, Tendences et Politiques* in *Revue Internacioanale de Sciences Sociales* pp. 361-377, RISS 165/Setembro UNESCO.
- Santamaría, Antonio (1999), "Las Transformaciones de la Economía", In *El África que Viene*, pp.: 143-170, Fundación para el Tercer Mundo, Miembro de Oxfam Internacional, Edición primera Intermón Barcelona.
- Santos, Boaventura Sousa (1993), "Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteiras", In *Revista Crítica de Ciência Sociais* pp.: 11-39 n.º 38 Dezembro.
- Sertório, Elsa (2001), *Livro Negro de Racismo em Portugal*, Edições Dinossauros, Lisboa.
- Simon, Gildas (1999), "Acolher ou Rejeitar" Imigrantes: Mito das Fronteiras, *Revista UNESCO Correio*, ano 27, n.º 1, pp.: 23-26, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.

- Soros, George (1999), *A Crise do Capitalismo Global*, Lisboa Tema & Debates.
- Tapinos, George (2000), « Mondialisation, Intégration Régionale, Migrations Internationales », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 343-353, RISS 165/Setembro, UNESCO.
- Todd, Emmanuel, (1994), *Le Destin des Immigrés – Assimilation et Ségrégations dans les Démocraties Occidentales*, Paris, Edition Seuil.
- Todd, Emmanuel, (1996), *O Destino dos Imigrados Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Touré, M. et al (1992), *Migration, Development and Urbanisation Policies in Sub-Sahara Africa*, First Published, Dakar, Sénégal, Codesria Book Series.
- Touré, M. et al (1993), *Migrations et Urbanisation au Sud du Sahara, “Quels Impacts sur les Politiques de Population et de Développement?”* Dakar, Sénégal, Codesria Book Series.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Vaz, Isabel Faria (1997), *As Formas Atípicas de Emprego e a Flexibilidade do Mercado de Trabalho*, Colecção «estudo» Ministério para Qualificação e o Emprego Série D «Emprego, Formação e Reabilitação Profissional» nº11 Lisboa.
- Vermenlen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, SOCINOVA) Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Faculdade de Ciência Sociais e Humanas), Edições colibri, Lda.
- Walle, Nicolas Van de (2001), “Reforma Económica em África, 1980-2000: Padrões e Condicionalismo”, *In Globalização Desenvolvimento e Equidade*, pp.: 141-190, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, Lda.
- Woods, Hgaire et al (2001), « La Gestion des Institutions et les Limites de L’obligation Redditionnelle: L’OMC, Le FMI et la Banque Mondiale », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 625-643, RISS 170/Dezembro UNESCO.

Outras fontes consultadas:

- “Código do Investimento” (2001), Gabinete de Apoio ao Investimento, Ministério da Economia e Finanças da Republica da Guiné-Bissau, Bissau, INACEP.
- “Como Investir na Guiné-Bissau”, (1998), Direcção de Promoção do Investimento Privado, Ministério da Economia e Finanças da Republica da Guiné-Bissau, Rua 12 de Setembro, Bissau Velho, Apartado 1276 BXO.
- “Manual do Regime Geral de Isenções”, (das Alfândegas da Guiné-Bissau), *Regime Geral de Isenções/lei n.º 2/95*, Republica da Guiné-Bissau, Bissau.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-A, n.º268-19-11-1997 (Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal), Lisboa, Portugal.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-A, n.º8-10-01-2001 (Decreto lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro) diploma legal de alteração do DL n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º97/99, de 26 de Julho, que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, Lisboa, Portugal.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, (1998), 5.ª Edição Revista, Coimbra Editora.
- Revista “Notícias da OIM (Organização Internacional para Migração)” (2000), n.º 2; 3 e 4, Lisboa.
- Revista “Notícias da OIM (Organização Internacional para Migração)” (2001), n.º 5 e 6 de Lisboa.
- Jornal “Correio da Manhã”, 25 de Fevereiro, 2002, pp.: 10.
- Jornal “Correio da Manhã”, 17 de Março, 2002, pp.: 17 ECONOMIA.
- Jornal “Correio da Manhã”, 28 de Abril, 2002, pp.: 12 SOCIEDADE.
- Jornal “Correio da Manhã”, 3 de Julho, 2002, pp.: 2 e 6 ECONOMIA.
- Jornal “Correio da Manhã” 3 de Julho de 2002 pp.: 5, Lisboa.
- Jornal “Jornal de Notícias”, 26 de Abril de 2002, pp.: 2, Lisboa.
- Jornal “O Público”, 6 Junho 2002, pp.: 34 SOCIEDADE, Lisboa.
- Internet: <http://www.unesco.org> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Internet: <http://www.acime.gov.pt> (Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas).

Internet: <http://www.oim.int> (Organização Internacional para as Migrações).

Internet: <http://www.oim.pt> (Organização Internacional para as Migrações de Lisboa).

Internet: <http://www.sef.pt> (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras).

Internet: <http://www.iefp.pt> (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

ANEXOS

Anexo 1. Entrevistas

O trabalho de campo foi desenvolvido em dois países (origem e acolhimento dos migrantes). As entrevistas que foram feitas no país de origem do objecto de estudo constituem a “série A”. A sua realização ocorreu no período compreendido entre 14 de Maio a 17 de Junho de 2002 na Guiné-Bissau. As entrevistas que foram feitas em Portugal constituem a “série B”. Elas foram efectuadas entre Junho e Julho de 2002 em Portugal.

As entrevistas seguiram um modelo semi-directivo. Isto é, foram feitas de uma forma aberta, com um grau de liberdade maior, tendo em conta a natureza institucional dos entrevistados, mas com um controlo por parte do entrevistador/investigador na selecção e provocação de informação pertinente ao estudo.

O maior grau de liberdade (próximo do modelo das entrevistas abertas ou não-directivas) ocorreu quando existia algum desconhecimento ou falta de informação escrita sobre o tema. Apesar do risco que é inevitável nestas situações, contamos com a credibilidade e fiabilidade das instituições no fornecimento das informações.

Optámos por fazer as entrevistas sem gravação, uma vez que os entrevistados se sentiam mais à vontade perante um clima de diálogo. Alguns chegaram mesmo a pedir a anonimato, como no caso da embaixada de Portugal na Guiné-Bissau.

SÉRIE A

A série A representa as entrevistas feitas no país de origem. As instituições aqui consideradas são de uma importância considerável, tendo em conta os objectivos propostos pelo trabalho, como é aliás sublinhado no primeiro capítulo, sobre a metodologia. As entrevistas foram feitas com um grau de liberdade relativamente grande, apesar de serem sempre orientadas por um pequeno guião, e anotadas em apontamentos. A necessidade de provocar a informação foi uma das preocupações consideradas, devido ao contacto permanente entre o investigador e o objecto. Não esqueçamos que o próprio investigador faz parte do objecto de estudo, o que poderia causar pequenos enviesamentos na recolha de informação. Esta preocupação foi colmatada pela liberdade dada às pessoas seleccionadas para entrevista, e pela credibilidade e experiência que as suas instituições representam, apesar de alguns pequenos problemas nos fornecimentos dos dados. Por outro lado, a opção de liberdade nas entrevistas foi sustentada pela falta de dados empíricos (estatísticos) que possam confirmar certas apreciações qualitativas; por exemplo, algumas das instituições contactadas não possuem dados organizados para confirmar o que dizem. É o caso, por exemplo, das informações contidas no IAE (Instituto de Apoio ao Emigrantes), quando sublinha que “certas categorias étnicas, por exemplo os Manjacos, em relação a outros grupos migrantes tendem a comprar mais terrenos para a construção de casas”; não existem dados que confirmem esta frequência, devido às limitações a nível de informatização. Uma outra questão a salientar sobre os dados é o exemplo do Western Union, onde a directora, por uma questão de “concorrência”, sublinhou, não pôde fornecer dados sobre a quantia exacta que os migrantes transferem aos seus familiares. Deixa-se, porém, aperceber que as famílias na Guiné-Bissau vivem dependentes das transferências dos seus familiares migrantes e que a dimensão das transferências tende a ampliar-se a um ritmo exponencial. Estas são algumas das questões (dificuldades), entre outras, deparadas durante o trabalho de campo, mas que não limitam a concretização dos objectivos propostos.

Entrevista n.º 1

Desejado Lima, presidente da UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau)

1. Qual é o período da emigração guineense em massa?
2. Quais são as causas (profundas) do fluxo neste período? E qual é o destino dos emigrantes?
3. Que indivíduos e categorias socioprofissionais constituíram este período?
4. A liberalização da economia e as políticas de ajustamento estrutural são uma das causas da emigração?
5. Existem políticas de emigração no país e quando surgiram?
6. Há dados de quadros guineenses em Portugal na construção civil e obras públicas. Quando é que se fez sentir a mobilidade dos quadros superiores guineenses, e que grupos profissionais foram mais afectados?
7. A guerra de 1998 não só fez disparar o fluxo, como as diferentes classes sociais da sociedade guineense...?
8. O que foi feito depois da guerra para fazer regressar os quadros que saíram do país durante a guerra?
9. E qual foi o papel da comunidade internacional na recuperação de um país pós conflito?

10. Como considera a vontade das diferentes classes migrantes para o regresso ao país?

Entrevista n.º 2

Bacaria Barai, representante da delegação do Western Union em Bissau (Banco de Transferência de Capital Monetário)

1. O que é o Western Union?
2. E quais são os objectivos da vossa instituição?
3. Quais as estratégias usadas para assegurar a transferência de capital financeiro dos emigrantes?
4. Qual é a vossa média diária de transferência dos migrantes?
5. Há muita gente a viver das remessas dos familiares migrantes. Quem são estas pessoas?
6. Que indivíduos ou tipos de emigrantes mandam mais dinheiro para os familiares?
7. Como considera a evolução das transferências dos migrantes aos seus familiares?
8. O que é preciso fazer para incentivar a presença física dos migrantes nos locais de origem?
9. Como consideram o retorno (regresso) dos migrantes aos locais (país) de origem?
10. Qual é a posição da vossa instituição no incentivo ao retorno dos migrantes?

Entrevista n.º 3

Júlio de Almeida, Director dos Serviços de Apoio, Instituto de Apoio a Emigrantes (IAE) na Guiné-Bissau

António Sanha, Director dos Serviços Técnicos das Alfândegas da Guiné-Bissau

1. O que significa IAE?
2. Quais são os objectivos do IAE?
3. Quais são as novas linhas de orientação perante as dificuldades traçadas?
4. Como definem o conceito de emigrante na política do IAE?
5. Em relação a dificuldades orçamentais, o IAE não possui autonomia financeira?
6. Há alguma relação, entre as leis alfandegárias e os migrantes?
7. Como consideram as políticas de isenção no incentivo ao regresso de emigrantes?
8. Qual é a vossa opinião sobre estas políticas de isenção no incentivo ao retorno dos emigrantes?

Entrevista n.º 4

Abdulai Keita, representante da OIM (Organização Internacional de Migrações) na Guiné-Bissau

1. O que é a OIM na Guiné-Bissau?

2. Que projectos de retorno foram desenvolvidos pela organização?
3. Como foram implementados os projectos RQAN na Guiné-Bissau?
4. Qual é a diferença entre o MIDA e o RQAN?
5. Quais são os objectivos do MIDA?
6. Como é que enquadra o projecto MIDA para o desenvolvimento da Guiné-Bissau?
7. Como se devem implementar os objectivos traçados perante a realidade do país?

Entrevista n.º 5

(Nota: o entrevistado pediu anonimato)

Embaixada Portuguesa na Guiné-Bissau

1. Como consideram a fluência dos pedidos de vistos?
2. Que tipo de vistos são frequentemente mais solicitados?
3. A quem compete a decisão de atribuição de vistos?
4. Quais são os mecanismos de apreciação e concepção dos vistos?
5. Que grupos ou categorias de pessoas solicitam mais o pedido de vistos?

6. Que tipos de vistos existem e como são concedidos?

Entrevista n.º 6

Jáilson Cuíno, Responsável pelo Gabinete do Ensino no Ministério da Educação Nacional (MEN) da Guiné-Bissau

1. Quais as formas de selecção e concessão de bolsas no MEN?
2. Que tipos de bolsas são mais concedidas?
3. Quais são os países de mais cooperação na formação de quadros?
4. Quais são as formas de acompanhamento dos bolseiros no estrangeiro?
5. Quais são as formas de recepção e enquadramento dos quadros no país?
6. Quais as perspectivas, para o futuro próximo, na formação e enquadramento dos quadros no país?

SÉRIE B

As entrevistas da série B representam as que foram feitas no país de acolhimento do migrante, essencialmente em Portugal. Esta série é muito diferente da série A, visto que a série A representa um trabalho de campo muito mais profundo, o que se evidenciou nos contactos feitos e na preocupação de provocar as informações. Já a série B testemunha a realidade de acolhimento, com a preocupação de integração do migrante na respectiva sociedade, pelo que possuímos uma vasta informação escrita, como dados estatísticos disponíveis, para apreciar esta realidade. E ainda possuímos uma bibliografia de referência, como a de Luís Machado. As instituições contactadas são, do ponto de vista estratégico, importantes no fornecimento e confirmação de algumas informações, tanto a nível qualitativo como quantitativo. Por exemplo, Fernando Ká e a AGUINENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social) representam a instituição mais antiga e mais densa em termos de redes associativas em Portugal e dos guineenses, pelo que conhecem em profundidade os problemas dos migrantes em várias vertentes de análise. A Confederação de Estudantes Guineenses em Portugal serve de testemunha legal dos problemas (modos de integração) dos quadros e estudantes guineenses, tanto em Portugal como na Guiné-Bissau. O Instituto de Cooperação Portuguesa é a mais importante instituição portuguesa no âmbito da cooperação, pelo que é testemunha de centenas de quadros (para não dizer milhares) guineenses formados em Portugal. Estas instituições possuem uma particularidade em relação às da série A, nomeadamente porque possuem dados estatísticos que complementam a análise qualitativa, o que torna mais fácil a investigação.

Entrevista n.1

Fernando Ká, Presidente da Direcção da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINEENSO)

1. Como considera o crescimento da migração guineense em Portugal?
2. Como considera a integração das diferentes classes migrantes em Portugal?
3. Como aprecia as “novas políticas” do Governo Português relacionadas com os imigrantes em Portugal?
4. Quais os problemas actuais a considerar na comunidade migratória guineense?
5. Como considera a incorporação das diferentes classes migrantes no mercado de trabalho em Portugal?
6. Como considera o retorno na migração guineense?
7. Que problemas reserva o futuro dos imigrantes guineenses em Portugal?

Entrevista n.2

Rui Bentes, Responsável pelos bolseiros guineenses no Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP)

1. Como são concedidas as bolsas na política do ICP?

2. Como decorrem as formas de selecção e atribuição das bolsas?
3. Que tipos de cursos, tipos ou áreas de formação são frequentemente mais atribuídos?
4. Quais são as dificuldades mais frequentes dos bolseiros guineenses do ICP?
5. Como é encarado o espírito de cooperação entre o ICP e a Guiné-Bissau?
6. Quais são as novas perspectivas de cooperação?

Entrevista n.3

Martelene dos Santos, Presidente da Confederação dos Estudantes Guineenses em Portugal

1. Qual é a situação actual dos estudantes e quadros guineenses face ao retorno ao país de origem?
2. Que grupos socioprofissionais ou áreas de formação são mais consideráveis em Portugal?
3. Como é considerada a integração de quadros no mercado de trabalho em Portugal?
4. Como diferencia a integração dos diferentes quadros superiores?
5. Porque voltam ou não os quadros guineenses ao país de origem?

Que futuro está reservado aos quadros guineenses em Portugal?

Anexo 2. Quadros

Quadro n.º 1. Forma como obteve o emprego actual

	Através de amigos portugueses	Através de família ou amigos de origem	Contacto directo com patrões portugueses	Contacto directo com patrões de	Resposta a anúncio	Concurso público	Inscrição num centro de emprego	Ações de formação profissional	Criação do próprio emprego	Convite da entidade empregadora	Não sabe	Total
Angola	16,0	68,0	20,0	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Cabo Verde	14,8	37,0	14,8	11,1	3,7	0,0	7,4	0,0	7,4	3,7	0,0	100,0
Guiné-Bissau	28,6	14,3	28,6	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Moçambique	0,0	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	100,0
São Tomé e Príncipe	25,0	50,0	12,5	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Grupos de nacionalidades												
Europa	14,5	12,7	10,9	7,3	12,7	7,3	0,0	1,8	21,8	3,6	7,3	100,0
África – PALOP	16,7	40,3	18,1	6,9	5,6	1,4	2,8	0,0	6,9	1,4	0,0	100,0
África – Outros	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	16,7	100,0
América	14,8	7,4	7,4	7,4	14,8	0,0	0,0	7,4	22,2	11,1	7,4	100,0
Ásia	5,9	35,3	9,8	11,8	9,8	2,0	0,0	2,0	21,6	0,0	2,0	100,0

Fonte: Inquérito a uma amostra de imigrantes activos (Janeiro/Fevereiro de 1998) In Baganha 2002.

Há duas análises a fazer dos migrantes PALOP, quanto às formas de obtenção de emprego. As redes familiares e amigos (no país de acolhimento/Portugal) têm um papel importante na ajuda a obtenção do emprego: esta influência ronda aos 40%. 14% Dos guineenses obteve emprego através da ajuda de familiares e amigos; enquanto o contacto directo com os patrões, tanto de origem como de acolhimento, detém a maior percentagem (29%, em cada caso). Uma grande curiosidade é a da escassa obtenção de emprego através da inscrição nos centros de emprego: só 3% dos PALOP, contra 0% dos guineenses. Quanto à obtenção do emprego por acção de formação, também se verificam 0%, tanto para os PALOP como para os guineenses. Na criação de emprego próprio, a média dos PALOP é de 7%, enquanto os guineenses representam 0%.

Quadro n.º 2. Expectativas de evolução da situação profissional

	Melhorar	Estabilizar	Piorar	Não sabe/não responde
Sexo				
Masculino	37,6	22,8	12,3	27,2
Feminino	41,8	31,7	3,8	22,8
Grupos de nacionalidades				
Europa	50,0	19,3	1,6	29,0
África – PALOP	34,9	19,8	16,3	29,1
África – Outra	66,7	16,7	0,0	16,7
América	34,5	34,5	6,9	24,1
Ásia	32,8	37,9	10,3	19,0
Total	39,0	9,5	25,7	24,9

Fonte: Inquérito a uma amostra de imigrantes activos (Janeiro/Fevereiro de 1998) In Baganha 2002.

As expectativas de evolução da situação profissional dos PALOP são duvidosas: 29% não sabem do seu futuro, o que relata desconfiança e preocupação quanto ao futuro. Há mais confiança nos europeus quanto às expectativas para o futuro: 50% revelam optimismo, accitando que vai melhor a situação profissional, contra 2% de pessimismo, o que sustenta uma expectativa de grande confiança.



Quadro n.º3. Quadro de profissionais (ocupações profissionais)

	Liberais e similares	Quadros Superiores	Serviços técnicos e/ou administrativos	Comércio e hotelaria	Serviços pouco Qualificados	Agricultura	Trabalhadores da indústria	Construção civil	Serviços intermédios	Total
Grupos de nacionalidades										
Europa	50,9	12,3	8,8	14	5,3	0,0	0,0	0,0	7,0	100,0
África – PALOP	2,7	0,0	1,4	15,1	24,7	0,0	0,0	50	5,5	100,0
África – Outros	16,7	0,0	0,0	16,7	16,7	16,7	16,7	16,7	0,0	100,0
América	44,8	0,0	13,8	10,3	10,3	0,0	0,0	6,9	13,8	100,0
Ásia	3,9	3,9	3,9	49,0	7,8	0,0	0,0	25,5	5,9	100,0

Fonte: Inquérito a uma amostra de imigrantes activos (Janciro/Fevereiro de 1998) In Baganha 2002

Pode-se sublinhar que os quadros superiores dos PALOP no activo (cargos que equivalem os seus diplomas) representam 0%, como se vê no quadro acima. O inevitável sector por excelência dos PALOP é a construção civil, que ocupa 50% na distribuição de profissões. Pelo contrário, os europeus detêm 0% neste último grupo, mas com lugar de destaque nas primeiras categorias: liberais e quadros superiores, com 51% e 12%. Ainda nos PALOP, os serviços pouco qualificados ocupam a segunda posição de maior destaque, com 24%, à frente de 15% no comércio e hotelaria. Esta análise tende a confirmar uma dependência entre o mercado de construção civil e os migrantes PALOP em Portugal.

Quadro n.º4. Alunos matriculados por nacionalidade e nível escolar, 1997

NACIONALIDADE	Escolaridade Obrigatória (1º ao 9º ano)	Escolaridade Secundária (10º ao 12º ano)	TOTAL
Angola	11541	2582	14150
Cabo verde	11470	921	12410
Guiné-Bissau	2762	388	3156
Moçambique	3031	1339	4377
São Tome	1834	299	2136
*Total Estrangeiros	48939	11791	30868
População Total	1006506	282111	1299305

*incluindo Brasileiros e Europeus

Fonte: Entre Culturas, base de dados, 1997 In Baganha 2001 Imigração e Política

**Quadro n.º5. Taxas de diplomação por origem nacional, 1997
(em percentagem dos matriculados das respectivas nacionalidades)**

NACIONALIDADE	Escolaridade Obrigatória (1º ao 9º ano)	Escolaridade Secundária (10º ao 12º ano)	TOTAL
Angola	84,8	55,1	81,1
Cabo verde	76,7	62,0	76,3
Guiné-Bissau	83,2	52,1	80,5
Moçambique	86,5	65,4	82,1
São Tomé	81,6	68,8	80,8
*Total Estudantes	87,6	65,8	83,4

*incluindo Brasileiros e Europeus ex-emigrantes

Fonte: Entre Culturas, base de dados, 1997 In Baganha 2001 Imigração e Política

Quadro n.º6. Taxas de desistência por origem nacional, 1997
(em percentagem dos matriculados das respectivas nacionalidades)

	Escolaridade	Escolaridade	
NACIONALIDADE	Obrigatória (1º ao 9º ano)	Secundária (10º ao 12º ano)	TOTAL
Angola	9,0	30,6	12,9
Cabo verde	8,1	27,9	9,5
Guiné-Bissau	6,7	20,1	8,4
Moçambique	14,3	34,5	20,5
São Tomé	10,6	39,8	14,7

Fonte: Entre Culturas, base de dados, 1997 In Baganha 2001 Imigração e Política

Quadro n.º7
Estrangeiros registados no sistema de segurança social português

ANO	PALOP	Outros estrangeiros
1992	82	90
1993	81	87
1994	81	85
1995	82	86
TOTAL	326	348

Fonte: Inquérito ao emprego (dados não publicados) In Baganha 2001 Imigração e Política

Quadro n.º8. Casamento entre portugueses e estrangeiros por nacionalidade seleccionada 1990 – 1999

Ano	Nacionalidades					TOTAL	
	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé	Casamentos Mistos	Total Casamentos
1990	57	77	29	42	10	1209	71654
1991	61	103	34	35	10	1290	71808
1992	64	126	66	58	9	1539	69887
1993	79	165	89	49	29	1574	68176
1994	107	168	55	54	23	1617	66003
1995*						1467	65776
1996						1226	63672
1997						1262	65770
1998						1226	66598
1999	120	104	47	52	16	304	68710

* A informação sobre a nacionalidade dos noivos não se encontra disponível entre 1995 e 1998

Fonte: Estatísticas demográficas, 1990 – 1999 In Baganha 2001 Imigração e Política

Quadro n.º9. Pertença étnica dos migrantes e das famílias de origem (em percentagem)

Legenda:
IMI: imigrantes guineenses
L-G: Luso-guineenses

Grupos Étnicos	Migrantes			Famílias de origem		
	IMI	L – G	TOTAL	IMI	L – G	TOTAL
Fulas Mandingas e Outros muçulmanos	22,7	19,4	21,9	19,2	17,7	18,8
Manjacos e Mancanhas	22,3	12,2	19,8	21,9	6,3	18
Papéis	16,8	19,4	17,5	11,5	9,4	11
Outras Etnias	13,1	9,2	12	6,6	9,4	7,3
Misturas entre etnias	14,1	14,3	14,1	20,6	22,9	24,2
Mistura com não guineense	7,2	8,2	7,5	20,2	34,4	20,9
Não se definem etnicamente	3,8	17,3	7,2	–	–	–
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito aos guineenses residentes em Portugal (1995) In, Luis Fernando Machado (1998)

Quadro .º 10 Representação étnica na Guiné-Bissau

ETNIAS	%
Balantas	27
Fulas	23
Mandingas	12
Manjacos	11
Papeis	10
Felupes	2
Outras*	15

*Brames ou Mancanhas Biafadas, Bijagós

Fonte: Jorge Pinto (1999), Guiné Nô Pintcha

Quadro n.º11. Razões da vinda para Portugal (em percentagem)

	Migrantes	Luso – guineenses	Total
Para trabalhar/procurar melhores condições	47	26,2	41,6
Para Estudar	22,1	42,2	27,5
Para tratamento médico	10,9	6,8	9,8
Com ou para se juntar a família	4,4	15,6	7,3
De férias	6,8		5,0
Estágios, especializados	2,0	1,9	2,0
Por razões políticas	1,0	2,9	1,5
Por outras razões	5,8	3,9	5,3
TOTAL	100	100	100

Fonte: Inquérito aos guineenses residentes em Portugal (1995)

In, Luís Fernando Machado, (1998)

Quadro n.º12. Nível de escolaridade dos migrantes à chegada a Portugal (em percentagem)

	Imigrantes	Luso – guineenses	Total
Não sabia ler nem escrever português	5,1	5,7	5,2
Primário	8,8	16,2	10,8
Preparatório	9,5	7,6	9
Ensino secundário geral	32,5	25,7	30,8
Ensino secundário complementar	35,3	38,1	36
Médio	3,7	1	3
Superior	5,1	5,7	5,2
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito aos guineenses residentes em Portugal (1995)

In, Luís Fernando Machado (1998)

Quadro n.º13. Evolução de bolsas de estudo do estado português concedido aos cidadãos guineenses nos últimos 5 anos

	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Ensino Secundário	157	129	111	94	72
Ciências da Educação	95	131	110	78	71
Áreas de Letras	7	8	12	6	11
Artes e engenharias	3	5	6	4	2
Mestrados e Doutoramentos	9	17	24	19	15
TOTAL	271	290	263	201	171

Fonte: (ICP) Instituto da Cooperação Portuguesa, 2002

O espírito da cooperação tende a perder-se de ano para ano, como apontam os números, o que é justificado pela falta de cumprimento dos seus objectivos, que é formar quadros guineenses como potenciais recursos humanos para o desenvolvimento do seu país de origem (segundo Rui Bentes, responsável dos bolseiros guineenses no ICP). Quanto aos mestrados e doutoramentos, ao contrário dos outros níveis de formação, houve um aumento de quase 100% de 1997 para 1998, com o número mais elevado a coincidir com ano da guerra; porém, a tendência de diminuição ocorreu nos anos seguintes, como se vê no quadro. A queda mais acentuada é no ensino secundário: nos últimos 5 anos houve uma queda de mais que metade, ou seja, de 157 casos para 72 casos de bolsas concedidas, e pelos vistos esta tendência irá manter-se nos próximos anos. Nas áreas de formação do ensino superior, as ciências sociais e de educação continuam a ser a maior aposta, em detrimento das áreas de engenharias. Tal demonstra claramente a aposta de

formação de quadros para o retorno ao país de origem, uma vez que os cursos são escolhidos no país de origem, e estas áreas constituem áreas de difícil empregabilidade na sociedade receptora (Portugal). Esta escolha reforça a grande vaga de quadros em trabalhos não compatíveis ou pouco qualificados.

Quadro n.º14. Desempregados dos PALOP, inscritos nos centros de emprego no fim de 1997e 2001, por grupos etários, em Portugal continente

1997					
País de Nacionalidade	Até 25 anos	25 a 34	35 a 54	55 e + anos	Total
ANGOLA	219	431	271	38	959
CABO VERDE	121	351	540	110	1122
GUINE-BISSAU	56	273	292	16	637
MOCAMBIQUE	39	56	60	12	167
S.TOME E PRINCIPE	28	91	119	14	252
Total*	500	1375	1436	199	3510
2001					
País de Nacionalidade	Até 25 anos	25 a 34	35 a 54	55 e + anos	Total
ANGOLA	199	669	505	37	1410
CABO VERDE	220	385	674	163	1442
GUINE-BISSAU	127	330	550	33	1040
MOCAMBIQUE	32	60	83	24	199
S.TOME E PRINCIPE	73	152	201	24	450
Total*	810	1972	2393	307	5482
* Total incluindo Brasileiros					

Fonte: Dados de Centro de Emprego e Formação Profissional de Xabregas, 2002

Apesar das comunidades migrantes não possuírem grande ligação (frequência) aos centros de emprego, a verdade é que o número de desempregados tende a aumentar. A lei de autorização de residência de 2001 (Cfr. Anexo 1) e a possível de 2003, poderão permitir no futuro uma visão muito mais realista deste fenómeno. O grupo mais afectado com o desemprego é o em idade activa, dos 25 aos 54 anos, o que facilita a percepção de alto desemprego na comunidade PALOP.

Na realidade migratória guineense, de 1997 para 2001 houve um aumento considerável de desempregados inscritos, em mais de 40%, sendo o terceiro país em termos absolutos, depois de Angola e Cabo Verde. Mas, em termos relativos, é o primeiro, uma vez que o número total de migrantes é menor em relação aos oriundos de Angola e Cabo-Verde.

Quadro n.º15. Desempregados dos PALOP inscritos no Centro de Emprego no fim de 1997 e 2001 por Nível de Escolaridade em Portugal Continente

País de Nacionalidade	1997						
	11º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. secundário	Ens. superior	Total
ANGOLA	68	148	281	215	202	45	959
BRASIL	4	26	47	68	157	71	373
CABO VERDE	380	395	193	70	75	9	1122
GUINE-BISSAU	95	116	118	145	124	39	637
MOCAMBIQUE	3	30	44	45	38	7	167
S.TOME E PRINCIPE	19	44	78	52	41	18	252
Total	569	759	761	595	637	189	3510

País de Nacionalidade	2001						
	11º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. secundário	Ens. superior	Total
ANGOLA	64	136	444	348	350	68	141
BRASIL	9	45	140	133	493	121	941
CABO VERDE	382	455	300	169	114	22	1442
GUINE-BISSAU	121	151	178	257	262	71	104
MOCAMBIQUE	10	27	42	61	44	15	199
S.TOME E PRINCIPE	12	72	136	119	82	29	450
Total	598	886	1240	1087	1345	326	5482

Fonte: Dados de Centro de Emprego e Formação Profissional de Xabregas, 2002

Em termos de níveis de escolaridade, é curioso que a Guiné-Bissau ocupa um lugar de destaque, com 71 casos de desempregados com ensino superior inscritos em 2001, ultrapassando Angola e Cabo Verde, com 68 e 22, respectivamente.

Numa análise mais profunda, pode-se comparar este destaque com o não retorno dos quadros superiores. Uma vez que os migrantes guineenses legais em Portugal (em termos de números) ocupam um lugar menos considerado em relação a Angola e Cabo Verde, (ocupando menos que metade deste último, ou seja rondando aos 20 mil imigrantes legais).

Quadro n.º16. Desempregados dos PALOP Inscritos nos Centros de Emprego no fim de 1997 e 2001 por sexo em Portugal Continental

Continente						
País de Nacionalidade	1997			2001		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
ANGOLA	409	550	959	585	825	1410
BRASIL	160	213	373	374	567	941
CABO VERDE	456	666	1122	553	889	1442
GUINE-BISSAU	373	264	637	539	501	1040
MOCAMBIQUE	63	104	167	76	123	199
S.TOME E PRINCIPE	102	150	252	183	267	450
Total	1563	1947	3510	2310	3172	5482

Fonte: Dados Centro de Emprego, 2002

Há uma curiosidade no caso dos guineenses desempregados inscritos nos centros de emprego, uma vez que os homens aparecem em posição de destaque em relação às mulheres. Esta curiosidade não acontece com as outras nacionalidades, por exemplo cabo-verdianos e angolanos, que evidenciam o contrário, isto é, mais indivíduos de sexo feminino desempregados. Pode-se fazer uma análise ligada à migração tardia dos guineenses em relação aos outros (angolanos e cabo-verdianos). Nestes últimos, o reagrupamento familiar tem contribuído em maior grau para o aumento de indivíduos de sexo feminino.

Anexo 3. Alguns dispositivos legais da migração e como obter os vistos de entrada em Portugal

(Fonte: ACIME, Alto-comissário para as Minorias Étnicas; <http://www.acime.gov.pt> <http://www.acime.gov.pt>; Embaixada portuguesa na Guiné-Bissau).

1. Autorização de permanência e outras alterações ao regime de permanência dos estrangeiros em Portugal

NOTA: Esta lei de Janeiro de 2001, apesar de já não estar em vigor, e estar em período de aprovação uma nova lei, representa o período em que o trabalho estava a ser elaborado.

1.1 – Legislação

- Lei n.º 27/2000, de 8 de Setembro.
- Decreto-lei n.º 244/98 de 8 de Agosto, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 Janeiro.
- Regulamentação de trabalho de estrangeiros em território português (Lei n.º 29/98, de 12 de Maio).
- Aviso sobre o trabalho de estrangeiros em território português, publicado no Boletim do trabalho e do Emprego, n.º 17 de 8 de Maio de 1999.
- Despacho do Secretario de Estado da Segurança Social n.º 55-A-I/SESS/2000.

1.2 – A autorização de permanência

2. A quem é concedida

É autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que se encontrem em Portugal sem visto de trabalho e que reúnam as condições seguintes:

- a. Sejam titulares de propostas de contrato de trabalho, ou de contrato, com informação da Inspeção-Geral de Trabalho;
- b. Não tenham sido condenados por sentença em julgamento com pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses;
- c. Não tenham sido objecto de uma medida de afastamento do país e se encontrem no período subsequente de interdição de entrada em território nacional;
- d. Não estejam indicados no âmbito do Sistema de Informação Schengen, por qualquer das partes contratantes para efeito de não admissão;
- e. Não estejam indicados no sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

1.3. Como proceder

2.1. Formalização da relação de trabalho

Os interessados (empregador ou trabalhador) devem dirigir-se à Inspeção-Geral de Trabalho, Delegação/Subdelegação do IDICT/ Inspeção-Geral de Trabalho da área onde exercem a actividade, munidos do contrato de trabalho e dos demais documentos a seguir indicados:

- Fotocopia do passaporte do trabalhador;
- Informação sobre inscrição ou não do trabalhador na Segurança Social;
- Prova da inscrição do empregador no Fisco e na segurança Social;

- Certificado, alvará ou licença para o exercício da actividade empresarial, ou prova de o respectivo processo ter dado entrada nos serviços competentes.

Sempre que o contrato esteja em execução os interessados devem apresentar o contrato e demais documentos, evitando assim posteriores procedimentos para depósito do contrato ou aceitação da comunicação no serviço da inspecção-geral do trabalho.

É suficiente a comunicação da existência do contrato do trabalho nos caso em que para este não é exigível a forma escrita, a Delegação/Subdelegação do IDICT/Inspecção-geral do trabalho, desde que com a indicação nacionalidade, categoria profissional ou funções a exercer e a data do início da produção dos efeitos do contrato. Este regime é aplicado aos nacionais dos seguintes países: Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Chipre, Eslováquia, Malta Polónia e Turquia, (Aviso In BTE, n.º 17, 8/5/99).

No entanto, o contrato de trabalho é obrigatoriamente escrito no caso de cidadãos estrangeiros que não possuam a nacionalidade de um dos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido da Grã-bretanha, e Irlanda do Norte, Suécia, Chipre, Eslováquia Malta Polónia, Turquia; Brasil Cabo verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (Aviso in BTE n-17, 8/5/99). Assim no caso de contratação de nacionais de outros países afim de evitar segundo procedimento, é convincente celebrar desde logo o contrato, devendo este conter os seguintes elementos:

- Identidade empregadora (nome, sede, NIPC, NIF, CAE. Se empresário em nome individual) CAE etc.);
- Identidade do trabalhador (nome, nacionalidade, etc.);
- Local de trabalho ou indicação de que o trabalhador está obrigado a exercer a sua actividade em vários locais,
- Categoria profissional ou funções a exercer;
- Valor, periodicidade e forma de pagamento da retribuição;
- Período normal de trabalho diário e semanal;
- Data da celebração do contrato e do início dos seus efeito

1.4 – Pedido de autorização de permanência

Depois de emitida a informação da inspecção-geral do trabalho os interessados deverão dirigir-se a um posto de atendimento dos serviços de estrangeiros e fronteiras afim de obterem a autorização de permanência, devendo apresentar os seguintes documentos

- a. Passaporte válido;
- b. Proposta de trabalho (ou contrato de trabalho se tiver optado por formalizar desde logo a relação de trabalho) com informação da inspecção-geral de trabalho.



c. Três fotografias iguais tipo passe, a cores e fundo liso, actualizada

Após a concessão de autorização de permanência o SEF notificará a entidade empregadora para efeito de comunicação ou de depósito do contrato definitivo, quando legível.

Se o contrato não vier a ser depositado ou comunicado ao prazo fixado naquela notificação, será aplicada uma coima a entidade, empregadora (...), ou cancelada a autorização de permanência é emitida consoante a causa do não depósito ou da não comunicação seja imputável, respectivamente a entidade empregadora ou ao cidadão estrangeiro.

Nos casos de comunicação obrigatória de celebração do primeiro contrato de trabalho a Inspeção-geral de Trabalho, considerará a comunicação aceita na data do conhecimento da autorização de permanência emitido pelo SEF.

Nos casos do depósito obrigatório do contrato de trabalho, os primeiros contrato será considerado depositado sem mais formalidades na data da comunicação a inspecção do trabalho da autorização da permanência emitido pelo SEF.

1.5. Renovação e duração da autorização de permanência.

A autorização de permanência é conseguida pelo prazo de um ano prorrogável até 5 anos. Os interessados, ao fim de cinco anos a contar da primeira concessão desautorização de permanência deverão requerer a autorização de residência.

2.4. Os familiares (cônjuges, filhos a cargo com menos de 21 anos ou incapazes, menores adoptados, ascendentes, irmãos menores, desde que se enquadram sob tutela do titular da autorização de permanência): o visto é considerado de estadia temporária, válido por um ano, renovável, o qual não permite a qualquer titular exercer qualquer actividade profissional.

1.6 – Autorização de residência

Regime geral

1.6.1. A quem é concedida

Aos cidadãos estrangeiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a. Posse de visto de residência válida;
- b. Inexistência de qualquer facto, se fosse conhecido pelas autoridades competentes, teria obstado a concessão do visto,
- c. Presença em território;

O pedido pode ser extensivo aos menores ao cargo do requerente.

Podem beneficiar de uma autorização a de residência permanente os estrangeiros que:

- a. Residam legalmente no território Português há pelo menos 6 ou 10 anos, conforme se trate respectivamente de cidadãos de PALOP, ou de outros países;
- b. Durante os últimos 6 ou 10 anos de residência em território português, conforme os casos não tenham sido condenados em pena ou penas que, isolada ou cumulativamente, ultrapassem um ano de prisão.

1. 7 - Como proceder

Afim de obterem a autorização de residência, devem os interessados requerer no país de origem e previamente a sua entrada no território nacional um visto de residência. Este visto permite ao seu titular duas entradas em território nacional e nela permanecer durante seis meses.

III – B – Novo regime de autorização de residência com dispensa de visto

Não carecem porém de visto para obtenção da autorização de residência os cidadãos estrangeiros:

- a. Menores, filhos de cidadãos estrangeiros nascido em território português que dela não se tenha ausentado por período superior a 1 ano;
- b. Familiares de cidadãos nacionais e de cidadãos nacionais de estados partes no acordo sobre o espaço económico europeu;
- c. Que tenham deixado de beneficiar do direito de asilo em Portugal em virtude de terem cessados as razões com bases nas quais obtiveram referida protecção;
- d. Que sofram de uma doença que requeira assistência médica prolongada que hoste ao retorno ao país, afim de evitar riscos para a saúde do próprio;
- e. Menores sujeitos a tutela;
- f. Que colaborem com a justiça na investigação de actividades ilícitas passíveis de procedimento criminal nomeadamente ao nível da criminalidade organizada.
- g. Que tenham cumprido serviço militar efectivo nas forças armadas portuguesas;
- h. Cuja actividade no domínio científico cultural ou económico seja considerada de interesse fundamental para o país;
- i. Que vivem em união de facto com cidadão português ou residente legal, há mais de dois anos, com igual ou superior a 16 anos, não sendo casados ou separados judicialmente de pessoas e bens;
- j. Que tenham residido legalmente em Portugal durante um período mínimo ininterrupto de dois anos, nos últimos quatro;
- k. Que não se tenham ausentado de território nacional e cujo directo de residência tenha caducado decorrido 1 ano sobre o termo da validade do título da residência;

- l. Que tenham filhos menores residentes em Portugal ou com a «nacionalidade portuguesa»;
- m. Que tenham sido titulares de visto trabalho durante um período ininterrupto de três anos;
- n. Que tenham sido titulares de autorização de permanência durante um período ininterrupto de cinco anos.

1. 8 – Reagrupamento familiar

Em casos fundamentados é reconhecido ao cidadão titular da autorização de residência o direito a reagrupamento familiar relativamente a familiares que já se encontrem em território nacional. São considerados familiares: cônjuge, filhos a cargo com menos de 21 anos ou incapazes, menores adoptados, ascendentes, irmãos menores, desde que se encontrem sob tutela do titular de autorização de residência.

1.9 – Garantias e Sanções

1.9.1 - Pagamento de trabalho recebido de trabalhador estrangeiro em situação ilegal

O empregador, o utilizador, por força de contrato de prestação de serviços ou de utilização de trabalho temporário, o empreiteiro geral e o dono da obra que não obtenha da outra parte contraente declaração de cumprimento das obrigações legais relativas à contratação de trabalhadores imigrantes, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do trabalho efectivamente recebido. O apuramento dos montantes devidos em auto de notícia constitui executivo.

1.9.2 - Sanções

Quem empregar cidadão estrangeiro não habilitado com autorização de residência, autorização de permanência ou visto de trabalho, fica sujeito, por cada trabalhador, à aplicações de coimas.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento destas coimas, o empregador, o utilizador, por força de contrato de prestação de serviços ou de utilização de trabalho temporário, o empreiteiro geral e o dono da obra que não obtenha da outra parte contraente declaração de cumprimento das obrigações legais relativas à contratação de trabalhadores imigrantes.

1.10 - O novo crime de angariação de mão-de-obra ilegal

Quem com fins lucrativos angariar para o mercado de trabalho cidadãos estrangeiros não habilitados com autorização de residência, autorização de permanência ou visto de trabalho, será punido com prisão de 1 a 4 anos, ou de 2 a 5 anos, se a prática for reiterada, sendo a tentativa punível.

Publicação do ACIME, com a colaboração dos seguintes organismos:

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Inspeção-Geral do Trabalho
- Inspeção-Geral do Ministério do trabalho e da Solidariedade
- Instituto da Solidariedade e da Segurança Social
- Direcção-Geral dos Impostos.

****2. Pedidos e tipos de vistos**

2.1 - Documentos obrigatórios para pedido de visto de curta duração

Documentos a serem tratados em Bissau:

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Uma fotografia a cores, actualizada
3. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
4. Prova de Recursos Financeiros:
 - Cheque visado; ou
 - Extracto de conta bancária; ou
 - Declaração de rendimentos;

Documentos a serem enviados pelo Responsável em Portugal:

(atenção: não se aceitam documentos enviados de Portugal que dêem entrada pelo fax da Embaixada).

1. Termo de responsabilidade e fotocópia do Bilhete de Identidade (se for português); fotocópia do cartão de residente (se for guineense);
2. Prova de recursos financeiros e contrato de trabalho;
3. Comprovativo de casa própria ou alugada e declaração da junta de freguesia
4. Caso dos requerentes serem menores os pedidos de visto deverão vir acompanhados de certidão de nascimento e de declaração dos pais, autorizando o embarque.

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelos próprios às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 7 a 15 dias.

2.2 - Visto de curta duração para contactos de negócios

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Uma fotografia a cores, actualizada
3. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
4. Fotocopia Alvará
5. Extracto bancário ou cheque visado
6. Recibos de compras anteriores e/ou prova de desalfandegamento

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 7 a 15 dias.

2.3 - Visto de estudo

(para a frequência num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido)

Documentos obrigatórios a serem tratados em Bissau

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
3. Duas fotografias
4. Registo criminal (para maiores de 17 anos)
5. Atestado médico de robustez física
6. Certificado de matrícula do estabelecimento de ensino em Portugal
7. Prova de meios de subsistência ou de bolsa de estudos

Documentos obrigatórios a serem enviados pelo responsável residente em Portugal

1. Termo de responsabilidade de quem recebe o aluno em Portugal
2. Declaração da junta de freguesia da área de residência

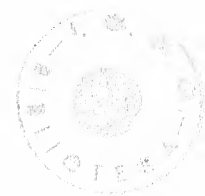
3. Comprovativo em como tem casa própria ou alugada
4. Fotocopia do Bilhete de Identidade (se for português)
5. Fotocopia do cartão de residência (se for guineense)
6. Declaração de vencimento ou contrato de trabalho
7. Extracto de conta bancária

Todos estes documentos deverão ser apresentados em duas versões (original e fotocopia) autenticadas em notário.

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 20 à 30 dias.



2.4 -Visto de estada temporária

(para tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos e acompanhamento de familiares)

Documentos obrigatórios a serem tratados em Bissau

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
3. Duas fotografias
4. Registo criminal (para maiores de 17 anos)
5. Atestado médico e história clínica do requerente/Junta Médica
6. Comprovativo de marcação de consulta ou internamento pela Direcção geral de Saúde (prazo 15/20 dias depois da entrada do processo)

Documentos obrigatórios a serem enviados pelo responsável residente em Portugal

1. Termo de responsabilidade de quem recebe o aluno em Portugal
2. Declaração da junta de freguesia da área de residência
3. Comprovativo em como tem casa própria ou alugada
4. Fotocopia do Bilhete de Identidade (se for português)
5. Fotocopia do cartão de residência (se for guineense)
6. Prova de recursos financeiros

Todos estes documentos deverão ser apresentados em duas (original e fotocopia) autenticadas em notário.

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 15 a 25 dias.

2.5 -Visto de residência

(este tipo de visto destina-se a permitir ao requerente a entrada em Portugal para solicitar uma autorização de residência).

Documentos obrigatórios a serem tratados em Bissau

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
3. Duas fotografias
4. Registo criminal (para maiores de 17 anos)
5. Atestado médico de robustez física.

Documentos obrigatórios a serem enviados pelo responsável residente em Portugal

1. Termo de responsabilidade de quem recebe o aluno em Portugal
2. Declaração da junta de freguesia da área de residência
3. Comprovativo em como tem casa própria ou alugada
4. Fotocópia do Bilhete de Identidade (se for português)
5. Fotocópia do cartão de residência (se for guineense)
6. Declaração de vencimento ou contrato de trabalho
7. Extracto de conta bancária.

Todos estes documentos deverão ser apresentados em duas (original e fotocópia) autenticadas em notário.

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 60 a 180 dias.

2.6 - Visto de trabalho

[Este tipo de visto destina-se a permitir ao requerente a entrada em Portugal para exercer temporariamente uma actividade profissional, assalariada, ou não, nas áreas de (1) Desporto, dos (2) Espectáculos, para exercer uma (3) Actividade Profissional Independente ou para exercer uma (4) Actividade Profissional Assalariada.]

Documentos obrigatórios

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Duas fotografias
3. Fotocópia do Passaporte e do Bilhete de Identidade

4. Atestado Médico de robustez Física
5. Certificado de registo Criminal
6. Contrato de trabalho ou declaração contendo uma promessa de trabalho
7. Para o tipo de actividade é necessário parecer favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (INDICT)

Todos estes documentos deverão ser apresentados em duas (original e fotocopia) autenticadas em notário.

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 30 a 90 dias.

2.7 - Visto de residência para reagrupamento familiar

(este tipo de visto também pode ser solicitado se o requerente desejar ir viver para Portugal com um familiar próximo cônjuge, filhos ou pais, para isso, deverá esse familiar em Portugal deslocar-se ao Serviço de Estrangeiros e fronteiras em Lisboa e solicitar um Reagrupamento familiar apresentando a documentação que lhe for exigida; após esse pedido merecer parecer favorável deverá o requerente residente em Bissau, solicitar o visto de residência mencionando expressamente que se destina a reagrupamento familiar).

Documentos obrigatórios:

1. Formulação de pedido de visto (preenchido à máquina)
2. Fotografias do Passaporte e do Bilhete de Identidade
3. Duas fotografias
4. Registo criminal (para maiores de 17 anos)
5. Atestado médico de robustez física
6. Ofício do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com parecer favorável ao Reagrupamento Familiar

*os pedidos de visto terão que ser entregues pelo próprio às 2^{as} e 3^{as} feiras, das 9.00 às 12.00 horas.

*3.700 Frs CFA's (entrada documento)

Resposta entre 15 a 20 dias

Fonte: **Documentos fornecidos pela Embaixada Portuguesa na Guiné-Bissau.